

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ROBSON APARECIDO DOS SANTOS FERRAZ**

**A TYPOGRAPHIA DE J. F. PAULA CASTRO: IMPRENSA E  
POLÍTICA EM MINAS GERAIS (1866-1893)**

Mariana  
2021

ROBSON APARECIDO DOS SANTOS FERRAZ

**A TYPOGRAPHIA DE J. F. PAULA CASTRO: IMPRENSA E  
POLÍTICA EM MINAS GERAIS (1866-1893)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Poder e Linguagens. Linha de Pesquisa: Poder, Linguagens e Instituições.

Orientador: Professor Doutor Álvaro de Araújo Antunes.

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F381t Ferraz, Robson Aparecido Dos Santos .  
A Typographia de J. F. de Paula Castro [manuscrito]: imprensa e política em Minas Gerais (1866-1893). / Robson Aparecido Dos Santos Ferraz. - 2021.  
156 f.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro de Araújo Antunes.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Ciência política. 2. Imprensa. 3. Prática tipográfica - Minas Gerais. I. Antunes, Álvaro de Araújo. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 93/94

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter de Sousa-Bibliotecário ICSA/UFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**ROBSON APARECIDO DOS SANTOS FERRAZ**

A Typographia de J. F. Paula Castro: imprensa e política em Minas Gerais (1866-1893)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre

Aprovada em 18 de Agosto de 2021

### Membros da banca

Doutor - Álvaro de Araújo Antunes - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto

Doutora - Patrícia Vargas Lopes de Araújo - Universidade Federal de Ouro Preto

[Doutor] - Jefferson José Queler - Universidade Federal de Ouro Preto

Álvaro de Araújo Antunes, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 01/09/2021



Documento assinado eletronicamente por **Alvaro de Araujo Antunes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 01/09/2021, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0216200** e o código CRC **9BD7DD97**.

## AGRADECIMENTOS

Realizar a pesquisa e escrever uma dissertação não é nada fácil. Diante da pandemia de COVID-19 e do conseqüente isolamento social que se mostra necessário durante a crise de saúde pública, e somada a dedicação deste mestrando à sua atuação na rede estadual de ensino de Minas Gerais, que se iniciou, assim como o mestrado, em 2019, o processo se tornou ainda mais complexo. Porém, muitas pessoas contribuíram para que todo este percurso se tornasse menos sofrível, possibilitando a conclusão do curso de pós-graduação em História com a qualidade esperada. Por isso, estes agradecimentos são muito especiais e necessários.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Nelsenira e Oswaldo, que enfrentaram todas as adversidades que a vida de lavradores oferece para possibilitar e incentivar minha dedicação aos estudos desde criança. Devo tudo o que tenho e o que sou a eles.

À minha irmã, Cinthia, que também conhece muito de perto os apertos da vida acadêmica, pois já passou por isso, agradeço pela amizade, pelas dicas durante todos os níveis dos meus estudos até aqui, e em especial pela revisão deste material.

À minha sobrinha, Maria Paula, pelo carinho.

À Laryssa, que me faz companhia desde a graduação em História na UFV e também enfrenta os mesmos dilemas que eu ao dividir seu tempo entre o mestrado em Educação e a profissão de professora da escola estadual. A ela, agradeço pela amizade, convivência, paciência, compreensão e pelas trocas de saberes da área.

Ao meu orientador, professor doutor Álvaro, pela paciência, compreensão e por orientar esta dissertação de forma brilhante.

A todos os professores e funcionários do ICHS, com quem tive contato por toda contribuição em minha trajetória.

Aos meus amigos, em especial, ao Samuel e ao Danilo, já mestres em História pela UFOP, por toda a ajuda, dicas e hospedagem que contribuíram imensamente desde a preparação para a seleção até a escrita desta dissertação.

Por fim, não poderia deixar de agradecer a todos meus amigos, professores, funcionários e alunos da Escola Estadual Álvaro Giesta, pelo convívio e por todo o apoio e compreensão prestados desde que lá iniciei minha carreira docente.

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo compreender as relações entre aspectos da carreira e da empresa de João Francisco de Paula Castro, tipógrafo-empresário que atuou na imprensa mineira entre 1866 e 1893, e os conteúdos veiculados nos editoriais do *Diario de Minas*, *Liberal de Minas*, *Noticiador de Minas*, *Diario de Minas* (segunda versão), *Constitucional*, *Vinte de Agosto*, *A União* e *O Estado de Minas-Geraes*, jornais pertencentes ao empresário. A historiografia sobre o tema indica uma ampla relação entre imprensa e política para o período estudado, e tal característica se mostra ainda mais importante e específica para o caso da Typographia de J. F. de Paula Castro. Para este estudo, a trajetória do tipógrafo-empresário e os conteúdos de seus jornais são estudados por meio de metodologias baseadas na busca por informações com base no nome de Paula Castro e na análise de uma amostragem representativa dos “editoriais” veiculados em seus periódicos. A imprensa mineira da segunda metade do século XIX se torna, desta forma, objeto e fonte principal da pesquisa. As análises aqui feitas baseiam-se principalmente na perspectiva teórica de Chartier e Bourdieu, em que agente, campo social, representações e ideias-força relacionam-se e definem-se, caracterizando os detalhes relacionados ao objeto da pesquisa. A dissertação possibilita, ainda, perceber as características e o papel da imprensa no recorte estudado.

**Palavras-chave:** Imprensa; Política; Tipografias; Minas Gerais.

## ABSTRACT

This dissertation aims to understand the relation between aspects of career and company of João Francisco de Paula Castro, a typographer-manager who acted in Minas Gerais's press between 1866 and 1893, and the contents published in editorials of *Diario de Minas*, *Liberal de Minas*, *Noticiador de Minas*, *Diario de Minas* (second version), *Constitucional*, *Vinte de Agosto*, *A União* and *O Estado de Minas-Geraes*, newspapers belonging to the manager. The historiography about this theme indicates to a broad relation between press and politics in the period studied, and that feature shows itself even more important and specific on J. F. de Paula Castro's Typographia case. Thus, the typographer-manager trajectory and the contents of his newspapers are studied through methodologies based on the search for Paula Castro's name and in the analysis of a representative sample of the "editorials" published in his periodicals. Minas Gerais's press of second half of the nineteenth century becomes, this way, object and main source of research. The analyzes made here are mainly based on theoretical perspective of Chartier and Bourdieu, where agent, social field, representations and power-ideas relates and define themselves, featuring associated details to this research's object. The dissertation also makes it possible to perceive the press's features and function on the studied cutout.

**Key words:** Press; Politics; Typographies; Minas Gerais.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 J. F. PAULA CASTRO NA IMPRENSA MINEIRA.....</b>	<b>17</b>
1.1 Imprensa, política e elites regionais.....	17
1.2 Economia, sociedade e imprensa mineira.....	21
1.3 João Francisco de Paula Castro.....	25
1.4 O início da carreira.....	32
1.5 Entre a imprensa e a política.....	39
<b>2 PAULA CASTRO ATRAVÉS DA IMPRENSA MINEIRA.....</b>	<b>49</b>
2.1 Um tipógrafo-empresário influente.....	49
2.2 Representações de uma figura pública.....	52
2.3 Construindo uma imagem de si.....	57
2.4 De liberal a conservador.....	58
2.5 De volta à imprensa.....	72
<b>3 SITUAÇÃO E OPOSIÇÃO NOS JORNAIS DE PAULA CASTRO.....</b>	<b>77</b>
3.1 As fases da carreira e dos jornais de Paula Castro.....	77
3.2 Os “editoriais” e suas especificidades: construindo a metodologia.....	81
3.3 Oposição e situação nos primeiros jornais.....	84
3.4 Oposição e situação na “fase de ouro”.....	87
3.5 Oposição e situação na “fase tímida”.....	94
3.6 A República e o último jornal.....	96
3.7 Situação, oposição e representações.....	98
<b>4 EDITORIAIS E IDEIAS-FORÇA: J. F. PAULA CASTRO E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NOS OITOCENTOS.....</b>	<b>102</b>
4.1 Porta-voz e ideias-força.....	102
4.2 Os primeiros jornais e o Partido Progressista.....	104
4.3 A “fase de ouro” e o Partido Conservador.....	111
4.4 A “fase tímida” e o Partido Conservador.....	123
4.5 Os últimos jornais e a República.....	127
4.6 O porta-voz.....	132
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>141</b>

<b>APÊNDICES.....</b>	<b>149</b>
APÊNDICE A - O universo relacional de João Francisco de Paula Castro.....	149
APÊNDICE B - As fases da carreira de João Francisco de Paula Castro na imprensa mineira.....	152
APÊNDICE C - Exemplo de ficha (metodologia utilizada nos capítulos 1 e 2).....	153
APÊNDICE D - Exemplo de ficha (metodologia utilizada nos capítulos 3 e 4).....	154
APÊNDICE E - Seleção das edições que compõem a amostragem analisada nos capítulos 3 e 4.....	155

## INTRODUÇÃO

A História do Brasil e a História da Imprensa caminham juntas desde que os jornais por aqui apareceram, em 1808. Os jornais não apenas registram a história, mas também fazem parte dela, muitas vezes, agindo sobre uma dada realidade. Por isso, é possível afirmar que, não raro, elas se integram, interagindo em um cenário no qual muitas vezes os personagens atuam em frentes simultâneas – na imprensa, na política e nas instituições – ou são, pelo menos, muito próximos em suas elocuições e posições. (MARTINS; LUCA, 2013).

Uma observação mais atenta dos telejornais ou dos portais de notícias *on-line* nos permite perceber o explanado por Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca. Entretanto, é preciso perceber que, a despeito de um forte e declarado discurso de isenção e de mecanismos discursivos altamente elaborados para esse convencimento, a mídia possui um grande poder de influenciar. Através da manipulação da língua e da linguagem, seja por meio de informativos ou conteúdos de entretenimento, ela possui uma alta capacidade de formar opiniões, as quais são capazes de conduzir eleições nacionais e mesmo levar as grandes massas a aceitarem reformas políticas que, quase sempre, retiram-lhes direitos e garantias, cujos objetivos aparecem geralmente obtusos e pouco claros na TV e na internet.

Este potencial da mídia, que na maioria das vezes serve aos interesses de um ou outro grupo social de poder e privilégio, já podia ser observado nos tempos do Brasil Império. Porém, com uma grande diferença: na segunda metade do século XIX, recorte temporal desta dissertação, era comum a inscrição, abaixo do título dos jornais, com os dizeres “órgão do Partido Conservador”, “órgão do Partido Liberal”, e assim por diante. Logo, a informação ali contida vinha expressamente assinada pelo viés político que a orientava, ao contrário de hoje. Mas ainda assim, era comum que a imprensa daquela época dissesse que seu papel era o de formar a opinião pública através de “discussões iluminadas”, e, muitas vezes, se declarar isenta em determinadas situações.

Apesar disso, muitas são as vezes em que a imprensa do Segundo Império não negava sua ligação com um ou outro partido, conforme veremos ao longo desta dissertação. As características da imprensa imperial, destacadas por autores como Ana Luiza Martins e Nelson Werneck Sodré, dentre outros, aguçam a curiosidade sobre as relações entre o jornalismo da época e sua clara ligação com os grupos políticos (MARTINS, 2013), mostrando-nos que determinadas práticas discursivas políticas são

tão ou mais antigas do que imaginamos. Instigados por isso, nesta pesquisa indagamos: Como se dava esta relação? O que a motivava? Quem eram as pessoas que de fato davam vida aos jornais? Eram políticos, jornalistas profissionais ou ambos?

Assim, chegamos ao objeto de estudo desta dissertação: João Francisco de Paula Castro e sua Typographia que, localizada na Rua das Mercês, em Ouro Preto, deu luz a 8 periódicos entre 1866 e 1893, sendo eles o *Diario de Minas* (1866), o *Liberal de Minas*, *Noticiador de Minas*, a segunda versão do *Diario de Minas* (1873), *O Constitucional*, o *Vinte de Agosto*, *A União* e *O Estado de Minas-Geraes*. Tendo em vista sua produção, cumpre esclarecer que não objetivamos estudar a vida privada de João Francisco de Paula Castro (até porque isso seria impossível, como demonstraremos no primeiro capítulo desta dissertação), mas sim o tipógrafo-empresário e sua atuação na imprensa mineira, que envolve os aspectos de sua carreira e os produtos de sua empresa.

Os periódicos pertencentes a Paula Castro chamam a atenção por alguns aspectos perceptíveis logo que os manuseamos por alguns momentos. A primeira é que vários de seus jornais duraram um bom tempo para a época. No contexto em que a Typographia de J. F. Paula Castro, como era denominada, se encontrava, alguns jornais já se assemelhavam a empresas estruturadas e apenas estes conseguiam se manter por mais que alguns meses ou anos (ROMANCINI; LAGO, 2007). Todavia, Paula Castro encontrou mecanismos de fazer com que seu material sobrevivesse, o que torna sua trajetória peculiar e particularmente instigante para os estudos em História sobre poder e linguagem. Assim, logo que um de seus jornais deixava de existir, outro era colocado em circulação imediatamente. Isso significa que, ao longo de 27 anos, Paula Castro atuou na imprensa da então capital da província de Minas Gerais – sendo identificado apenas um intervalo significativo entre dois dos periódicos da Typographia. Logo, é possível inferirmos que, diante de uma carreira como essa, tal personagem teve importância no ramo, ao menos em nível local. Mas qual teria sido essa importância? Que conteúdos seus jornais publicavam?

Quase todos os impressos pertencentes a Paula Castro publicavam, dentre várias outras coisas, os atos oficiais do governo provincial mineiro. Esta era uma característica comum e facilmente observável no manuseio dos próprios jornais da época: os governos provinciais publicizavam seus atos em jornais próprios da administração e em jornais de maior circulação em cada uma das regiões das províncias. Portanto, quase sempre encontramos mais de um jornal publicando os atos oficiais, o que ocorria através de

contratos entre donos de tipografias e presidentes de províncias. Tal fato suscita questionamentos sobre como Paula Castro teria conseguido estes contratos. Por isso, nesta investigação procuraremos observar que relação existiu entre esses contratos e a longevidade (portanto, sucesso) de Paula Castro no ramo, procurando observar, nesta oportunidade, como tais relações se configuravam determinantes dos conteúdos levados a público pela Typographia.

A outra característica marcante dos periódicos de Paula Castro, que se declaravam ligados a ideais políticos, foi a mudança de orientação em três ocasiões. A observação das fontes utilizadas nesta pesquisa nos permite perceber que, em geral, os presidentes de província, indicados pelo Conselho de Ministros do Império (DOLHNIKOFF, 2003), fechavam contratos (especialmente aqueles relacionados à divulgação de atos oficiais) com pessoas e empresas dispostas à divulgação de ideias do partido que se encontrasse na presidência do Conselho. Nesse ínterim, buscaremos analisar as motivações das mudanças de orientação política dos jornais de Paula Castro e se essas perturbaram ou não suas chances de conseguir novos contratos.

Cumpramos observar que João Francisco de Paula Castro não vinha de família ligada à imprensa, nem tampouco tinha formação jornalística. Não foi possível encontrar, ao longo deste estudo, nenhum registro de formação acadêmica em qualquer área. Ademais, o tipógrafo-empresário também não exerceu nenhum cargo político. Portanto, inserir-se e perdurar tanto tempo no ramo impresso são feitos realizados por Paula Castro que merecem atenção.

O estudo a que esta dissertação se propõe almeja avançar e aprofundar um pouco mais no conhecimento sobre a imprensa mineira da segunda metade do século XIX e suas relações com a política, ao menos em nível local. Para tanto, fazem parte dos objetivos desta dissertação compreender, em primeiro lugar, como se deu a inserção e o sucesso de João Francisco de Paula Castro no ramo dos impressos na então capital mineira. A hipótese é que sua inserção se deva ao seu universo relacional – amigos ou conhecidos que, de alguma forma, possuíam influência suficiente para tal.

Assim, é preciso observar Paula Castro enquanto agente imerso em um meio social, onde o empresário age e sofre a ação do meio (BOURDIEU, 1996). Esta ação se dá envolta em possibilidades que o próprio meio oferece – e aí se inserem os contratos que possivelmente proporcionavam a renda que permitia ao empresário continuar com seu negócio por quase três décadas. No entanto, há também a ação sofrida por Paula Castro: a imprensa, ligada à política tal como era, certamente era um meio “espinhoso”

e, neste sentido, o empresário provavelmente teve de lidar com as consequências dos contratos e das relações que possivelmente proporcionavam a ele inserção, aceitação e estadia no ramo da imprensa.

Nessa seara, interessa-nos também compreender como os dispositivos (AGAMBEM, 2009) gerados a partir do estabelecimento de contratos e do universo relacional de Paula Castro atuaram nos rumos de sua carreira e nos produtos de sua *Typographia*. A partir do momento em que ator social se insere no ramo e se relaciona com pessoas influentes do campo político, os diversos grupos que interagem com ele dentro do campo social – aliados ou inimigos – passam a formular representações do empresário com variados objetivos, de acordo com os interesses de cada um destes grupos (CHARTIER, 1990).

Assim, buscamos compreender como as representações<sup>1</sup> – que são consequências dos primeiros dispositivos<sup>2</sup> com os quais nos deparamos (os contratos e o universo relacional) – também se mostram enquanto dispositivos, que, somados a todos os outros fatores relacionados à carreira de Paula Castro, têm influência naquilo que foi divulgado pelos 8 jornais de Paula Castro, cada um a seu momento. Para isso, é necessário identificar quais ideias-força (BOURDIEU, 1989) estavam presentes nos jornais produzidos pela *Typographia* de J. F. de Paula Castro e relacioná-las aos aspectos da carreira do empresário.

Sendo assim, os objetivos desta dissertação podem ser resumidos da seguinte forma: compreender de que forma os conteúdos dos jornais de Paula Castro se relacionam com os aspectos de sua carreira - o que passa pelas características da imprensa - e identificar sua relação com o meio impresso e político naquela época e naquele local.

A imprensa, nesta dissertação, é objeto e fonte da pesquisa. Objeto porque temos como intuito analisar parte dela – aquela produzida pela *Typographia* de Paula Castro em Ouro Preto entre 1866 e 1893. Além disso, o caso de Paula Castro ilustra o funcionamento e características da imprensa tanto em seu conteúdo e forma como em suas relações e funções perante o contexto político e cultural em que se encontrava. E

---

<sup>1</sup> O conceito de representação aqui utilizado tem por base a definição de Roger Chartier (1990) de que representação é a exibição pública de algo ou alguém formulada por agentes enquanto estratégia para diversos fins e cujos possuem interesses próprios no teor de tal exibição. O conceito de representação é amplamente discutido no Capítulo 1.

<sup>2</sup> Dispositivos, segundo Giorgio Agamben (2009), são instrumentos que o espaço social e as instituições possuem para padronizar, punir e recompensar os agentes. O conceito de dispositivo é, também, amplamente discutido no Capítulo 1.

fonte porque os jornais são a principal categoria documental para esta pesquisa. Quase todas as informações que utilizamos foram extraídas de cerca de 20 jornais mineiros, grande parte deles produzida em Ouro Preto, entre as décadas de 1860 e 1890. Também utilizamos alguns relatórios produzidos por presidentes da província no período<sup>3</sup>. Os impressos se mostraram, nesta dissertação, fontes extremamente diversificadas, ao passo que permitiram não apenas analisar seu conteúdo como também encontrar informações pontuais que proporcionaram o bom desenvolvimento de todas as propostas da pesquisa.

A dissertação ficou organizada da seguinte maneira: no primeiro capítulo buscamos, primeiramente, contextualizar os aspectos diretamente ligados ao objeto de nossa pesquisa à luz da historiografia. Discorremos sobre os principais aspectos da imprensa brasileira na segunda metade do século XIX e esboçamos a relação da imprensa com os interesses das elites regionais, as quais são peça fundamental da trajetória de Paula Castro. Identificada a importância desta relação, buscamos caracterizar esta elite e traçar alguns aspectos sociais do recorte temporal e espacial em que o empresário atuava. Além disso, trazemos alguns aspectos da imprensa mineira para os mesmos recortes.

Este capítulo introduz João Francisco de Paula Castro com alguns detalhes de sua vida pessoal que a própria imprensa foi capaz de fornecer, além de falarmos brevemente sobre cada um dos periódicos que a ele pertenceram. Outrossim, esta parte do texto traz a descrição da inserção do empresário no ramo, já confirmando o papel primordial do universo relacional do então tipógrafo para seu sucesso na imprensa. Essa descrição também confirma a relevância dos contratos para a empresa de Paula Castro e evidencia o papel fundamental que eles passam a exercer em sua carreira. A partir dessas confirmações e das relações que fazemos com as características da imprensa e de seu jogo com a elite política, este primeiro capítulo traça, com rigor, a forma como o tipógrafo-empresário João Francisco de Paula Castro e sua empresa são observados e tratados ao longo da dissertação, além de introduzir e relacionar os principais aspectos teóricos utilizados e discutidos ao longo das análises que a dissertação almeja em seu todo – quais sejam, o conceito de representação, de Chartier (1990), o de dispositivo, de Agamben (2009) e as perspectivas de Bourdieu traçadas em várias de suas obras sobre agente, porta-voz e ideias-força.

---

<sup>3</sup> As metodologias utilizadas no decorrer da pesquisa são apresentadas ao longo da dissertação, em momentos oportunos.

O segundo capítulo tem por objetivo detalhar a trajetória de Paula Castro na imprensa mineira. Desta forma, esmiuçamos como se deu cada um dos contratos e os principais eventos marcantes da carreira do empresário (como as mudanças de orientação política), ao mesmo tempo em que apresentamos as representações que a ele foram aludidas ao longo dos 27 anos de atuação no ramo. Tais representações tornam-se dispositivos na medida em que influem sobre a capacidade do empresário de obter reconhecimento perante seu público, na sua relação com a elite política mineira (o que interfere em renovações e celebrações de contratos com o governo provincial) e também no conteúdo veiculado em seus periódicos. Tudo isso gera, ainda, uma autorrepresentação formulada por Paula Castro, às vezes em tom de propaganda, outras em tom de resposta às representações negativas.

Para aprofundarmos ainda mais nas características da carreira de João Francisco de Paula Castro, os Capítulos 3 e 4 se debruçam sobre o conteúdo dos “editoriais” dos jornais por ele produzidos. Vale salientar que a análise a que a pesquisa se propõe, nesta parte, não é sobre o conteúdo em si, mas sim sobre sua relação com os aspectos da empresa e trajetória de Paula Castro em consonância com as características gerais do meio em que ele se encontrava imerso – a imprensa em sua conjugação com a política (MARTINS, 2013).

Nesta oportunidade, identificamos que os “editoriais” nos 8 periódicos em questão tinham dois objetivos, que não são desvinculados: o primeiro era a divulgação de ideias que fossem de interesse do partido político ao qual o empresário se encontrava alinhado a cada momento – ou melhor, ideias-força (BOURDIEU, 1989); o segundo, com efeitos mais imediatos após a circulação de cada número, propagandeava nomes ligados à situação (tanto a nível local quanto a nível imperial), defendia-os e atacava os nomes ligados à oposição. Ambos os tipos de conteúdo encontrados nos “editoriais” destes jornais se resumem a um objetivo em comum, que era a transformação de demandas dos grupos políticos que financiavam a empresa em uma vontade geral (ou, pelo menos, do público dos jornais de Paula Castro), isto é, em formação de uma opinião pública (MOREL, 2013) favorável ao grupo político que financiava, através dos contratos, a empresa de Paula Castro em cada momento.

Desta forma, o Capítulo 3 descreve o tratamento dado à situação e à oposição nos “editoriais” dos jornais de Paula Castro – que em muitas ocasiões envolveu o embate com outros jornais –, e direciona a análise para a hipótese principal da pesquisa ao utilizar-se da perspectiva teórica de Bourdieu sobre o “porta-voz”. Com o objetivo de

facilitar a análise destes conteúdos, o terceiro capítulo apresenta uma divisão da carreira de Paula Castro em quatro fases, quais sejam: a primeira, que compreende o período em que o empresário insere-se no meio impresso e seus jornais divulgavam ideias do Partido Progressista, entre 1866 e 1868; a segunda, nomeada como “fase de ouro”, em que Paula Castro se relaciona com os conservadores durante todo o decênio de dominação do Partido Conservador (1868 a 1878); a terceira fase inclui o breve período em que a Typographia de J. F. de Paula Castro fez oposição ao partido que se encontrava no poder, em 1878, bem como a interrupção da carreira de empresário e o novo relacionamento com os conservadores entre 1885 e 1889; já a última fase da carreira de Paula Castro inicia-se junto com a República, momento em que seus jornais não tinham mais tendências monarquistas e tem fim com a venda da empresa em 1893.

Esta divisão em fases também foi utilizada no quarto capítulo, que trata das principais ideias-força presentes nos “editoriais”. Neste capítulo final, a pesquisa já se permite, diante das exposições anteriores sobre a carreira de João Francisco de Paula Castro, determinar que os 8 jornais do empresário foram, cada um a seu tempo, divulgadores das ideias do Partido Progressista, do Partido Conservador e da República logo após a transição de regime. À medida que o capítulo apresenta as ideias-força – que não são poucas – presentes nos “editoriais” fase a fase, as mesmas são relacionadas a aspectos da trajetória de Paula Castro com o objetivo de demonstrar a ação de uma sobre a outra. Desta forma, o capítulo demonstra que, ao longo dos 27 anos de presença da Typographia de J. F. de Paula Castro, universo relacional, contratos, representações e conteúdo dos “editoriais” se relacionam e se induzem mutuamente, não podendo ser analisados por completo sem a devida compreensão da importância e ação de cada um desses fatores.

O quarto capítulo, considerando todas as análises feitas posteriormente, direciona-se à hipótese principal para então compreendermos se Paula Castro foi ou não um porta-voz, ao menos em alguma ocasião, dos grupos políticos que representou ao longo de sua atuação. Para isso, o texto considera, sob a perspectiva de Bourdieu, tanto os aspectos da carreira do empresário tratados nos Capítulos 1 e 2, quanto os conteúdos tratados nos dois últimos, para avaliar a pertinência e identificação entre Paula Castro e seus jornais e a sociedade, mediante as especificidades e os interesses dos grupos políticos que se utilizavam das páginas dos periódicos analisados. Por fim, foram tecidas as considerações finais acerca das compreensões sobre o funcionamento e relações entre imprensa, sociedade e política nas Minas oitocentistas.

## 1 J. F. PAULA CASTRO NA IMPRENSA MINEIRA

### 1.1 Imprensa, política e elites regionais

João Francisco de Paula Castro<sup>4</sup> foi um tipógrafo e empresário mineiro. Atuou na imprensa mineira na segunda metade do século XIX. Mais precisamente, iniciou sua carreira em 1863, sendo responsável pela tipografia provincial de Minas Gerais e por todas as produções da mesma<sup>5</sup>. O controle da tipografia motivou discussões entre o legislativo e o executivo provincial<sup>6</sup>, conforme será detalhado mais adiante. Em 1866, montou sua própria tipografia<sup>7</sup> e imprimiu o seu primeiro jornal<sup>8</sup>. Deste primeiro periódico até a sua saída do ramo foram 27 anos lidando com a imprensa na capital da província de Minas Gerais.

Firmando contratos com o governo, Paula Castro foi descrito como alguém que precisava arrancar migalhas dos cofres públicos<sup>9</sup> no início de sua carreira. Em alguma medida, os acordos firmados com o governo devem ter contribuído para o enriquecimento de Paula Castro, pois ele adquiriu terras minerais no distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto, ao longo da década de 1880<sup>10</sup>. Os oito jornais que pertenceram a Paula Castro também lhe proporcionaram adquirir a propriedade de um prédio em Ouro Preto, que, na década de 1890, foi alugado para o governo estadual para sediar a Secretaria de Agricultura e Obras Públicas de Minas Gerais<sup>11</sup>.

Por meio dos seus jornais, Paula Castro esteve ativamente ligado ao debate político mineiro na segunda metade do século XIX. A tendência política de seus impressos passou de liberal a conservadora em 1868, não sem enfrentar críticas. Para

---

<sup>4</sup> Não foram encontrados quaisquer tipos de trabalhos sobre João Francisco de Paula Castro. Existe apenas uma tese de doutorado que cita brevemente o nome do tipógrafo-empresário, mencionando-o como dono do *Diário de Minas*, sem mais detalhe algum. Trata-se da tese *O “silêncio” das Gerais: O nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros*, de Jairo Faria Mendes, defendida na Universidade Federal de São João Del-Rei.

<sup>5</sup> *Relatorio que ao illm. E exm. Sr. Dr. Fidelis de Andrade Botelho, 4º vice-presidente da provincia de Minas Geraes, apresentou no acto de passar a administração, em 2 de abril de 1864, o conselheiro João Crispiniano Soares*. Ouro Preto, Typ. Do Minas Geraes, 1864. p. 4.

<sup>6</sup> *O compilador da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, no ano de 1863*. nº 01, ano 01. p. 14, 22, 130 e 159. Ouro Preto, 1863.

<sup>7</sup> Optamos por manter as grafias originais de nomes próprios e nas citações diretas de textos contidos nos documentos analisados nesta pesquisa.

<sup>8</sup> *Diário de Minas*. nº 1, ano I. Ouro Preto, 01 de junho de 1866.

<sup>9</sup> Ribeiro, Joaquim Cypriano. *A Actualidade*. In: *A Actualidade*, nº12, ano I, p. 1 e 2. Ouro Preto, 13 de abril de 1878.

<sup>10</sup> Noticiário. In: *A União*, nº 235, ano III, p. 1. Ouro Preto, 29 de dezembro de 1888.

<sup>11</sup> Parte Oficial. In: *Minas Gerais – Orgam official dos poderes do estado*. nº 200, ano III, p. 2. Ouro Preto, 12 de novembro de 1892.

além dos conflitos, Paula Castro cultivou relações de proximidade ou até mesmo de amizade com a elite política mineira, que passaram a fazer parte de seu universo relacional<sup>12</sup>. Assim, tentando manter-se no meio impresso, o tipógrafo-empresário negociava frutuoso contratos com o governo mineiro, e, em troca, publicava textos de interesse dos partidos – ainda que a relação entre os contratos e os textos publicados não fosse explícita.

A imprensa era um fator importante no cenário político imperial. Considerada o principal meio de manifestação da opinião pública pelo imperador D. Pedro II, a imprensa era dependente das assinaturas, do governo e das organizações partidárias. Nesse cenário, Governo e oposição tinham, cada um, os seus jornais, e os jornalistas se misturavam às elites políticas (CARVALHO, 2007a). Nessa seara, as relações de Paula Castro encontram seu primeiro fator de explicação nessas premissas, mas não só aí: é preciso ir mais além nas características da imprensa brasileira daquele momento para, então, analisarmos a inserção, atuação e permanência de Paula Castro nesse meio.

Nelson Werneck Sodré, em *História da Imprensa no Brasil* (1999), traça algumas características relevantes para o recorte de que tratamos. Seguindo a Sodré, podemos observar que Paula Castro e seus jornais se localizavam na transição de uma imprensa artesanal (e muito mais ligada às questões políticas) para uma imprensa industrial (mais voltada ao lucro e mais profissionalizada). Conforme o autor, a imprensa servia à nova estrutura que se firmava com a ascensão do Segundo Império e o fim das lutas regenciais, indicando a confluência entre a imprensa e os interesses das elites que despontavam com D. Pedro II (SODRÉ, 1999).

A formação da estrutura do Segundo Império, nas palavras de Sodré (1999, p. 186), consolidava “uma larga etapa e tudo ganha aspectos duradouros, parece definitivo” e fazia a imprensa política desaparecer aos poucos. O *Jornal do Commercio* ilustrava bem o que era a imprensa da segunda metade do século XIX para este estudioso, configurando um jornal que não era partidário, mas moderado em todos os sentidos. Sem fortes pendores partidários, esse jornal buscava expor os fatos com detalhes, como um retrato do ocorrido naquele momento. Nesta imprensa, os homens de letras encontravam liberdade relativa na literatura desassociada de partidarismos políticos (SODRÉ, 1999).

---

<sup>12</sup> O conceito de universo relacional aqui utilizado inspira-se na obra de Álvaro de Araújo Antunes. ANTUNES, Á. A. **Espelho de Cem Faces: O Universo relacional de um Advogado Setecentista**. São Paulo: Annablume, 2004.

De acordo com Sodré, a situação sofreu leves alterações com as “agitações” causadas pela Guerra do Paraguai, que revelaram as contradições da sociedade e despertaram o interesse por reformas em diversos aspectos. As discussões em torno dessas reformas se deram, então, através da imprensa. Com isso, a imprensa “ampliava a sua influência, ganhava nova fisionomia, progredia tecnicamente” (*Ibidem*, p. 223).

No entanto, existe consenso na historiografia mais recente sobre a imprensa brasileira de que ela era parte importantíssima dos debates políticos. Com efeito, segundo Ana Luiza Martins (2013), a relação que os jornais mantinham com a causa política era uma marca desse período. A imprensa apresentava uma carga de civilidade que se encaixava com os desejos da Coroa. Por isso, Martins (2013) coloca que os diversos agentes sociais da imprensa ganhavam força e expressão nas discussões sociais e políticas do império. Todavia, ainda de acordo com a autora supracitada, apesar das inovações técnicas possibilitadas pela economia cafeeira e pelo incentivo à liberdade de imprensa concedido pelo próprio D. Pedro II, os jornais encontraram obstáculos não só na própria monarquia centralizada e católica, como também nas próprias relações e modos de se fazer política daquele momento, conforme o caso de Paula Castro ilustrará.

A conjugação entre imprensa e política persistiu enquanto característica principal dos jornais da época. Tal conjugação se dava a serviço dos partidos, e quase sempre os jornais estavam, de alguma forma, vinculados e/ou condicionados a interesses políticos e econômicos. Em grande medida, a política da época conjugava afinidades intelectuais com grupos sociais ou familiares e, “em geral, os partidos e respectivas famílias se faziam representar por meio de um jornal, demarcador de suas opiniões, ambições e lutas” (MARTINS, 2013, p. 48).

A explicação da autora é de que, embora as rendas obtidas pelos jornais com assinaturas, vendas de edições avulsas, assim como com propagandas, textos “a pedido”, ou até mesmo comercialização de impressos de outra natureza existissem, na maioria das vezes não eram suficientes para manter os periódicos por um período longo. Assim, quando não pertencentes a grupos políticos, como é o caso de Paula Castro, os donos procuravam apoio neles, se comprometendo então com seus financiadores.

Já na perspectiva de Romancini e Lago (2007), existiram, no reinado de D. Pedro II, dois tipos de jornais. Alguns eram radicalmente opinativos, voltados às grandes campanhas, enquanto outros, como é o caso daqueles produzidos na Typographia de J. F. de Paula Castro, cresceram e estruturaram-se enquanto empresas, com objetivos comerciais e equipes profissionalizadas e, por estas características,

duravam mais. Ainda assim, mantinham a preocupação com os debates políticos, pois localizavam-se também, assim como os primeiros, na conjugação entre imprensa e política. Apesar disso, consolidaram-se mesmo somente na República (ROMANCINI; LAGO, 2007).

Ainda sobre as características da imprensa imperial e para além delas, a vida profissional de Paula Castro e as especificidades de seus jornais passam também pela sua vinculação com os partidos do império em âmbito regional. Tais relações pressupõem, então, certa capacidade de negociar e de se adaptar aos interesses das elites regionais e seus representantes da Assembleia Legislativa Mineira, bem como com os interesses dos presidentes da província. Desde as reformas liberais e o Ato Adicional na década de 1830, as elites regionais passaram a ter maior autonomia em questões estratégicas através das Assembleias Legislativas das províncias e dos deputados que as compunham. O mesmo acontecia em relação aos presidentes das províncias, representantes do governo central (DOLHNIKOFF, 2003). Assim, as elites regionais tornavam-se também elites políticas com demandas locais.

As elites regionais do Segundo Império se faziam representar nas Assembleias Legislativas, que contavam com autonomia suficiente para garantir as diversas demandas (econômicas, políticas, etc.) da região. Tal autonomia tornou as Assembleias espaços de articulação entre membros das elites regionais e de sua inserção no cenário político nacional (DOLHNIKOFF, 2003).

Miriam Dolhnikoof pontua o papel dos presidentes de província na relação entre as elites regionais e o poder central. Segundo a autora, ainda que o presidente de província, escolhido pelo poder central, representasse os interesses do Imperador, havia a necessidade de estabelecer negociações com as elites regionais, representadas pelas Assembleias Provinciais. Nesse ambiente, o presidente não tinha capacidade de iniciar projetos, ou alterar a legislação provincial, pois estas eram competências das Assembleias. Porém, a manipulação de resultados eleitorais para o Conselho de Ministros dependia da negociação entre parte das elites regionais e os presidentes, uma vez que demandava influência sobre os indivíduos votantes de cada localidade. Assim, a intervenção dos presidentes de província nos processos eleitorais não obedecia somente aos interesses do governo central, mas também às disputas e alianças com as facções locais. Desconhecendo a província sob sua administração, por ser, na maioria das vezes, um forasteiro, o presidente de província dependia dos deputados para tomar decisões e “alcançar determinados objetivos de interesse do governo central” (DOLHNIKOFF,

2003, p. 121).

Cumpramos pontuar que esta não era uma relação obrigatoriamente problemática ou conflituosa na medida em que a negociação permitia arranjos com as elites regionais. Entretanto, tal abertura para a negociação não afastava as desavenças entre deputados – representantes das elites regionais – e os presidentes (DOLHNIKOFF, 2003). Por vezes, as alterações aconteciam em torno de aspectos muito pontuais, como, por exemplo, envolvendo os contratos com Paula Castro.

A necessidade da presença de um representante do governo central era reconhecida até mesmo pelos liberais, que eram em tese, defensores da descentralização. Diante das incertezas e dos conflitos internos, entendiam os liberais que o presidente de província era um representante da unidade territorial. A autonomia provincial – tema liberal – precisava, por isso, conviver com este agente do governo central, conforme lembra Dolhnikoff (2003) Assim, tendo em vista a necessidade de articulação entre presidente e elites regionais, podemos perceber que o mesmo não representava obstáculo para a relativa autonomia das elites provinciais, pois “sua dependência dos deputados provinciais (...) aponta muito mais para uma convivência na qual prevalecia a negociação entre governo central e elite regional e não a imposição da vontade do primeiro”, conforme Dolhnikoff (*Ibidem*, p. 125).

## **1.2 Economia, sociedade e imprensa mineira**

Como pontuado, a imprensa compunha um cenário de jogos políticos e de representação de interesses de grupos políticos presentes na Assembleia Legislativa ou na presidência da província. A nível nacional, a elite política do Brasil Império se constituía, no exercício do poder, como um grupo político conservador, composto principalmente de proprietários de terras, burocratas e comerciantes que se organizaram nos partidos Conservador e Liberal (LEMOS, 2009). Os partidos se revezavam no poder sob o Poder Moderador, exercido por D. Pedro II. Na figura do imperador, por sua vez, concentravam-se o Poder Moderador e Executivo, elementos centralizadores da política e administração que eram capazes de reproduzir as condições necessárias para o domínio político da elite econômica.

O Legislativo compunha-se da Câmara dos deputados e do Senado. Os deputados eram eleitos indiretamente, ao passo em que os senadores eram vitalícios e “escolhidos a partir de uma lista eleitoral de onde saíam os três nomes mais votados,

entre os quais o imperador nomeava um” (LEMOS, 2009, p. 409). Dizia-se que o sistema político era uma monarquia representativa, porém, conforme o autor supracitado, escravos e uma parcela muito grande de pessoas livres foram excluídos do direito de votar e de se eleger durante boa parte do Império, em detrimento do caráter censitário do voto.

Dentro deste arranjo, a elite política e econômica mineira tinha suas especificidades. Segundo Isaías Pascoal (2007), a província estava inserida comercialmente num circuito interprovincial, em que os centros de maior dinamismo exerciam efeito agregador, na medida em que os excedentes de outras regiões eram direcionados a eles. A produção de café e minerais preciosos multiplicava a produção dos demais setores, pois levava a aumentar, conseqüentemente, a demanda por produtos de subsistência. Assim, a economia mineira era muito diversificada (PASCOAL, 2007).

Laird Bergad (2004) também fez apontamentos na mesma direção. Segundo ele, as estruturas econômicas mineiras se diversificaram cada vez mais ao longo do século XIX, e em quase todas as regiões da província existiam pequenas indústrias caseiras de tecidos de algodão. Além disso, desenvolveram-se em Minas a produção de ferro e as pequenas indústrias de ferramentas. Desta forma, embora o café dominasse o comércio voltado para exportação, ele não foi uma força definidora da economia mineira no século XIX. A economia diversificada e o mercado interno mineiro eram decisivos para criadores de gado, lavradores e pequenas indústrias (BERGAD, 2004), o que certamente influenciava na política local.

Já segundo Douglas Libby (1988), ao contrário de outras províncias, em Minas a atividade agrícola era voltada para o autoconsumo ou para o mercado nacional, e não para a exportação. Todavia, a economia mineira não se baseava somente na atividade agrícola, pois havia também a presença de siderurgias, pequenas fundições e indústrias têxteis tanto domésticas quanto fabris. O autor enfatiza, ainda, o destaque das atividades industriais na economia da província de Minas Gerais em sua totalidade, demonstrando a diversidade da composição do aspecto econômico mineiro no século XIX. Libby destaca que essas diversas atividades econômicas muitas vezes estavam direta ou indiretamente ligadas, como quando o referido autor aponta que pequenas e médias fundições frequentemente constituíam a extensão de uma fazenda.

Em suma, vimos que os três últimos autores acima mencionados apontam para uma economia mineira bem diversificada – o que nos leva a crer que a elite econômica e política com a qual Paula Castro teve que lidar assim também o era. As diversas

atividades econômicas em Minas eram, como em todo o império, baseadas na mão-de-obra escrava. Em geral, a população escrava mineira aumentou ao longo do século XIX, mas diminuiu em relação ao total de habitantes em Minas, segundo Bergad (2004). Mesmo assim, ainda era o maior contingente escravo quando comparado às demais províncias do Império. Segundo Bergad (2004), em 1872 os escravos representavam 18% dos habitantes mineiros, enquanto os negros e mestiços livres representavam cerca de 40% da população mineira.

Quanto à distribuição da posse de cativos, Libby (1988) trás dados interessantes que corroboram a tese da diversidade econômica e, portanto, da elite mineira. Segundo o autor, entre 1831 e 1840, 23% dos proprietários possuíam cerca de 4% do total de escravos em Minas, enquanto aproximadamente 3% possuíam cerca de 20% dos cativos. Isso indica que muitos proprietários detinham a posse de um número baixo de escravos, enquanto que poucos possuíam um número mais elevado. Segundo o autor, “os dados da primeira metade do século XIX demonstram a clara predominância da pequena e média posse de cativos” (LIBBY, 1988, p. 346).

Ainda sobre a população, a região de Ouro Preto, onde João Francisco de Paula Castro vivia, representava 15,1% da população total de Minas Gerais em 1872, sendo a segunda região mais populosa da província, conforme Libby (1988). O autor traz que os dados obtidos a partir do censo de 1872 demonstram que, dos habitantes da comarca, aproximadamente 40% eram brancos. Pouco mais de 42% eram negros e mestiços livres e cerca de 17% eram escravos. Sobre Minas como um todo, Bergad afirma:

As configurações raciais mudaram de maneira bastante significativa durante o século 19. A população branca aumentou mais depressa do que qualquer outro grupo, e no censo de 1872 superava numericamente a população de negros e mulatos livres. Ainda que a população escrava tenha aumentando numericamente durante o século 19, os escravos diminuíram continuamente como porcentagem da população da província; no entanto, entre negros e mulatos, os livres eram a grande maioria desde a década de 1820 até a abolição (BERGAD, 2004, p. 310).

Assim, a diversificação econômica mineira no século XIX, aliada à pujança populacional, deu condições à província para exibir a maior representação parlamentar no império. Dados expostos por Afonso de E. Taunay e citados por Pascoal (2007) demonstram que, na constituinte de 1823, 20 dos 89 deputados eram mineiros. A primeira legislatura imperial, em 1826, foi composta por 20 deputados mineiros. Em

1889, 45 dos 235 membros do senado imperial eram de Minas Gerais. A carreira política destes possivelmente iniciou-se no legislativo mineiro, representando os interesses da elite – que não deve ser tomada como homogênea – e da população, atrelada à diversificação da economia mineira demonstrada acima.

Era dentro deste contexto, e lidando com uma elite diversificada, a qual possuía capacidade de alçar boa quantidade de representantes mineiros ao legislativo imperial, na capital que concentrava a segunda maior população da província, que a imprensa mineira e os jornais de João Francisco de Paula Castro se encontravam.

Alexandre Mansur Barata e Gisele Ambrósio Gomes (2008) apontam que ao longo do Primeiro Reinado e do Período Regencial surgiram em Minas novos espaços de sociabilidade, os quais permitiram que a imprensa crescesse, uma vez que propiciaram um ambiente de discussão, debate, críticas e ações políticas através dos jornais. A circulação de impressos aumenta ao longo do período citado, demonstrando que as discussões públicas se faziam cada vez mais presentes na província (BARATA; GOMES, 2008). Os primeiros periódicos mineiros, segundo esses autores, tinham duração breve ou eram publicações de circunstância, que objetivavam, na maioria das vezes, fomentar polêmicas. Ligados a grupos ou lideranças políticas e divulgando princípios doutrinários, eram, muitas vezes, lidos e discutidos publicamente, e assim “possibilitavam a introdução de novas ideias, vocabulário e práticas políticas. Ou seja, por meio deles, buscava-se interferir, penetrar na chamada ‘opinião pública’ (...)”, concluem os autores (BARATA; GOMES, 2008, p. 45-48).

No mesmo viés, Luciano da Silva Moreira (2008) enfatiza que, ao longo de todo o século XIX, os impressos foram alguns dos principais ingredientes da política mineira, em torno dos quais foram criados e difundidos conceitos e ideias. Segundo o autor, os impressos se inseriam enquanto força ativa na vida política da província e do Império, influenciando e moldando as culturas políticas daquele tempo. Moreira destaca o importante papel dos tipógrafos e donos de jornais para o debate político em Minas:

De fato, uma guerra se processou naqueles anos, e as principais armas foram forjadas, em papel e tinta, nas pequenas oficinas de impressão. Enfim, ao potencializar o discurso escrito por meio da prática da impressão, trazendo à luz periódicos e panfletos políticos, os tipógrafos participaram ativamente da constituição dos espaços de debate na Província de Minas Gerais. (MOREIRA, 2008, p. 39).

Silami e Drumond (2008), por sua vez, dividem a imprensa da capital mineira

em três momentos ao longo do século XIX: até 1840, a imprensa se confundia com o debate político, pois os textos pequenos e polêmicos que os periódicos traziam discorriam sobre projetos de construção do Brasil recém-independente.

Segundo esses autores, entre 1840 e 1880 os assuntos provinciais passaram a predominar nas páginas impressas na capital. Nesse período, os jornais cresceram, variaram seus conteúdos e aumentaram em número e em circulação, apontando uma possível ampliação do público leitor e dos profissionais que lidavam diretamente com a imprensa. Nesse ínterim, a literatura ocupou bom espaço nos periódicos ouro-pretanos e o caráter noticioso passou a predominar, mas os editoriais continuavam a debater opiniões e fazer análises políticas. Outra grande característica desta fase da imprensa mineira foi o debate entre os próprios jornais ou personalidades públicas que se vinculavam a eles. “Acusações, réplicas e trélicas parecem ter despertado grande simpatia no público e alimentado essa prática, que se tornou corriqueira. Quantos jornais não foram criados e outros não sobreviveram tão-somente para sustentar querelas!” (SILAMI; DRUMOND, 2008, p. 59).

De 1880 em diante houve aumento do número e diversidade de títulos e tendências na imprensa, mas o grande debate ao qual a imprensa majoritariamente se prestou foi o da transferência da Capital para a recém-criada Belo Horizonte, principalmente na década de 1890 (SILAMI; DRUMOND, 2008),

### **1.3 João Francisco de Paula Castro**

A carreira e as produções jornalísticas de João Francisco de Paula Castro se configuram dentro de todo o cenário ora apresentado – as características da imprensa do império que, em casos como o de Paula Castro, se adequavam dentro dos interesses das elites regionais através de contratos que certamente moldavam, de alguma maneira, o conteúdo veiculado. Nesse sentido, trataremos mais à frente do conteúdo de seus jornais e das negociações e relações em que ele se envolveu. No entanto, ainda que nosso objetivo seja analisar a carreira e as obras do tipógrafo-empresário e não o biografá-lo<sup>13</sup>, é necessário entendermos um pouco mais sobre quem ele era, além de pontuar sua inserção no contexto de que viemos falando até o momento. Para isso, utilizamos dados que a própria imprensa que conviveu com Paula Castro é capaz de nos fornecer.

---

<sup>13</sup> Nas próximas páginas explicaremos as razões de não fazermos uma biografia de Paula Castro.

João Francisco de Paula Castro nasceu em 15 de maio de 1831<sup>14</sup>, sendo natural de Ouro Preto, Minas Gerais<sup>15</sup>, cidade onde construiu sua vida pessoal e profissional. Foi casado com Blandina Silveira de Castro, até que ela faleceu em 22 de fevereiro de 1890<sup>16</sup>. Teve com ela cinco filhos: Theresa, Maria Josephina, Amazilis, Henrique e Antonio. Quando Blandina faleceu, Theresa era viúva do tenente Francisco de Assis Ferreira; Maria era casada com Carlos Coelho Magalhães; Amazilis, com Alfredo Furst; Henrique, com Josephina de Brito; e Antonio, com Maria Heibuth<sup>17</sup>. Não se sabe a ordem de idade dos filhos de Paula Castro e Blandina, nem quando eles se casaram, ou mesmo se tiveram netos, uma vez que tais informações não se fazem presentes nos impressos a que tivemos acesso.

Os pais de João Francisco de Paula Castro eram Francisco de Paula Castro e Thereza Xavier de Jesus Castro<sup>18</sup>. Thereza faleceu em 9 de fevereiro de 1875, tendo recebido nos últimos dias de sua vida os cuidados dos médicos Manoel de Aragão Gesteira e Carlos Thomaz de Magalhães Gomes<sup>19</sup>. Tais médicos, na época, eram importantes na região, pois, conforme noticiavam os jornais daquele período, estavam envolvidos nos cuidados e controle da epidemia de varíola que assolava Ouro Preto na década de 1870. Já sobre o pai, Francisco de Paula Castro, nada se sabe. Supomos que tenha morrido antes de João Francisco começar a atuar na imprensa, pois, do contrário, teríamos encontrado alguma nota de seu falecimento ou homenagem a ele.

Pouco menos de um ano após a morte de Blandina, João Francisco, aos 59 anos, se casou novamente, com Maria Josephina de Santiago, de 39 anos. O casamento ocorreu em 31 de janeiro de 1891<sup>20</sup>, e o casal teve como padrinhos Diogo de Vasconcelos e Fausto de Oliveira.

Paula Castro participou ativamente da vida política ouro-pretana. Desde 1855, se tem notícia do então escripturario<sup>21</sup>, sendo ele então convocado para ser jurado pelo

<sup>14</sup> Em 15 de maio de 1891, *O Jornal de Minas* felicitou Paula Castro por seus 60 anos de idade. *O Jornal de Minas*, nº 76, ano XIV. p. 1. Ouro Preto, 15 de maio de 1891.

<sup>15</sup> Edital. In: *O Jornal de Minas*, nº 10, ano XIV. P. 2. Ouro Preto, 14 de fevereiro de 1891.

<sup>16</sup> Nota de falecimento de Blandina Silveira de Castro no *Estado de Minas-Geraes*. Noticiário. In: *O Estado de Minas Geraes*, nº 29, ano I. p. 2. Ouro Preto, 26 de fevereiro de 1890.

<sup>17</sup> *Idem*.

<sup>18</sup> Edital. In: *O Jornal de Minas*, nº 10. *Op. cit.*

<sup>19</sup> Nota de falecimento de Thereza Xavier de Jesus Castro em jornal pertencente a João Francisco de Paula Castro. A Pedido. In: *Diario de Minas*, nº 417, ano III. P. 4. Ouro Preto, 11 de fevereiro de 1875.

<sup>20</sup> Edital. In: *O jornal de Minas*, nº 25, ano XIV. P. 1. Ouro Preto, 3 de fevereiro de 1891.

<sup>21</sup> João Francisco de Paula Castro é mencionado como 'escripturario' de Bernadino Fernandes de Azevedo. Correspondencia. In: *O Bom Senso*, nº 296, ano IV. Ouro Preto, 15 de setembro de 1855.

distrito de Antonio Dias<sup>22</sup>. Tais convocações se mantiveram ao longo de toda a vida desse personagem. Ele também foi considerado apto a ser eleitor na década de 1880, recebendo um título de eleitor<sup>23</sup> em outubro de 1883<sup>24</sup>. No entanto, sua participação na vida política se deu, principalmente, através de seus jornais.

Em 1863, João Francisco passou a ser responsável pela produção de trabalhos impressos do governo da província de Minas Gerais na tipografia provincial. O contrato celebrado com o Executivo mineiro previa o arrendamento da tipografia a Paula Castro, que deveria arcar com os custos de manutenção da mesma enquanto recebia sete contos de reis anuais pelos trabalhos<sup>25</sup>. Em 1866, após negociação e estabelecimento de um novo contrato com a presidência da província mineira, ele montou sua própria tipografia, localizada na então Rua das Mercês, nº 1, em Ouro Preto<sup>26</sup>. Seu primeiro jornal foi o *Diario de Minas*, que existiu entre junho de 1866 e março de 1868. Substituiu-o pelo *Liberal de Minas*, mas o jornal deixou de pertencer a Paula Castro em apenas alguns meses. Ambos os jornais eram de orientação liberal<sup>27</sup>.

Em agosto de 1868, Paula Castro fundou o *Noticiador de Minas*, ligado ao Partido Conservador, que durou até janeiro de 1873. Daí até o fim do império, todos os jornais de Paula Castro foram de orientação conservadora – tanto que, em fevereiro de 1873, o *Diario de Minas* volta a existir, mas com orientação política diferente de outrora. Este último teve como redator José Cesário de Faria Alvim<sup>28</sup>.

<sup>22</sup> Editaes. In: *O Bom Senso*, nº 312, ano IV. P. 6. Ouro Preto, 7 de maio de 1855.

<sup>23</sup> Após a Lei Saraiva, houve, pela primeira vez no Brasil, o registro dos eleitores através de um título. A Lei Saraiva instituiu eleições diretas para todos os cargos elegíveis, aumentou a renda mínima para ser eleito e excluiu os analfabetos do processo eleitoral uma vez que era preciso ao menos assinar o título e outros documentos. BRASIL. TSE. *Lei Saraiva* (decreto nº 3029, de 9 de janeiro de 1881). Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva>. Acesso em: 30 ago. 2020.

<sup>24</sup> Em 1878 e 1881 foram publicadas listas de eleitores no *Actualidade*, nas quais o nome de Paula Castro aparece. Em 1883, a lista de pessoas convidadas a receber seu título de eleitor na câmara municipal de Ouro Preto, publicada pelo *Liberal Mineiro*, também mencionava Paula Castro. *A Actualidade*, nº 110, ano I, p. 4. Ouro Preto, 16 de outubro de 1878. *A Actualidade*, nº 57, ano IV. P. 3. Ouro Preto, 7 de junho de 1881. *O Liberal Mineiro*, nº 141, ano VI, p. 3. Ouro Preto, 31 de outubro de 1883.

<sup>25</sup> *O compilador da assembleia legislativa provincial de Minas Gerais, no ano de 1863*. P. 14. Volume único. Ouro Preto, 1863.

<sup>26</sup> Consta nos apêndices desta dissertação um quadro com informações pontuais sobre a carreira de Paula Castro, incluindo o período de duração de cada um dos jornais.

<sup>27</sup> Falaremos, mais a frente, sobre o aspecto político dos jornais de Paula Castro.

<sup>28</sup> José Cesário de Faria Alvim foi deputado provincial mineiro entre 1864 e 1867 e 1886 a 1889, e deputado geral do Império de 1867 a 1868 e de 1877 a 1880. Em 1884, se tornou presidente da província do Rio de Janeiro. Publicou livros e foi colaborador de alguns jornais mineiros e fundador do *A Opinião Mineira*, de Ouro Preto. Foi filiado ao Partido Liberal durante toda sua vida política no Império, e aderiu ao Partido Republicano às vésperas da instauração do novo regime, através do qual continuou atuando politicamente. (LANA, Vanessa. *ALVIM, Faria*. Verbete. In: ABREU, Alzira Alves (org). **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Rio de Janeiro, FGV, 2013. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALVIM,%20Ces%C3%A1rio.pdf>. Acesso em 17/05/2020).

O fim do *Diario* se deu em março de 1878, e então o *Constitucional* passou a ser impresso na tipografia de Paula Castro. Este jornal, que só existiu até dezembro do mesmo ano, não levou o nome de Paula Castro enquanto dono ou redator. Os redatores eram João Pedro Moretzsohn<sup>29</sup> e Pedro Maria da Silva Brandão<sup>30</sup>. Em 1879, passou a funcionar na tipografia, que até então pertencia a Paula Castro, o jornal *A Província de Minas*, de propriedade de José Pedro Xavier da Veiga<sup>31</sup>. Embora funcionasse na Rua das Mercês, nº1, este jornal não tinha nenhuma relação com Paula Castro, sendo o prédio provavelmente alugado.

O tipógrafo-empresário só reapareceu na imprensa em 1885, quando fundou, em setembro, o *Vinte de Agosto*, que durou pouco mais de um ano, tendo como diretor Diogo Luis de Almeida Pereira de Vasconcelos<sup>32</sup>. O último jornal pertencente a Paula

---

<sup>29</sup> João Pedro Moretzsohn foi um advogado conservador que ocupou diversos cargos públicos, como juiz municipal do termo de Piranga, inspetor geral interino de instrução pública da província e procurador fiscal da tesouraria provincial no decênio de dominação conservadora (1868-1878). A partir de 1878, tendo sido demitido do cargo público que ocupava, passou a trabalhar como redator do *Constitucional* e em 1881 contribuiu com textos para *A Província de Minas*. Possuiu também um escritório de advocacia particular. Foi escolhido membro da Assembleia Legislativa Mineira em 1882, e considerado um dos mais importantes membros da oposição conservadora em Minas entre 1878 e 1885. Faleceu em 18 de maio de 1883 (Dr. João Pedro Moretzsohn. In: *A Província de Minas*, nº 154, ano III, p. 1. Ouro preto, 24 de maio de 1883).

<sup>30</sup> Pedro Maria da Silva Brandão foi inspetor geral de instrução pública em 1874 (Parte Oficial. In: *Diario de Minas*, nº 219, ano II, p. 1. Ouro Preto, 11 de março de 1874). Foi promotor público da comarca de Diamantina (Parte Oficial. In: *Diario de Minas*, nº 499, ano III, p. 1. Ouro Preto, 26 de agosto de 1875). Candidatou-se a cargos públicos diversas vezes pelo Partido Conservador, como demonstra muitas edições do *Diario de Minas*. Foi delegado do grêmio do partido Conservador em Ouro Preto. Também foi candidato pelo partido conservador em 1878 (*O Constitucional*, nº 28 e 29, ano I. Ouro Preto, agosto de 1878). Em 1884 era deputado provincial pelo Partido Conservador (Gazetilha. In: *A Província de Minas*, nº 217, ano V, p. 2. Ouro Preto, 31 de julho de 1884). Ainda, foi deputado mineiro na última legislatura (1886-1889) (*Revista do Archivo Publico Mineiro*, nº 1, ano I. Ouro Preto, 1896).

<sup>31</sup> José Pedro Xavier da Veiga foi um importante jornalista e político mineiro. Fundou o periódico *A Província de Minas* em 1874, órgão do Partido Conservador. Foi deputado provincial pelo Partido Conservador entre 1872 e 1879, e 1882 e 1883, e depois senador estadual entre 1891 e 1898. Fundou o Arquivo Público Mineiro em 1895. Autor de diversos números da *Revista do Arquivo Público Mineiro* e da conhecida monografia *Efemérides Mineiras*. Além disso, foi admitido membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1897. (JOSÉ, Oiliam. *José Pedro Xavier da Veiga, patrono da cadeira número 18*. In: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Disponível em <https://ihgmg.org.br/sme/conteudoinstitucional/menuesquerdo/SandBoxItemMenuPaginaConteudo.ew?idPaginaItemMenuConteudo=7596>. Acesso em 15/02/2021) (SILVA, Marisa Ribeiro. *História, memória e poder: Xavier da Veiga, o Arconte do Arquivo Público Mineiro*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 166 p. 2006).

<sup>32</sup> Diogo Luis de Almeida Pereira de Vasconcelos é bisneto de Diogo Pereira de Vasconcelos, vereador incluído do período colonial, sobrinho do Conselheiro Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, que foi presidente da Província de Minas Gerais em 3 ocasiões e senador do Império. Sobrinho também de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que foi vice-presidente da província, senador e Primeiro Ministro do Império. Diogo Luis de Almeida Pereira Vasconcelos foi muito atuante na política, tendo sido deputado e senador no Império. Era conservador e ultracatólico, defendendo a Igreja Católica tanto no meio político quanto na imprensa. Combateu o republicanismo antes e depois da Proclamação da República e promoveu boicotes, junto a outros monarquistas, ao Congresso Republicano em Ouro Preto. Autor de obras sobre a história de Minas. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e do Instituto Histórico de Ouro Preto

Castro durante o Império foi *A União*, que existiu entre setembro de 1886 e novembro de 1889 e teve como redator José Eufrosino Ferreira de Brito<sup>33</sup>.

Em novembro de 1889, *A União* deu lugar ao *Estado de Minas-Geraes*. Posteriormente, o jornal teve o nome encurtado para *Estado de Minas*, também de propriedade de Paula Castro, cuja tipografia estava localizada no endereço de sempre. O jornal foi vendido a Antonio Olinto em 1893<sup>34</sup>, mas continuou funcionando na Rua das Mercês, nº 1, até 1897.

Ao mesmo em que o *Estado de Minas* funcionava no prédio, Paula Castro arrendou outro pavimento do mesmo à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de Minas Gerais até 1897<sup>35</sup>, quando aconteceu a mudança da capital para Belo Horizonte. A partir de 1898, o endereço passou a sediar uma pensão pertencente a Henrique Guilherme de Paula Castro, um dos filhos de João Francisco<sup>36</sup>, além da tipografia do *Jornal Mineiro*, que não tinha nenhuma relação com Paula Castro ou sua família.

O que havia de comum entre os oito jornais que pertenceram a Paula Castro é o fato de que quase todos eles publicaram atos oficiais do governo provincial e depois estadual, além da transcrição de falas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – à exceção do *Constitucional*, que foi o único jornal pertencente a Paula Castro que fez oposição ao governo mineiro e ao Conselho de Ministros. Fruto de contratos entre Paula Castro e o governo mineiro, as publicações oficiais, somadas às propagandas e assinaturas, proporcionavam bons rendimentos ao empresário e a possibilidade da manutenção de seus jornais.

Em 1866, quando publicou seu primeiro jornal, Paula Castro possuía um escravo. Uma das primeiras edições do *Diario de Minas* já anunciava a gratificação de 200\$000 pelo escravo Benedicto, que havia fugido com algumas peças de roupa e

---

(GONÇALVES, Renata Kelly de Almeida. *Diogo Luiz de Almeida Pereira Vasconcelos, patrono da cadeia número 09*. In Site do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.ihgmg.org.br/sme/conteudoinstitucional/menuesquerdo/SandBoxItemMenuPaginaConteudo.ew?idPaginaItemMenuConteudo=7536>. Acesso em: 16 fev. 2021).

<sup>33</sup> José Eufrosino Ferreira de Brito foi redator de *A União*, e era membro do Partido Conservador. (Eleição Senatorial – chapa do partido conservador. In: *A Provincia de Minas*, nº 423, ano VII, p. 1. Ouro Preto, 23 de abril de 1887). Foi deputado provincial de Minas entre 1872 e 1873, e secretário de polícia de Minas. (VEIGA, Bernardo Saturnino. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha, Typographia do Monitor sul-Mineiro, 1874. P. 169).

<sup>34</sup> Expediente. In: *O Estado de Minas*. nº 352, ano IV, p. 1. Ouro Preto, 19 de outubro de 1893.

<sup>35</sup> *Minas Gerais – Orgam Oficial dos Poderes do Estado*, nº 65, ano VI, p. 1. Ouro Preto, 10 de março de 1897.

<sup>36</sup> Anuncios. In: *Jornal Mineiro*, nº 63, ano II, p. 3. Ouro Preto, 27 de novembro de 1898.

adereços de montaria<sup>37</sup>. Em 1867, o mesmo escravo, que havia sido capturado, fugiu novamente<sup>38</sup>. Em 1873, Paula Castro anunciou mais uma vez uma gratificação por outro escravo, chamado Eleutherio, que também fugiu levando boas peças de roupa<sup>39</sup>.

Em 1888 tinha-se a notícia de que Paula Castro havia vendido terras ricas em ouro para a Charles Smith e Cia., empresa americana de extração de metais preciosos. Tais terras localizavam-se no distrito ouro-pretano Antonio Pereira<sup>40</sup>. Em 1878, um editorial do jornal *A Actualidade* contou alguns detalhes relevantes sobre o tipógrafo-empresário: segundo o jornal, na época em que ele trabalhava na tipografia provincial, “não [tinha] em suas mãos outros meios de subsistencia que a exigua migalha arrancada mensalmente aos exaustos cofres da provincia”<sup>41</sup>. Assim, não se pode afirmar com certeza, mas diante do fato de que não foram encontradas nenhuma menção a tais terras anteriormente a 1888, supõe-se que ele as adquiriu não muito tempo antes da venda, e possivelmente comprou-as com os rendimentos proporcionados pelos negócios de sua empresa jornalística.

Dois anos depois, em 1890, Paula Castro pediu ao Ministério da Agricultura permissão para explorar ouro em terreno de sua propriedade, no Distrito de Antonio Pereira<sup>42</sup>. Não se sabe se ele retomou a posse do terreno que havia sido vendido ou se este se tratava de outro imóvel. Em março de 1891, o governo estadual celebrou um contrato com Paula Castro, ou empresa que ele organizasse, para a fundação e custeio de um estabelecimento metalúrgico em suas terras<sup>43</sup>. Pouco tempo depois, o Banco Central Mineiro comprou as “riquíssimas jazidas de ferro e ouro” do tipógrafo, o que incluía o repasse do contrato que ele tinha feito com o governo mineiro. Dizia o *Estado de Minas* que a usina metalúrgica seria a mais poderosa da América do Sul, e já tratava Paula Castro como o antigo dono da “immensa área de terreno metálico” existente em Antonio Pereira<sup>44</sup>.

Diante destes fatores, não sabemos com exatidão que posição na sociedade Paula Castro ocupava antes do início de sua carreira na imprensa. Mas os dados que esta nos fornece sugerem que ocupava funções de médio escalão (escriturário, tipógrafo e empresário, nessa ordem). Além do mais, ele foi um homem que possuiu poucos

<sup>37</sup> Anuncios. In: *Diario de Minas*, nº 05, ano I, p. 3. Ouro Preto, 06 de junho de 1866.

<sup>38</sup> Anuncios. In: *Diario de Minas*, nº 193, ano I, p. 3. Ouro Preto, 08 de março de 1867.

<sup>39</sup> Anuncios. In: *Diario de Minas*, nº 28, ano I, p. 3. Ouro Preto, 06 de março de 1873.

<sup>40</sup> Noticiario. In: *A União*, nº 235, ano III, p. 1. Ouro Preto, 29 de dezembro de 1888.

<sup>41</sup> A Actualidade. In: *A Actualidade*, nº 12, ano I, p. 1. Ouro Preto, 13 de abril de 1878.

<sup>42</sup> Editaes. In: *O Estado de Minas Geraes*, nº 109, ano II, p. 3. Ouro Preto, 3 de dezembro de 1890.

<sup>43</sup> Parte Oficial. In: *O Estado de Minas Geraes*, nº 136, ano III, p. 3. Ouro Preto, 7 de março de 1891.

<sup>44</sup> Noticiario. In: *O Estado de Minas*, nº 214, ano III, p. 2. Ouro Preto, 26 de novembro de 1891.

escravos, embora, como sinaliza Bergad (2004), isso não significasse muita coisa, uma vez que a posse de um número pequeno de cativos era comum. Ao que tudo indica, Paula Castro ascendeu socialmente ao longo das décadas de atuação na imprensa, mas não ao ponto de ser considerado membro da elite. Apesar disso, possuía amigos influentes que, como veremos no desenrolar da pesquisa, auxiliavam na negociação constante com os interesses da elite mineira.

Apesar dos detalhes sobre Paula Castro por nós alcançados até o momento, é possível perceber a falta de informações que as fontes não foram capazes de suprir. Na perspectiva de Bourdieu (2006), a biografia, entendida enquanto um gênero literário, pressupõe algumas características problemáticas ao ser capturada pelos ramos da ciência como a historiografia. Um dos principais problemas é partir da ideia de que a vida de alguém constitui um todo coerente, orientado e objetivo, e que parte de um “projeto original”, isto é, uma vida contada dentro de uma lógica racionalizada, com um começo em que se projeta, uma razão de ser, um fim (BOURDIEU, 2006). Logo, por motivos metodológicos do fazer acadêmico e por escassez documental, buscamos tão somente tratar de Paula Castro por meio dos registros fragmentados de uma existência.

Schmidt (1997), em seu artigo *Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos*, ressalta as diferenças entre as biografias produzidas por historiadores e jornalistas. Um dos apontamentos do autor é o tratamento das fontes feito pelos historiadores. Para ele, apesar da aproximação com a literatura, a historiografia pós-estruturalista ainda se mantém fiel à crítica ao documento histórico (SCHMIDT, 1997). Outro aspecto destacado pelo autor é a fidelidade e a limitação das informações que a fonte histórica permite ao pesquisador em História. Para ele, em história “a margem de invenção é menos dilatada” (SCHMIDT, 1997, p. 12), uma vez que os historiadores têm compromisso com sujeitos históricos (que, no caso, são o objeto de investigação) concretos. O autor reconhece que estes sujeitos existiram na realidade, mas chegam ao historiador através dos documentos, e somente através deles. Ou seja, os historiadores têm acesso ao documento que elucida algum aspecto do indivíduo investigado, mas não ao indivíduo em si, conforme é a série de menções a Paula Castro nos jornais mineiros que utilizamos acima.

Outra problemática destacada por Schmidt (1997, p. 16-17) é a preocupação dos “historiadores biógrafos” em resgatar facetas diferentes de um mesmo personagem. Tal preocupação utiliza-se da concepção de Certeau (1984, p. XI *apud* SCHMIDT, 1997, p. 17) de que um homem deve ser compreendido como “um *locus* no qual uma incoerente

e frequente contraditória pluralidade de determinações interagem”, bem como da compreensão de sujeito fracionado e múltiplo da realidade, de Bourdieu (1986 *apud* SCHMIDT, 1997).

A esse respeito, Giovanni Levi (2006) possui, em suas obras, preocupações semelhantes às de Schmidt sobre os usos da biografia na produção do conhecimento histórico. Um dos principais questionamentos do autor, que interessa mais diretamente ao argumento que tentamos construir aqui, é o da reconstituição da vida de um indivíduo que não nos deixou muito mais que seu nome. Segundo Levi, a falta de fontes não é o único nem o principal problema.

Em muitos casos, as distorções mais gritantes se devem ao fato de que nós, historiadores, imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica de nossa disciplina, contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas (LEVI, 2006, p. 169).

Portanto, produzir uma biografia de João Francisco de Paula Castro se mostra um trabalho um tanto quanto complexo, principalmente quando consideramos que, por maior que seja a quantidade de fontes disponíveis sobre o tipógrafo – e elas são em um número considerável –, não daríamos conta de todos os aspectos de sua vida. Ademais, todos eles são seriam, mesmo, do interesse desta pesquisa.

#### **1.4 O início da carreira**

A despeito das informações mais pessoais que as fontes possam nos possibilitar, nosso interesse específico recai sobre a carreira de João Francisco de Paula Castro. O início desse percurso profissional e os modos como ele se constitui são os dispositivos iniciais cujas consequências afetam diretamente os vários aspectos da trajetória do empresário na imprensa mineira entre as décadas de 1860 e 1890. Vale salientar que estes dispositivos (dos quais falaremos à frente) e seus desdobramentos não possuem caráter determinístico, mas, sim, pressupõem uma série de fatores que, associados uns aos outros, têm o poder de afetar ou não (e aí se insere uma boa dose de acaso) o que venha a acontecer na carreira e nas produções de João Francisco de Paula Castro.

O tipógrafo-empresário se insere no ramo efetivamente em 1863, quando

conseguiu um contrato para arrendamento da tipografia provincial e impressão dos trabalhos da província, em 27 de abril daquele ano, com ajuda de Joaquim Cypriano Ribeiro<sup>45</sup>, que na época era oficial-maior da mesa de rendas da província. Anos depois, Cypriano<sup>46</sup> descrevia o Paula Castro dos anos 1860 como um “obscuro e inutil copista” da repartição de obras públicas, até que, tendo compaixão daquelas “ruínas”, de “semblante abatido e malicento”, e que não tinha “em suas mãos outros meios de subsistencia que a exígua migalha arrancada mensalmente aos exhaustos cofres da província”. Apesar da nota negativa que se destaca no relato, Paula Castro foi recomendado pelo oficial-maior ao inspetor Affonso Celso<sup>47</sup>. A razão da escolha pode ser encontrada nas relações políticas da época, uma vez que “Posto ali, é bem de ver-se que não lhe faltaria a proteção dos mesmos que para lá o encaminharão”, de acordo com Cypriano<sup>48</sup>.

Pelo contrato, Paula Castro arrendava a tipografia pertencente à província sob as condições de publicar um jornal puramente oficial, em que eram transcritos os atos do governo, e de imprimir tudo que fosse necessário às repartições provinciais, além de assumir, por sua própria conta, as despesas com tintas, papéis, entre outros insumos, e realizar os devidos concertos no maquinário<sup>49</sup>. O tipógrafo-empresário recebia a quantia de 7:000\$000 anuais pela prestação desses serviços, acrescida de 2:000\$000 pela publicação de trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial. A despesa total da província com a tipografia era de 8:500\$000, pois deduzia-se 500\$000 que Paula Castro deveria pagar à província para utilizar a tipografia<sup>50</sup>. Este mesmo contrato foi renovado em 1864, com pequenas alterações necessárias diante as considerações do legislativo

---

<sup>45</sup> Joaquim Cypriano Ribeiro foi escripturário da mesa de rendas da província de Minas Gerais em 1864, segundo relatório de presidente de província de 1864. Mencionado como contador no relatório de 1867. Vereador de Ouro Preto eleito em 1886 pelo Partido Liberal. (Gazetilha. In *A Província de Minas*, nº 375, ano VII, p. 4. Ouro Preto, 27 de julho de 1886). Foi atacado em diversas ocasiões pelo *Diario de Minas*. (Chronica politica. In: *A Actualidade*, nº 1878, ano I, p. 3. Ouro Preto, 28 de março de 1878).

<sup>46</sup> Em 1878, *A Actualidade* transcreveu em seu editorial um artigo assinado por Joaquim Cypriano Ribeiro, o qual ocupa quase duas páginas da edição do jornal. O artigo trata de críticas a Paula Castro. Cf: RIBEIRO, Joaquim Cypriano. *A Actualidade*. In: *A Actualidade*, nº 12, ano I, p. 1-2. Ouro Preto, 13 de abril de 1878.

<sup>47</sup> Affonso Celso de Assis Figueiredo foi inspetor da mesa de rendas da Província de Minas Gerais (*Relatorio apresentando ao Ill. e Ex. Snr. Coronel Joaquim Camillo Teixeira da Motta, vice-presidente da provincia de Minas Geraes, pelo inspector da meza das rendas Affonso Celso d'Assiz Figueiredo em 16 de julho de 1862*. Ouro Preto, Typographia do Silva. 1862.). Também foi deputado geral e redigiu o jornal liberal *O progressista de Minas*, segundo o *Constitucional* (Publicações a pedido. In: *Constitucional*, nº 6, ano I, p. 4. Ouro Preto, 22 de setembro de 1866).

<sup>48</sup> *Idem*.

<sup>49</sup> *Relatório que a assembleia legislativa provincial de Minas Gerais apresentou no ato da abertura da sessão ordinária de 1866 o 2º vice-presidente Joaquim José de Sant'Anna*. Ouro Preto, Typ. De J. F. de Paula Castro, 1866. Anexo M-2. p. 1.

<sup>50</sup> *Idem*.

mineiro<sup>51</sup>.

João Francisco de Paula Castro montou sua tipografia e começou a publicar seus próprios jornais em 1866, quando, de fato, os debates políticos se apresentam em seus jornais através dos “editoriais” e outros textos. Para explicar a origem da *Typographia* de J. F. de Paula Castro, bem como o início do seu primeiro jornal, o *Diario de Minas*, recorreremos, além dos periódicos mineiros, aos relatórios feitos pelos presidentes da província de Minas Gerais. Dentre eles, um relatório, o de 1866, merece especial atenção pois ele não foi publicado pela *Typografia do Minas Geraes*, na qual Paula Castro trabalhava desde 1863, como os anteriores, mas sim pela *Typographia* de J. F. de Paula Castro, isto é, pela empresa da qual o tipógrafo agora era dono.

Parte da explicação para essa mudança vem expressa no próprio relatório: naquele ano, a presidência da província foi autorizada, por lei votada pela Assembleia, a montar uma nova tipografia sob sua responsabilidade para a publicação de um jornal diário oficial. Para isto, requeria a quantia de 12:000\$000. No entanto, a Assembleia votou pelo uso de apenas 7:000\$000. Segundo o relatório, a tesouraria da província calculou que a quantia mínima necessária que poderia sair dos cofres públicos seria de 16:720\$000, valor bem mais elevado. Levando em conta a decisão da Assembleia Legislativa Provincial de despender uma quantia bem menor, a presidência da província optou por celebrar com João Francisco de Paula Castro um contrato que, naquele momento, ainda estava submetido à aprovação pela mesma Assembleia<sup>52</sup>, e cujo gasto seria intermediário aos valores solicitados pelo executivo e aos votados pelo legislativo.

O relatório do ano de 1867, escrito por Joaquim Saldanha Marinho<sup>53</sup>, que passava a presidência da província para Elias Pinto de Carvalho<sup>54</sup>, é o mais rico em detalhes. Narra Saldanha Marinho que, ao se tornar presidente da província de Minas

---

<sup>51</sup> Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1865 o desembargador Pedro Alcantara Cerqueira Leite, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. Do Minas Geraes. 1865, p. 37.

<sup>52</sup> Relatório que a assembleia legislativa provincial de Minas Gerais apresentou no ato da abertura da sessão ordinária de 1866 o 2º vice-presidente Joaquim José de Sant’Anna. Ouro Preto, Typ. De J. F. de Paula Castro, 1866, Relatório que a assembleia legislativa provincial de Minas Gerais apresentou no ato da abertura da sessão ordinária de 1866 o 2º vice-presidente Joaquim José de Sant’Anna. Op. cit. p. 15.

<sup>53</sup> Joaquim Saldanha Marinho foi presidente da província de Minas Gerais entre 1865 e 1866. Segundo descrição de coleção contida no Arquivo Nacional, Marinho também foi presidente da província de São Paulo, grão-mestre da Maçonaria, redator do *Diario do Rio de Janeiro*, além de autor de várias obras. Além disso, foi um dos autores do anteprojeto da Constituição Republicana e senador da República. (Disponível em: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/marinho-joaquim-saldanha-1816-1896>. Acesso em: 12 jun. 2020).

<sup>54</sup> Elias Pinto de Carvalho foi presidente da província de Minas Gerais brevemente em 1867 e depois entre em 1878. Era frequentemente elogiado por jornais de tendência liberal, como o *A Actualidade*. (Chronica politica. In: *A Actualidade*, nº 1, ano I, p. 1. Ouro Preto, 16 de março de 1878).

Gerais, encontrou firmado o acordo com Paula Castro de 1863, mas afirma que o formato e a regularidade das publicações da tipografia provincial eram insuficientes e não atendiam às necessidades da província<sup>55</sup>. Em seguida, menciona o já apresentado no relatório de Joaquim Jose de Sant'Anna<sup>56</sup>, no qual se destaca a incúria de Paula Castro.

Nesse contexto, visualizando uma oportunidade, João Francisco de Paula Castro, até então contratado pela província, apresentou à presidência uma proposta em que se comprometia a montar uma tipografia regular, ou seja, sem luxos, mas com todos os equipamentos necessários para publicar um Diário superior ao periódico até então existente, no qual ele mesmo trabalhava. Nesse Diário seriam publicados os atos oficiais do governo e os debates da Assembleia. Assim, sua proposta incluía, ainda, a publicação avulsa, ou seja, fora do Diário regular, da legislação anual da província, bem como dos trabalhos da tesouraria, dentre outras coisas relativas ao governo provincial. Para isso, Paula Castro propôs a retribuição de 12:000\$000 por ano<sup>57</sup>.

Saldanha Marinho afirma que entendeu “que uma tal proposta merecia atenção, visto que sem grande ônus se obtinha o melhoramento que a Assembleia Provincial desejava”<sup>58</sup>. Assim, o presidente relata que mandou que a tesouraria provincial examinasse a proposta, fazendo cálculos para comparar quanto a província gastaria para manter a tipografia por sua conta e quanto gastaria se aceitasse a proposta de Paula Castro, além de calcular quanto havia gastado nos anos anteriores. Após esse levantamento, os cálculos da tesouraria se mostraram favoráveis à proposta do tipógrafo em questão<sup>59</sup>.

A partir da demonstração dos gastos calculados pela tesouraria, o presidente da província colocou que “em presença destes algarismos, ante a logica inexoravel das cifras, a vantagem da proposta [de Paula Castro] estava provada, e assim a conveniência da província sem contestação. Nestes termos resolvi aceitar a proposta, e mandei celebrar o contracto”<sup>60</sup>. Saldanha Marinho ainda coloca que, por causa da aprovação por parte da Assembleia de gasto de, no máximo, 7:000\$000, o contrato foi submetido à

---

<sup>55</sup> *Relatório que a assembleia legislativa provincial de Minas Gerais apresentou no ato da abertura da sessão ordinária de 1866 o 2º vice-presidente Joaquim José de Sant'Anna. Op. cit.*

<sup>56</sup> Joaquim Jose de Sant'Anna foi presidente da província de Minas Gerais por 5 vezes, sendo: 1866, 1878 a 1879, 1879 a 1880, 1880, e 1881 a 1882. Em ocasiões estas ocasiões, progressistas ou liberais ocupavam o poder. (Relatórios de presidentes de província de 1869, 1879, 1880 e 1882).

<sup>57</sup> *Relatório que a assembleia legislativa provincial de Minas Gerais apresentou no ato da abertura da sessão ordinária de 1866 o 2º vice-presidente Joaquim José de Sant'Anna. Op. cit.*

<sup>58</sup> *Idem.*

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 62-63.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 63.

mesma e deferido.

Nos anexos do mesmo relatório encontra-se a proposta de Paula Castro. Nela, vemos que o tipógrafo já sabia da intenção do governo de criar um jornal diário, montando, para isso, uma tipografia pertencente à província<sup>61</sup>. Depois de elogiar o governo, Paula Castro afirma querer auxiliá-lo no que estivesse ao seu alcance. Valorizando os serviços que prestou aos governantes anteriores, o tipógrafo então apresentou uma alternativa e se dispôs a realizar um trabalho melhor e com menos custos do que uma tipografia de responsabilidade exclusiva do governo. Se antecipando à resposta e fortalecendo sua proposta, Paula Castro desenha um termo de obrigações e condições:

Eu obrigo-me á mandar vir um prelo mechanico, typos, etc., e a imprimir um jornal diário, do formato do *Diario de S. Paulo*, destinado á publicar o expediente do governo, assim como os debates da assembléa provincial; as noticias. Em uma palavra, obrigo-me a publicar uma folha diaria, mediante as seguintes condições.

1.<sup>a</sup> O governo pagar-me-ha a subvenção annual de 12:000\$000 em prestações mensaes.

2.<sup>a</sup> Providenciará em ordem, á que me seja remettido, já devidamente coordenado, o expediente da respectiva secretaria. O mesmo deverá fazer a secretaria da assembléa provincial, quanto ás actas de suas sessões, etc.

3.<sup>a</sup> Providenciará tambem em ordem, á que me sejam enviadas as noticias ou communicações que devam ser impressas no jornal.

4.<sup>a</sup> Este contracto ser-me-ha garantido por cinco annos; e no caso de se julgar conveniente rescindil-o, receberei disso communicação, com antecedencia de quatro mezes.

5.<sup>a</sup> O jornal começará da data do contracto a dous mezes, e por conta da subvenção do primeiro anno, ser-me-há adiantada a quantia de 4:000\$000 e pela qual prestarei fiança.

6.<sup>a</sup> Ficar-me-ha reservado o direito de fazer, além do jornal official, quaesquer outras publicações no meu estabelecimento.

7.<sup>a</sup> Ser-me-ha vendida pelo que valer, ou continuar-me-ha arrendada, a typografia que possui a província.

8.<sup>a</sup> Sujeitar-me-hei á multas, que V. Ex. julgar necessárias, como garantia do fiel cumprimento do contracto<sup>62</sup>.

Ainda nos anexos do mesmo relatório também podemos encontrar uma carta do inspetor da tesouraria provincial ao então presidente da província, Saldanha Marinho, na qual se relata o contrato até então vigente com Paula Castro. Segundo a carta, da relação entre o tipógrafo e o governo provincial, desde 1863, resultou-se o conhecimento do

<sup>61</sup> Relatório que a assembleia legislativa provincial de Minas Gerais apresentou no ato da abertura da sessão ordinária de 1866 o 2º vice-presidente Joaquim José de Sant'Anna. *Op. cit.* Anexo M-1. p. 1

<sup>62</sup> *Ibidem*, Anexo M-1, p. 1-2.

mesmo sobre as questões orçamentárias da província e das intenções do governo de criar um jornal diário<sup>63</sup>. Ou seja, o tipógrafo-empresário, tendo conhecimento das condições financeiras da província, usou essa informação a seu favor ao traçar a proposta apresentada. O inspetor afirma, no documento, que, pelas suas contas, é incontestável que a proposta de Paula Castro resultaria em uma economia de 27:100\$000 aos cofres públicos<sup>64</sup>, e que, nos termos propostos pelo profissional, a província não teria gastos, mas sim lucros<sup>65</sup>.

Outro detalhe interessante sobre a negociação de Paula Castro com o governo provincial, e que encontramos neste mesmo relatório, é a carta que A. F. Guimarães<sup>66</sup>, procurador fiscal da provincial, enviou ao então presidente Saldanha Marinho. Na missiva, o procurador se diz favorável à proposta de João Francisco, acrescentando: “(...) a folha diaria deve ter toda a liberdade para publicar qualquer artigo ou correspondência, que envolva censura ao governo, ou a seus empregados”<sup>67</sup>. Neste sentido, abria-se um espaço de expressão política associado às comunicações oficiais.

Tendo em vista a própria existência do *Diario de Minas*, é evidente que a proposta de Paula Castro foi aceita. Se houve modificações na mesma, foram pequenas, já que o formato e os conteúdos do *Diario de Minas* estão em conformidade com as proposições feitas, as quais trouxemos anteriormente.

Contudo, cumpre esclarecermos que a decisão tomada pelo presidente provincial Saldanha Marinho sobre a questão da tipografia provincial foi objeto de debate entre os membros da Assembleia. Na ocasião, o deputado conservador Benjamim Rodrigues Pereira<sup>68</sup> fez um longo discurso, no qual se posicionou contrário ao presidente da província. Na sua fala, considerou que Saldanha Marinho, visando à decisão de realizar o contrato com Paula Castro, e revogando leis aprovadas pela Assembleia quanto ao orçamento para a tipografia para este fim, violou as leis e decisões da mesma. O deputado ainda considerou que, redigindo o contrato e submetendo-o à aprovação da Assembleia, o presidente a converteu em simples chancelaria. Ele ainda reclamou que

---

<sup>63</sup> Relatório que a assembleia legislativa provincial de Minas Gerais apresentou no ato da abertura da sessão ordinária de 1866 o 2º vice-presidente Joaquim José de Sant’Anna. Op. cit. Anexo M-3. p. 1.

<sup>64</sup> Idem.

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> Augusto Fausto de Guimarães Alvim foi procurador fiscal da província. Foi chamado de liberal pelo *Diario de Minas* (Noticiário. In: *Diario de Minas*, nº178, ano I, p. 2. Ouro Preto, 6 de fevereiro de 1867).

<sup>67</sup> *Ibidem*, Anexo M-4. p. 1.

<sup>68</sup> Benjamim Rodrigues Pereira foi um deputado pelo Partido Conservador entre 1864 e 1867 e redator do *Constitucional*, um dos maiores rivais da primeira versão do *Diario de Minas*, entre 1866 e 1878. Bacharel, se tornou Juiz em 1872 na comarca de Rio Novo (Governo Provincial. In: *Noticiador de Minas*, nº 400, ano V, p.2. Ouro Preto, 18 de janeiro de 1872).

Saldanha Marinho remeteu o contrato à aprovação da Assembleia quando o mesmo já vigorava, pois o *Diario de Minas* já existia há meses e Paula Castro – o qual Benjamim classifica como um amigo do presidente da província – já havia recebido 6 contos de réis<sup>69</sup>. As considerações de Benjamim sobre a situação, e principalmente a sugestão da existência de uma amizade entre Paula Castro e Saldanha Marinho, somadas ao esforço feito pelo presidente de demonstrar os benefícios de aceitar a proposta do tipógrafo, nos inclinam a inferir ainda mais que a tal relação teria pesado na decisão do então presidente de estabelecer o contrato.

Poucos dias depois, a Assembleia voltou a debater e a criticar o contrato entre Paula Castro e a província. Segundo vários deputados opositores, Saldanha Marinho desconsiderou as opiniões e o poder decisório da instituição. Toda a reclamação dos parlamentares girava em torno do fato de que a verba de 12:000\$000 era destinada à aquisição de um prelo, e, usando este dinheiro para contratar Paula Castro, o presidente descumpriu a lei votada pela Assembleia<sup>70</sup>.

Houve, ainda, críticas à eficiência da tipografia particular contratada, pois o relatório de março de 1866 ainda não havia sido publicado no mês de setembro daquele ano, servindo de argumento para os deputados afirmarem que Paula Castro não estava cumprindo o contrato<sup>71</sup>. Também acusaram como inexatas as contas que tentaram justificar a aceitação da proposta de Paula Castro<sup>72</sup>, mostrando que o presidente aceitou o contrato não por ser benéfico à província, mas, sim, por questões pessoais. Poucos deputados, como José Cesário de Faria Alvim, saíram em defesa de Saldanha Marinho, argumentando quanto aos custos da manutenção da tipografia e fazendo prolongar os debates sobre o assunto<sup>73</sup>.

O fato de Paula Castro ser o responsável pelas edições dos documentos oficiais entre 1863 e 1866, somado às críticas de parte da Assembleia Legislativa mineira, conduz ao pensamento de que o tipógrafo-empresário soube aproveitar uma oportunidade à qual teve conhecimento graças ao seu trabalho na tipografia provincial e à proximidade com o então presidente. Ao descobrir que a presidência da província pretendia montar uma tipografia melhor do que aquela que ele arrendava, e que as

---

<sup>69</sup> Minas Geraes. Assembleia Legislativa Provincial. In: *Diario de Minas*, nº 78, ano I. p.2. Ouro Preto, 16 de setembro de 1866.

<sup>70</sup> Minas Geraes. Assembleia Legislativa Provincial. In: *Diario de Minas*, nº 82, ano I. p. 1-2. Ouro Preto, 21 de setembro de 1866.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>72</sup> *Idem*.

<sup>73</sup> Minas Geraes. Assembleia Legislativa Provincial. In: *Diario de Minas*, nº 82, ano I. p. 1-2. Ouro Preto, 21 de setembro de 1866, p. 2.

quantias votadas pela Assembleia não seriam suficientes, propôs um acordo dentro do valor limite de que o governo dispunha. A proposta de Paula Castro era clara: ele montaria uma tipografia privada, de sua propriedade - e não da província - e, pela quantia que o governo provincial dispunha, publicaria os expedientes do governo e os debates da Assembleia Provincial, dentre outros serviços avulsos. Com a quantia adiantada pelo governo, Paula Castro compraria o maquinário e montaria a empresa sem precisar, assim, despender qualquer investimento financeiro próprio.

O acordo parecia, segundo o relatório de Saldanha Marinho, vantajoso às duas partes: o periódico no qual João Francisco de Paula Castro publicaria os serviços que prestaria ao governo seria propriedade sua, e não da província. Logo, ele poderia vender exemplares, bem como publicar quaisquer outras coisas, como anúncios, o que lhe renderia mais uma quantia em dinheiro. Quanto às vantagens da província, a quantia votada pela Assembleia seria insuficiente para a montagem e manutenção de uma nova tipografia de seu pertencimento, segundo Saldanha Marinho. Mas, pela mesma quantia, o governo provincial teria as publicações necessárias em um jornal de formato, tamanho e frequência superior ao que se tinha antes, quando o próprio Paula Castro as fazia na tipografia arrendada.

### **1.5 Entre a imprensa e a política**

Como vimos, o início da carreira de Paula Castro foi um tanto quanto conturbado. Sua inserção na tipografia provincial partiu de uma relação de proximidade com funcionários de alto escalão da administração pública mineira. Vê-se, pelo relato de Joaquim Cypriano Ribeiro, que o então tipógrafo não possuía riquezas e, portanto, não fosse o apadrinhamento do oficial-maior da mesa de rendas, talvez Paula Castro não tivesse futuro no ramo das publicações. Mas o que chama a atenção é, principalmente, a capacidade do tipógrafo-empresário de se relacionar com os funcionários, governantes e repartições públicas <sup>74</sup> bem como a de, até certa medida, se esquivar das críticas.

Aqui é necessário destacar o papel fundamental exercido por aqueles que faziam parte do universo relacional de Paula Castro ao longo de toda sua trajetória. Certamente, uma inserção em um meio do qual não há notícias de que ele ou sua família já faziam parte, qual seja, a imprensa, assim como o crescimento e a longevidade de sua carreira

---

<sup>74</sup> Consta, nos apêndices desta dissertação, uma tabela contendo os principais nomes que identificamos como tendo alguma relação (positiva ou negativa) com a carreira de João Francisco de Paula Castro.

no ramo, não seria possível sem as relações do tipógrafo com políticos e funcionários de alto escalão do governo provincial mineiro. O universo relacional de Paula Castro foi fundamental em diversas situações, tais como o início de sua tipografia própria, os contratos, as críticas e elogios, os conteúdos veiculados em seus jornais, dentre uma infinidade de coisas. Em termos gerais, os laços estabelecidos por Paula Castro eram o que possibilitava sua negociação com a elite política e sua inserção no jogo político-discursivo, possivelmente, como porta-voz dos partidos do império a nível regional.

Da proposta de fazer as publicações oficiais do governo mineiro em uma tipografia particular montada para este fim até a sua aceitação, Paula Castro demonstrou habilidade em negociar com a elite política. No entanto, justamente estas articulações, bem como os desdobramentos que elas causaram, foram os empecilhos iniciais que, embora tenham sofrido mudanças em sua forma com o passar do tempo e das condições, acompanharam Paula Castro em sua trajetória.

Podemos observar ainda que a questão financeira, e não uma espécie de abnegado partidatismo político-ideológico, é o que provavelmente guiava Paula Castro em suas aventuras na imprensa. Como já mencionamos, existem sugestões de que o empresário sobrevivia apenas com o salário que recebia como copista da repartição de obras públicas. Portanto, não possuía, ao menos na perspectiva de Cypriano<sup>75</sup>, qualquer relevância no cenário político, econômico ou social da província de Minas Gerais no início de sua trajetória. Contudo, com o passar dos anos, ganhou notoriedade nos debates políticos – embora nunca tenha ocupado um cargo político – e relativa boa ascensão financeira, já que ao final da carreira era dono de terras e prédios na capital mineira.

Suas remunerações eram altas. Apenas a título de exemplo, Paula Castro recebia, pelo contrato que estabeleceu em 1866, a quantia de 12:000\$000 (doze contos de réis) por ano. Utilizando-nos dos anúncios contidos no próprio *Diario de Minas*, o primeiro jornal de Paula Castro, é possível ter uma dimensão do valor desta cifra. A assinatura anual do próprio jornal custava 15\$000 (15 mil réis). A fim de constituir um parâmetro mínimo para se valorar essa soma, temos que uma garrafa de vinho “do Porto” custava, à época, 1\$000<sup>76</sup>. Em 1866, uma fazenda de 240 alqueires, com engenho de cana e vários outros mecanismos e bem-feitorias, era anunciada por 8:000\$000<sup>77</sup>. Nesse

---

<sup>75</sup> RIBEIRO, Joaquim Cypriano. Op. Cit.

<sup>76</sup> Anuncios. In: *Diario de Minas*, nº 38, ano I, p. 4. Ouro Preto, 14 de julho de 1866.

<sup>77</sup> Anuncios. In: *Diario de Minas*, nº 82, ano I, p. 4. Ouro Preto, 21 de setembro de 1866.

mesmo período, um escravo saudável, entre 15 e 40 anos de idade, custava, em média, 932\$000, segundo Bergad (2004). Assim, ainda que Paula Castro tivesse que cobrir todos os gastos necessários para manter a empresa e produzir os jornais (papel, tinta, empregados, manutenção, etc.), certamente a remuneração de doze contos de réis, somada a outros ganhos (assinaturas e anúncios), foi suficiente para promover a ascensão do empresário e despertar o interesse de outras pessoas do ramo.

Nossa pesquisa propõe observar Paula Castro enquanto agente dentro de um espaço social – qual seja, a imprensa entrelaçada aos jogos políticos – onde o tipógrafo-empresário agiu e sofreu a ação do próprio campo e de outros tantos agentes – deputados, presidentes de província, colaboradores e donos de outros jornais. Segundo Bourdieu (1996), o indivíduo não é livre ou determinado, mas sim produto de estruturas profundas – o *habitus*. Dessa forma, o autor prefere o termo “agente” a “sujeito”, uma vez que o agente é aquele que atua e sabe, em maior ou menor grau, que age. Sua ação ocorre dentro de uma liberdade limitada de acordo com o campo e a situação que ocupa, e é delimitado pelo *habitus* (BOURDIEU, 1996). No caso de Paula Castro, esse campo é a confluência entre interesses políticos e imprensa, e o agente certamente tem consciência de sua posição. Conforme demonstraremos no próximo capítulo, o tipógrafo, enquanto agente, era dotado de senso prático, possuía preferências, classificava e percebia de acordo com o *habitus*. O *habitus* é um sistema de disposições adquiridas através da experiência, que varia no tempo e no espaço. Ao longo da vida, os agentes reestruturam o *habitus* e agem a partir dele (BOURDIEU, 1996).

Nas palavras de Bourdieu,

Os ‘sujeitos’ são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um *senso prático* (...), de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (...) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação (BOURDIEU, 1996, p. 42).

Assim, todo agente localiza-se em um campo social que determina, através da experiência, e ao longo do tempo e do espaço, o seu *habitus*. Os agentes ou grupos são distribuídos no espaço social em função de seu capital econômico e cultural (BOURDIEU, 1996). Dessa forma, de acordo com o autor acima mencionado, eles têm mais em comum uns com os outros à medida que se aproximam nas duas dimensões de

capital, e, desta forma, a noção de campo social contém o princípio de uma apreensão relacional do mundo social.

Todas as sociedades, incluindo o recorte espacial e temporal em que Paula Castro atuou, se apresentam como espaços sociais. Todas elas possuem estruturas de diferenças, fundadas nas formas de distribuição de poder e de capital econômico, cultural, etc. (BOURDIEU, 1996). Portanto, não se pode esquecer em nenhum momento que Paula Castro está no espaço social Ouro Preto, Minas Gerais, entre as décadas de 1860 e 1890. No início deste capítulo, apresentamos um breve esboço do ambiente econômico e social da província e da capital de Minas Gerais e nossas considerações subsequentes introduziram o agente em foco, considerando seu deslocamento no campo social, que foi mobilizado por relações sociais e de favorecimento. Sua trajetória vem sendo apresentada menos como uma biografia e mais como um relato de percurso empresarial, suscetível às forças de diversas ordens, incluindo os acasos.

Embora os jornais de Paula Castro tenham pretendido ser objetivos e noticiosos, e tipógrafo-empresário procurasse destacar essa característica, os impressos não escapavam ao debate político – seja por causa das próprias características da imprensa daquele momento, seja pelos fatores específicos que envolviam a *Typographia* de J. F. de Paula Castro. Ao longo de sua carreira, Paula Castro ajustou a posição política de seus jornais conforme o partido que se encontrava na chefia do Conselho de Ministros do Segundo Império. Até 1868, publicou textos em favor dos liberais, mas o Partido Liberal se tornou alvo de críticas em seus periódicos após esta data – coincidindo com a ascensão dos conservadores à presidência do Conselho Imperial. Além disso, há também a intervenção dos laços de amizade entre o tipógrafo e políticos de ambos os partidos (cada um, a seu tempo), um dos pontos que trataremos nesta dissertação.

A estratégia do tipógrafo-empresário, detalhada mais à frente, tinha o intuito de acompanhar os interesses de quem se encontrava no poder para garantir os ditos contratos – os quais foram celebrados, renovados e rescindidos várias vezes ao longo de sua carreira. Isso demonstra a dependência que Paula Castro tinha em relação às organizações partidárias, especialmente as que estavam no governo.

Mas, no campo minado da política, o tipógrafo-empresário e os presidentes de província não escapariam sempre ilesos. As críticas e acusações que ambas as partes recebiam pelos deputados nas sessões da Assembleia mineira e pela própria imprensa agiam enquanto dispositivos de controle e censura, que provocavam réplicas, tréplicas, mudança de estratégias e de argumentações nos “editoriais” e, em casos extremos, fim

de contratos e criação de novos jornais. Tudo isso influenciava – não cabe aqui dizer se de forma positiva ou negativa – a capacidade de Paula Castro de negociar e se adaptar aos interesses das elites e de seus representantes, e exemplificava os embates entre os representantes das elites regionais e os presidentes de província (representando o governo central)<sup>78</sup>.

Os contratos proporcionavam, somados aos anúncios, vendas de exemplares e até mesmo de documentos avulsos que nada tinham a ver com os jornais, boas rendas à *Typographia* de J. F. de Paula Castro, pois, como já dito, com o passar dos anos ele não só manteve seus jornais em atividade como também adquiriu imóveis urbanos e rurais. Mas o custo de sua carreira na imprensa era alto, e habitava outros setores da vida que não o financeiro.

Os 8 jornais que pertenceram a Paula Castro discutiam, defendiam e criticavam ideias e personalidades públicas – ou melhor, eram formadores de opinião-pública. Figurando o papel possível de porta-voz dos grupos políticos a que esteve vinculado, Paula Castro passou a ser, ele próprio, objeto dos jogos discursivos dentro dos combates tipográficos da época. Ao receber críticas e elogios tanto pelos textos que veiculava em seus jornais – os quais não possuíam autoria declarada, e, portanto, não se pode afirmar que eram escritos pelo próprio Paula Castro – quanto pelo universo relacional, o tipógrafo-empresário passava a ser representado no meio político e no meio impresso de várias formas. Múltiplos personagens a partir dele se formaram nas páginas dos jornais e nas vozes dos deputados mineiros.

Um porta-voz é aquele que possui capital institucional de autoridade para falar em nome de um grupo. Na hipótese de Paula Castro e seus jornais falavam em nome de um e outro partido político, esses grupos passavam a conceder a palavra ao empresário ou a seus jornais na medida em que ele detinha e/ou abraçava determinado nível de capital simbólico dentro do espaço social em que estava imerso (BOURDIEU, 2003). Desta forma, o tipógrafo-empresário poderia se tornar um porta-voz autorizado (ou, em outros momentos, o deixava de ser) do Partido Liberal e, depois, do Partido Conservador devido à força do grupo para o qual sua produção se voltava e pela sua capacidade de simbolizar ou representar este grupo (BOURDIEU, 1989). A palavra “porta-voz” “tem o seu princípio no acto de força pelo qual o locutor investe no seu enunciado toda força para cuja produção o seu enunciado contribui ao mobilizar o grupo

---

<sup>78</sup> Como vimos acima, os conflitos entre a Assembleia Legislativa Mineira e os presidentes de província concentravam-se em temas pontuais (DOLHNIKOFF, 2003).

a que ele se dirige” (BOURDIEU, 1989, p. 187).

Logo, conforme Paula Castro atuava no meio impresso e político no espaço social em que se localizava, suas ações e ele próprio passaram inevitavelmente a fazer parte do debate público por força do próprio meio. Assim agindo, o tipógrafo-empresário passava, também, a sofrer a ação dos outros agentes de capital cultural e simbólico semelhantes, se tornando, portanto, um homem público. Nesse âmbito, cumpre lembrar que “tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (ARENDR, 2007, p. 59). Expor-se e ser exposto publicamente, através da imprensa, era parte daquilo que a profissão exigia de Paula Castro.

Embora esse agente não pudesse escapar da exposição de si mesmo na imprensa, tornar públicos os fatos sobre ele era uma estratégia própria e de outros agentes “rivais”. Através da exposição pública, formavam-se representações do tipógrafo, que poderiam ser moldadas com o passar do tempo. A representação pode ser entendida, segundo Chartier (1990, p. 17) “como a exibição pública de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém.” Essas representações são, segundo esse autor, sempre determinadas pelos interesses dos agentes que as formulam. São estratégias e práticas “que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (*Idem*).

Desta forma, é preciso sempre supor que as representações são forjadas dentro de um campo de concorrências de poder e dominação que se dão através de vários âmbitos, Conforme Chartier (1990). No caso de Paula Castro, as estratégias se localizam no âmbito do discurso jornalístico que a imprensa se propunha, na época. A concorrência se dava tanto pelo embate de discursos políticos quanto pela possibilidade de se tornar um porta-voz e, assim, obter lucros e vantagens pessoais. Enquanto estratégia, as representações de Paula Castro podem ser formuladas tanto por aliados quanto por adversários e até mesmo pelo próprio.

Várias representações do tipógrafo-empresário surgiram nas páginas dos jornais mineiros da segunda metade do século XIX. Estas, formuladas por agentes que se encontravam, em diferentes momentos, aliados ou contrários a Paula Castro, eram determinadas pelos interesses destes mesmos que as construía. Sendo assim, tal fenômeno tinha por um de seus fins reforçar ou deslegitimar (CHARTIER, 1990) a autoridade de Paula Castro (e conseqüentemente, a de seus jornais), e se relacionava

diretamente com o capital simbólico que o empresário e sua empresa possuíam. Portanto, as representações sempre influenciavam, em alguma medida, os negócios de Paula Castro com o governo provincial e com o conteúdo veiculado em seus periódicos.

Encaramos João Francisco de Paula Castro enquanto homem público, imerso nas disputas discursivas do meio político e jornalístico das Minas oitocentistas, cuja atuação rendeu produções e relações que impactaram a política, ao menos em nível local. Desta forma, é necessário, primeiramente, identificar as representações do tipógrafo-empresário e homem público João Francisco de Paula Castro ao longo de sua carreira na imprensa mineira. Para tal, é necessário compreendermos a origem de cada representação – que está necessariamente ligada às relações que ele mantinha com a elite econômica e política e os desdobramentos das mesmas (contratos, afiliações partidárias, discursos veiculados nos jornais, dentre uma série de outras coisas).

A pesquisa busca enfatizar também as consequências destas representações. Elas atuavam enquanto “dispositivos” para a própria carreira de Paula Castro, pois as imagens dele construídas obrigavam-no a ajustar suas relações dentro do meio impresso e político e a rearranjar seus discursos quando necessário. Podiam, ainda, levar ao fim de contratos, o que certamente prejudicava o tipógrafo. Os dispositivos, segundo Giorgio Agamben (2009)<sup>79</sup> são instrumentos que o espaço social (e tudo o que ele implica) possui para padronizar, punir e recompensar os agentes. Segundo o autor, dispositivo é:

a. É um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos. b. O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder. c. Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber (AGAMBEN, 2009, p. 29).

Complementando, “Qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos” (AGAMBEN, 2009, p. 40) podem configurar-se como dispositivos que sujeitam o agente às condições que o meio lhe impõe. Desta

---

<sup>79</sup> O conceito de “dispositivo” construído por Giorgio Agamben no capítulo “O que é um dispositivo?” do livro *O que é contemporâneo? E outros ensaios* e baseia-se nas ideias de Foucault sobre o termo técnico frequentemente utilizado pelo pensador. Segundo Agamben (2009, p. 28), Foucault nunca elaborou uma definição para “dispositivo”, e é este o esforço que busca fazer nesta parte da obra.

forma, as representações, a ação praticada e sofrida por Paula Castro, os contratos, os conteúdos de seus jornais e as implicações que deles resultam, bem como uma série de outras coisas se tornam dispositivos que orientam a vida profissional do tipógrafo-empresário e determinam seu *habitus*. Sobre isso, trataremos detalhadamente no próximo capítulo.

Por ora, cabe aqui pontuarmos que a principal consequência das representações de João Francisco de Paula Castro certamente está no conteúdo veiculado em seus periódicos. Grande parte dos textos não possuía assinatura, e sabemos pouco, como visto anteriormente, sobre quem eram os colaboradores de cada jornal. O que é mesmo certo, é que ele era o dono dos oito jornais que levavam a inscrição “propriedade de J. F. de Paula Castro” abaixo do título. Dessa forma, a ele pertencia a empresa denominada Typographia de J. F. de Paula Castro, situada na Rua das Mercês, nº 1, onde tais jornais eram produzidos. Ademais, os contratos que regiam as publicações de atos oficiais e falas da Assembleia encontravam-se em nome de sua empresa e é justamente por isso que não o chamamos de jornalista, sendo mais coerente tratá-lo como tipógrafo-empresário.

Tipógrafo era sua profissão de origem, na qual ele fazia todo o trabalho necessário para a publicação dos textos da tipografia provincial, entre 1863 e 1866. Passou a ser tratado como empresário quando abriu sua própria tipografia em 1866, na qual eram feitos, com ajuda de uma equipe de empregados, vários outros produtos para além dos jornais. Assim, mesmo que seu trabalho naquele ambiente se detivesse mais no gerenciamento da Typographia, ainda que os conteúdos não fossem sempre de sua autoria, passavam necessariamente por seu crivo, até porque, as esperadas reações que os textos provocavam seriam remetidas a Paula Castro, conforme veremos no próximo capítulo.

Sendo assim, ao identificar como o tipógrafo-empresário Paula Castro foi representado no meio em que atuava, precisamos também compreender como os conteúdos veiculados em seus jornais sofriam a atuação do meio. Em primeiro lugar, identificaremos quais ideias-força estão presentes nos “editoriais”, espaço onde as ideias são debatidas com mais afinco, e, em seguida, iremos analisá-las em consonância com as representações daquele que as veiculou.

O conceito de “ideia-força” de Bourdieu está amplamente ligado à noção de “porta-voz”: se o porta-voz é aquele que possui autoridade, concedida por um grupo, para falar em nome dele, o que o porta-voz faz, efetivamente, é levar as ideias deste

grupo para um público do qual se busca identificação e apoio aos seus interesses. Como veremos, era exatamente isso o que efetivamente Paula Castro fazia nos “editoriais” de seus jornais. Os discursos dirigidos a este público possuem ideias comuns que dão bases aos textos (escritos, falados, desenhados, etc.), as quais se configuram as ideias-força por nós identificadas adiante.

Segundo Bourdieu, os grupos políticos precisam propor uma doutrina e um programa de pensamento e ação aos seus eleitores e militantes (BOURDIEU, 1989). A concorrência entre os partidos (no caso em foco desta pesquisa, a concorrência entre os partidos do Império) configura, também, a concorrência pelo direito de falar e agir em nome da sociedade ou de setores dela. Desta forma, para adquirir este direito, os programas de pensamento e ação propõem ideias para o público alvo que se medem muito mais pela força de mobilização do que pelo seu valor de verdade no campo da ciência (BOURDIEU, 1989). Estas ideias, que precisam ser reconhecidas e aceitas pelo público, devem possuir a força necessária para a mobilização da opinião pública. No entanto, as ideias apenas são aceitas por um público que se autoidentifica com elas e com seus propositores, e daí vem a necessidade de um porta-voz. Conforme Bourdieu (1989), o porta-voz precisa ser reconhecido pelo público alvo como sendo parte dele.

Ainda de acordo com o autor supracitado, as ideias-força são, então, expressões políticas, programas, promessas, previsões ou prognósticos que nem sempre são verificáveis logicamente, mas que são (ou não) validadas pelo público visado pelo grupo ou partido político. Desta forma, as ideias-força presentes nos discursos (ou melhor, nos conteúdos dos textos) veiculados nos jornais de Paula Castro oscilam entre a validação da lógica e da ciência e no “plebiscito” (a aceitação ou não) do público.

Através desta linha de pensamento, é necessário entender também que os contratos, o universo relacional e as representações em si incidem sobre os conteúdos dos jornais de Paula Castro como uma espécie de “censura”. É bem possível que ideias ditas fossem, em momento posterior, retratadas ou deixadas de lado. Ou até mesmo, ideias condizentes com a afiliação ideológica da empresa de Paula Castro em cada momento podem ter sido silenciadas em seus jornais por motivos ligados ao contexto local ou aos fatores de que viemos falando, o que também pode – ou não – possuir uma explicação passível de ser encontrada nas próprias fontes.

Imerso em um espaço social, Paula Castro agiu e sofreu a ação do meio, como já dito. As ideias-força, isto é, o conteúdo em si dos periódicos do tipógrafo-empresário possivelmente estavam ajustados aos interesses dos grupos políticos que, de acordo com

situações localizadas, limitariam o dizível e o não dizível em determinados momentos, já que

(...) o dizível num certo campo é o resultado daquilo a que poderíamos chamar uma posição em forma: falar é pôr formas. (...) o discurso deve as suas propriedades mais específicas, as suas propriedades de forma, e não apenas o seu conteúdo, às condições sociais da sua produção, quer dizer às condições que determinam o que há a dizer e às condições que determinam o campo de recepção no qual essa coisa a dizer será ouvida (BOURDIEU, 2003, p. 145).

Desta forma, o espaço social funciona como censura na medida em que ele fornece uma estrutura de distribuição de capital político, econômico ou cultural que, ao mesmo tempo em que possibilitaria Paula Castro se tornar um porta-voz, também poderia limitar o que poderia ou não ser dito por ele. Dessa forma, Paula Castro estava situado numa estrutura de distribuição de capital, conforme Bourdieu (2003) e, de acordo com o capital adquirido, a elite política concedia-lhe ou não a palavra e o crédito. Ou seja, o campo social pode ter formatado aquilo que era dito nos jornais de Paula Castro em vários momentos e em diversos aspectos.

## 2 PAULA CASTRO ATRAVÉS DA IMPRENSA MINEIRA

### 2.1 Um tipógrafo-empresário influente

Como vimos no capítulo anterior, ao longo de 27 anos – apenas com uma interrupção no período – João Francisco de Paula Castro atuou na imprensa da então capital mineira, a cidade de Ouro Preto. Em todos os jornais que possuiu, incluindo aquele que teve espaço na República, Paula Castro publicava atos oficiais do governo mineiro e transcrevia falas da Assembleia Legislativa. O *Vinte de Agosto* e o *Estado de Minas*, inclusive, foram órgãos oficiais da Província e do Estado, respectivamente. Além disso, o empresário também publicou vários dos relatórios de presidentes de província entre as décadas de 1860 e 1880, além de muitos outros documentos avulsos. Tais publicações eram fruto de contratos estabelecidos entre ele e os governantes de Minas Gerais e provavelmente proporcionaram uma boa renda mensal ao empresário. Ademais, revelam um pouco da trajetória de João Francisco de Paula Castro, que se vinculou à história mineira, especialmente no entrecruzamento da imprensa com a política.

As produções jornalísticas de Paula Castro espelham a relação do tipógrafo-empresário com a imprensa em si e também com a política mineira. Por isso, é preciso considerar o tipógrafo-empresário enquanto homem público, que age e sofre a ação jornalística. É importante destacar que esse agente se insere num momento onde a imprensa brasileira estava se tornando uma empresa (ROMANCINI; LAGO, 2007). Por isso, Paula Castro é compreendido como um empresário e a sua tipografia como uma empresa.

Enquanto tal, ele não trabalhava sozinho. Em 1867, por exemplo, uma edição do *Diario de Minas*<sup>80</sup> publicava que o dono e os empregados do jornal mandavam rezar uma missa fúnebre para um colega falecido. Além de Paula Castro, assinam a lista outras 19 pessoas, todas empregadas na tipografia. Com isso, sabemos então que, naquele momento, Paula Castro empregava outras 19 pessoas, as quais certamente possuem lugar importante nas características da tipografia e dos jornais. Moreira (2008) destaca que compositores e impressores, dentre outros que exerciam funções nas tipografias, eram os verdadeiros responsáveis por trazer à luz os impressos, já que o

---

<sup>80</sup> Anuncios. In: *Diario de Minas*, nº 324, ano II, p. 3. Ouro Preto, 28 de novembro de 1867.

serviço era manual e trabalhoso.

A despeito das informações sobre o quantitativo dos funcionários de Paulo Castro no referido período, os registros sobre profissionais que atuavam dentro das tipografias são raros e imprecisos (MOREIRA, 2008). O manuseio dos periódicos produzidos pela Typographia de J. F. de Paula Castro demonstram isso. Se sabemos ao menos os nomes daqueles que trabalhavam com Paula Castro em 1867, é devido a um anúncio no jornal que tinha outras intenções, a de registrar uma homenagem póstuma. Nesse sentido, é preciso ter em mente, ao longo desta dissertação, que a Typographia e os periódicos que identificamos como pertencentes a João Francisco de Paula Castro contaram com as mãos e a mente de muitas outras pessoas, nem sempre identificadas. No entanto, como demonstraremos, as negociações, o gerenciamento da empresa e as publicações pesam sobre Paula Castro, assim como todo o ônus gerado pelo envolvimento entre imprensa e jogos políticos.

É válido notar ainda que, na maioria das vezes, os jornais trazem o nome da tipografia que o imprime (geralmente ao final da última página) e o nome do(s) dono(s) do jornal. Todos os jornais que pertenceram a Paula Castro possuíam, em pelo menos uma edição, logo abaixo do nome, os dizeres: “Propriedade de J. F. de Paula Castro”.

A empresa que se denominava Typographia de J. F. de Paula Castro publicava também outros trabalhos, em especial, a impressão de documentos oficiais. Por isso, ela certamente exerceu um papel significativo no contexto social, político e cultural do período em que atuou. Conforme Moreira (2008, p. 39), “os tipógrafos participaram ativamente da constituição dos espaços de debate na Província de Minas Gerais”, já que a tipografia, sendo responsável pela publicação de um jornal principal e de outros materiais, como documentos e panfletos, acabava por ter como um de seus propósitos o combate político. De fato, Paula Castro esteve imerso nas discussões políticas durante toda sua vida no meio impresso, mas a ele estiveram ligadas questões políticas mais complexas do que a simples discussão de ideias e partidos.

A relação de interdependência entre a imprensa e a política durante o reinado de D. Pedro II, discutida no capítulo anterior, tem papel fundamental no início e em toda a trajetória de Paula Castro e sua empresa na imprensa mineira, bem como é definitiva sobre aquilo que foi divulgado nos jornais que a ele pertenceram. É nesta relação, entre o jornal (e por extensão, o dono do jornal, sua tipografia e seus empregados e colaboradores) e os grupos políticos que a carreira empresarial de João Francisco de Paula Castro se insere. Tal relação será tratada neste capítulo, com destaque para os

vínculos constituídos entre Paula Castro, os partidos políticos e seus membros. Buscaremos, ainda, pensar quais seriam as motivações dessas vinculações (e também desvinculações).

Como pontua Tania Regina de Luca (2008), a identificação do grupo responsável por um jornal, suas ligações com diferentes formas de poder e seus interesses financeiros são de suma importância para qualquer análise que se queira fazer de quaisquer periódicos. Assim, buscaremos analisar, nas próximas seções, o percurso de Paula Castro dentro dos jogos criados para se manter, entre as décadas de 1860 e 1890. Outra questão que buscaremos responder é como o agente, enquanto um homem público, se apresentou em seus jornais e como foi representado na imprensa e no meio político. Assim, elucidaremos suas relações com o governo mineiro (a princípio, através dos contratos) e apresentaremos os dispositivos que a imprensa possuía, com os quais o tipógrafo-empresário teve que lidar e os quais influenciaram diretamente a sua imagem, suas ações e seus posicionamentos políticos.

A metodologia para esta etapa do estudo<sup>81</sup> se deu por meio de investigação bibliográfica, graças à ferramenta de pesquisa existente no *site* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que permite a busca por palavras-chave nos periódicos. Para o acesso, basta definir, no próprio sistema de busca, o recorte temporal e geográfico, e o sistema apontará e sublinhará todas as vezes em que a palavra buscada constar em qualquer periódico dos recortes definidos. Desta forma, optamos por utilizar como palavra-chave “Paula Castro”, uma vez que o empresário assinava abreviando seus dois primeiros nomes (J. F. de Paula Castro) e, na maioria das vezes, era referido simplesmente como Sr. Paula Castro por terceiros. Procedimento parecido foi realizado com os relatórios de presidentes de província, disponíveis também *on-line* no Arquivo Público Mineiro.

A escolha do nome do tipógrafo como palavra-chave pode parecer óbvia, mas não é aleatória. Bourdieu destaca a importância do nome na tentativa de se resgatar uma ou mais facetas do sujeito histórico. Segundo o autor,

É o nome próprio [...], com a individualidade biológica da qual ele representa a forma socialmente instituída, que assegura a constância através do tempo e a unidade através dos espaços sociais dos diferentes *agentes* sociais que são a manifestação dessa individualidade nos diferentes campos, o dono da empresa, o dono do

---

<sup>81</sup> Aqui nos referimos à metodologia utilizada nos Capítulos 1 e 2.

jornal, o deputado, o produtor de filmes etc. [...] O nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações em registros oficiais, *curriculum vitae*, *cursus honorum*, ficha judicial, necrologia ou biografia, que constituem a vida na totalidade finita [...] (BOURDIEU, 2006, p. 186-187, grifos no original).

Segundo Ginzburg e Poni (1989, p. 175), “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”. A partir destas observações, podemos constatar que, mesmo por meio de uma ampla coleção de documentos sobre Paula Castro, é impossível traçar, com rigor, sua história completa, linear e racional – até porque este não é nosso objetivo, como já pontuado. O que nos é possível e de interesse é ofertar uma visualização de Paula Castro em um fragmentado contexto, bem como observar suas ações e algumas explicações para tais.

Para visualizar as representações de Paula Castro na imprensa através da menção a seu nome, utilizamos fichas<sup>82</sup> para descrever cada uma das quase 200 menções que ajudaram a reconstituir sua trajetória profissional. Nas fichas constavam o título do jornal ou documento, a data de publicação, a página, a edição, o ano, a seção, uma descrição das informações encontradas, além de observações possíveis no momento da pesquisa. Através delas foi possível comparar e/ou agrupar informações, além de voltar, caso necessário, à fonte rapidamente.

## 2.2 Representações de uma figura pública

A carreira de João Francisco de Paula Castro está ligada ao ato de tornar público os feitos do governo mineiro e os debates da Assembleia Legislativa Provincial, ou seja, fazer as publicações oficiais. No início da trajetória do então tipógrafo, as publicações eram feitas por meio de uma tipografia pertencente à província, da qual ele foi empregado. Paula Castro se tornou um tipógrafo-empresário justamente quando as publicações deixam de ser feitas pela tipografia provincial e passaram para as mãos de tipografias privadas, como a dele mesmo, através de contratos.

Não sabemos muito sobre a necessidade ou obrigatoriedade de se publicar os atos oficiais do governo ou as falas da Assembleia. Certo é que isso acontecia nas

---

<sup>82</sup> Consta nos apêndices desta dissertação um exemplo destas fichas.

províncias e no império desde os princípios da imprensa no Brasil, em 1808, conforme se vê nos próprios jornais do Império e também em pesquisas sobre a imprensa daquela época. Além disso, durante o manuseio das fontes que utilizamos aqui, tivemos contato com várias discussões feitas pelos deputados mineiros acerca da tipografia provincial e dos contratos feitos com Paula Castro. Embora a Assembleia fosse cheia de críticas e considerações sobre a temática, conforme veremos ao longo deste capítulo, em momento nenhum a necessidade de dar publicidade aos atos oficiais e às discussões da Assembleia era colocada em questão.

A recorrência aos jornais para tornar públicos os debates e atos oficiais se dava, certamente, pela inexistência de outro meio de comunicação mais efetivo, isto é, de largo alcance, mesmo considerando o elevado grau de analfabetismo. Ainda que a leitura fosse restrita a uma pequena parcela da população letrada (MOREL, 2013), o fato não impedia a utilização da imprensa enquanto um canal de divulgação e de formação de uma opinião pública. Nas palavras de Morel,

Havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas. E a leitura (...) não se limitava a uma atitude individual e provada, mas ostentava contornos coletivos. Nesse sentido, a circulação do debate político ultrapassava o público estritamente leitor (...) (MOREL, 2013, p. 39).

O início da carreira de Paula Castro na imprensa, ainda enquanto empregado da tipografia provincial em 1863, já foi conturbado. Não tardaram as críticas ao governo provincial por causa do contrato estabelecido em 1863. Conforme se pode ver no *Compilador da assembleia legislativa provincial de Minas Gerais*, naquele ano os deputados questionaram vários pontos do contrato celebrado com o tipógrafo, como possibilidade de rescisão<sup>83</sup>. Também diziam que o Paula Castro não era tratado como os demais funcionários públicos<sup>84</sup>, e que os gastos com seus serviços eram excessivamente caros<sup>85</sup>. No entanto, ainda que o legislativo mineiro tivesse enxergado no contrato infração das leis e da constituição do Império, a parceria entre o executivo e o tipógrafo foi mantida<sup>86</sup>. A Assembleia, então, em oposição, contratou os serviços de impressão de

<sup>83</sup> *O compilador da assembleia legislativa provincial de Minas Gerais, no ano de 1863*. Ouro Preto, 1863, p. 159. Volume único.

<sup>84</sup> *Idem*.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 169.

<sup>86</sup> *Relatório que ao illm. E exm. Sr. Dr. Fidelis de Andrade Botelho, 4º vice-presidente da provincia de Minas Geraes, apresentou no acto de passar a administração, em 2 de abril de 1864, o conselheiro João*

que necessitava em uma tipografia do Rio de Janeiro<sup>87</sup>.

Conforme veremos ao longo de todo este capítulo, as discussões na Assembleia Legislativa Provincial mineira demonstram como os deputados associaram a figura de Paula Castro com a do presidente de província e dos deputados da situação. Os deputados provinciais contrários ao presidente da província tendiam a criticar Paula Castro, enquanto deputados a favor do governo tendiam a defendê-lo. Por vezes, contudo, membros do partido que se encontrava na situação divergiam sobre o governo e sobre Paula Castro. Neste ponto, é interessante observar que as discussões em torno das decisões dos presidentes em fechar acordo com Paula Castro se davam muito mais com base em interesses políticos locais, representados por seus deputados, que pessoais, isto é, sobre a pessoa do tipógrafo.

As considerações do legislativo já demonstravam sua força de atuação sobre a carreira de Paula Castro quando ele ainda era funcionário da tipografia provincial. Tanto que, na renovação do contrato, em 1864, as obrigações de Paula Castro tiveram de ficar “mais claras” – uma vez que os deputados diziam que elas eram poucas e que ele realizava os trabalhos de acordo com a própria vontade<sup>88</sup>. Na oportunidade, o então presidente da província Pedro Alcantara Cerqueira Leite<sup>89</sup> saiu em defesa do tipógrafo, dizendo que ele cumpria com as obrigações com regularidade e presteza<sup>90</sup>.

A partir do momento em que Paula Castro montou sua própria empresa e os serviços de impressão e divulgação das mais diversas naturezas do governo provincial foram terceirizados, os ânimos se acirraram ainda mais. Concomitantemente ao surgimento do primeiro jornal, o *Diario de Minas*, em 1866, Paula Castro se tornou um homem público e seu nome esteve constantemente nas vozes dos políticos e nas páginas dos jornais. Já de início, os debates que o próprio *Diario De Minas* foi obrigado a publicar, cumprindo seu contrato, mostram que João Francisco aproveitou uma excelente oportunidade; mas, quanto às vantagens que a província tiraria do acordo, a

---

*Crispiniano Soares*. Ouro Preto, Typ. Do Minas Geraes, 1864, p. 4.

<sup>87</sup> *Idem*.

<sup>88</sup> *Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1865 o desembargador Pedro Alcantara Cerqueira Leite, presidente da mesma provincia*. Ouro Preto, Typ. Do Minas Geraes. 1865, p. 37.

<sup>89</sup> Pedro Alcantara Cerqueira Leite (Barão de São João Nepomuceno) foi presidente da província de Minas Gerais entre 1864 e 1865. Ele, assim como sua família, era ligado ao Partido Liberal, e vários de seus parentes exerceram cargos políticos na província e em cidades mineiras. Também foi empresário, sendo presidente da Estrada de Ferro União Mineira. (PONTES, Luís. Sua excelência, o Barão de São João Nepomuceno. In: *Voz de São João*. 06 de outubro de 2019).

<sup>90</sup> *Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1865 o desembargador Pedro Alcantara Cerqueira Leite, presidente da mesma provincia*. *Op. cit.* p. 38.

oposição de Saldanha Marinho as colocava em xeque: acusaram-no de violar as leis votadas pela Assembleia, já que a mesma aprovou um orçamento para a montagem de uma tipografia provincial e não a contratação de um particular. Assim, acusaram-no de desrespeitar a Assembleia, bem como acusaram o presidente de fazer tais coisas em favorecimento de um amigo, expondo a existência de laços de amizade entre Saldanha Marinho e Paula Castro e colocando a relação entre eles como ponto de partida do início da carreira de Paula Castro.

A partir dos debates da assembleia, podemos notar já no início da carreira de Paula Castro a construção de sua representação (CHARTIER, 1990) enquanto tipógrafo-empresário. Ao longo de toda a sua carreira na imprensa mineira, essa representação foi recriada e reelaborada, bem como outras imagens que a ela se agregariam. Veremos ao longo deste capítulo que, à medida que Paula Castro tentava se adaptar às alterações dos poderes que ocupavam a presidência do Conselho de Ministros, as representações se multiplicavam. A Assembleia Legislativa Mineira, a presidência de Minas Gerais e a própria imprensa descreviam o tipógrafo de diversas maneiras. Por sua vez, Paula Castro encontrava-se constantemente obrigado a reavaliar a sua postura e a das suas produções impressas. A resposta às representações pejorativas ganhava a forma de uma “autoapresentação”, que visa fixar uma imagem positiva, coerente com princípios e valores políticos e sociais. Por vezes, as provocações eram respondidas de forma mais direta pelo ataque jornalístico, demonstrando que, no âmbito da opinião pública, importava bem aparentar, mesmo que isso levasse à defesa violenta da honra.

Enquanto um “líder da imprensa”, o tipógrafo-empresário João Francisco de Paula Castro era, pois, um homem público e estava diretamente ligado à formação de uma opinião pública. Através de suas publicações, legitimava posições políticas visando a transformar demandas setoriais em vontade geral (MOREL, 2013). Seus jornais transmitiam ideias que tinham a possibilidade de influir nos negócios públicos à medida que buscava parear a opinião de seus leitores com a demanda dos grupos que o financiavam.

Assim, os jornais de Paula Castro divulgavam ideias para um público, interferindo e colaborando para a formação de uma opinião pública. Dessa forma, ao se relacionar com a elite política mineira, através dos contratos que estabelecia, o próprio empresário se tornava público porque precisava se expor publicamente, o que certamente era usado contra ele mesmo por seus adversários dentro do campo social em

que se localizava.

As várias representações da figura de Paula Castro, feitas pelos setores que se encontravam, a cada momento, contra ou a favor do empresário, eram determinadas pelos interesses daqueles que as construía. Essas representações, assim como as autorrepresentações que o tipógrafo formulava, se apresentavam enquanto estratégias (CHARTIER, 1990) para reforçar a autoridade do discurso de cada um e/ou deslegitimar o discurso do outro. Deste modo, investigar as “representações supoe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”, como aponta Chartier (1990, p. 17).

Mas as representações formuladas por aqueles que cercavam Paula Castro, forjadas pelos interesses daqueles que as produziam, precisam ser compreendidas dentro de um contexto. Disso decorre a necessidade de relacioná-las aos posicionamentos dos discursos construídos em torno do tipógrafo-empresário em cada fase de sua vida profissional. Para isso, precisamos compreender que tais representações, além de terem consequências, também são produto de algo. Assim, além de tratar de Paula Castro representado por si e pelos outros, é preciso demonstrar quais foram os dispositivos (AGAMBEM, 2009) que produziram estas representações, além de compreender que elas próprias se tornaram dispositivos.

Veremos que os vários agentes que compuseram Paula Castro, ou seja, as várias representações do tipógrafo-empresário, são produtos de seu universo relacional. Dentre estas, destacamos as relações estabelecidas com os partidos e com os políticos mineiros, que se deram principalmente por causa dos contratos que ele conseguiu ao longo de sua carreira para publicação de atos oficiais do governo e transcrição de falas da Assembleia Legislativa, etc. Entendemos, portanto, os contratos como o primeiro dispositivo que conduzem nossa análise. Os contratos são instrumentos de regulação, bem como um fator de disputa de interesses entre outros empresários do ramo, o que englobava os políticos e seus respectivos partidos.

Em certa medida, as próprias representações acerca de Paula Castro se configuram enquanto dispositivos quando estabelecem padrões de comportamento para as atitudes do empresário. A posição de homem público influenciou e foi fruto de sua produção jornalística. Deste modo, podemos dizer que o tipógrafo não apenas era enquadrado pelos dispositivos do meio que frequentava como também participava, produzia e/ou modificava os dispositivos.

### 2.3 Construindo uma imagem de si

Começamos por uma primeira representação associada a Paula Castro: a de tipógrafo-empresário. Esse agente foi, muitas vezes, mencionado por governantes, deputados e outros tipógrafos enquanto um empresário e como alguém de importância na imprensa. Nesses termos, entendemos que o jornal - para além de instrumento de comunicação e político, aspectos correntemente ressaltados pela historiografia - era compreendido como uma empresa com pretensões econômicas de gerar lucros. Para vender seu produto, Paula Castro propagandeava sua tipografia por meio de seus jornais, anunciando os diversos serviços que uma tipografia podia prestar naquela época. Em 1867, ele já publicava no *Diario de Minas* que poderia imprimir qualquer obra por um preço razoável. Também vendia procurações gerais e especiais, feitas por ele mesmo. Esse mesmo anúncio foi publicado também no *Liberal de Minas* e no *Noticiador de Minas*, em 1868<sup>91</sup>. Ao voltar com o *Diario* em 1873, Paula Castro anunciou que havia reformado sua tipografia, trocando alguns equipamentos, e assim propagandeou seus serviços ao público<sup>92</sup>. Em 1887, n'A *União*, o tipógrafo-empresário publicou propagandas de outros serviços que oferecia em sua tipografia<sup>93</sup>, assim como nas décadas anteriores.

A volta do *Diario* também foi amplamente divulgada por Paula Castro no jornal que o precedeu, o *Noticiador de Minas*. A primeira edição do novo *Diario de Minas* se deu em fevereiro de 1873, mas, desde novembro de 1872, o *Noticiador* já o anunciava. O anúncio não relacionava o novo com o antigo *Diario de Minas*. Segundo o autor e dono dos periódicos em questão, o novo jornal se dedicaria a discussões “calmas e elevadas” sobre as questões políticas. Dizia o anúncio que o novo jornal contaria, ainda, com correspondentes de todo o império, os quais enviariam notícias por linha telegráfica. Assim, demonstrou, mais uma vez, que a oficina havia passado por melhoramentos<sup>94</sup>. Esse anúncio circulou no *Noticiador* até sua última edição, em 25 de

---

<sup>91</sup> Este anúncio foi publicado em várias edições do *Diario de Minas*, do *Liberal de Minas* e do *Noticiador de Minas* ao longo de 1867 e 1868. O primeiro encontrado está na edição 205 do *Diario de Minas*. Anuncios. In: *Diario de Minas*, nº 205, ano II, p. 3. Ouro Preto, 02 de abril de 1867.

<sup>92</sup> Este anúncio também foi publicado várias vezes ao longo de 1873 e anos posteriores. O primeiro encontrado está na edição 32 do novo *Diario de Minas*. Anuncios. In: *Diario de Minas*, nº 32, ano I, p.3. Ouro Preto, 11 de março de 1873.

<sup>93</sup> O primeiro anúncio encontrado desta fase está no nº 44 d'A *União*. Anuncios. In: *A União*, nº 44, ano II, p. 4. Ouro Preto, 01 de fevereiro de 1887.

<sup>94</sup> O primeiro anúncio foi publicado em 14 de novembro de 1872, na edição 506 do *Noticiador de Minas*. Anuncios. In: *Noticiador de Minas*, nº 506, ano V, p. 3. Ouro Preto, 14 de novembro de 1872.

janeiro de 1873.

Apesar dos serviços e da qualidade técnica da Typographia, Paula Castro precisou demonstrar que seus periódicos eram respeitados no meio impresso. Em dezembro de 1872, ele reproduziu um trecho do *Diario de S. Paulo*, em que o mesmo comenta e elogia o seu jornal, que estava por aparecer. No trecho, o novo *Diario de Minas* é classificado como um órgão diário de publicidade e exaltado pelo fato de pertencer a um “conhecedor da imprensa”. O *Diario de S. Paulo* divulgava, ainda, que quem interessasse assinar o novo jornal em São Paulo poderia fazê-lo em sua tipografia<sup>95</sup>.

Ainda sobre o *Diario de Minas*, Paula Castro transcreveu um trecho do periódico *Agricultor*, onde se lê:

Parabéns ao incansável lidador da imprensa brasileira, o sr. Paula Castro, que não recuando ante os imensos sacrifícios, que se antepõe a sustentação de uma *empresa jornalística* em nosso paiz, vae começar a publicar diariamente o seu jornal, que assim tornar-se-há o órgão da heroica província de Minas<sup>96</sup> (grifo nosso).

Após o início da circulação do novo *Diario*, um correspondente escreveu um texto recheado de lirismo, no qual elogiava Paula Castro e seu novo jornal<sup>97</sup>. A transcrição de elogios em seus jornais era uma das técnicas de autopromoção do tipógrafo-empresário. Como podemos notar, a sua figura se confundia com a do próprio jornal.

No entanto, as ações de autopromoção não se reduzem aos colegas de ofício e nem ao seu papel como tipógrafo e empreendedor. Paula Castro também precisava ser reconhecido por seu público como parte integrante dele. Seus leitores deveriam associá-lo como membro do mesmo grupo social a que eles pertenciam, compartilhando ações e pensamentos dentro de um mesmo contexto social e político. Só assim as ideias divulgadas em seus jornais atingiriam de fato este público, fazendo dele um porta-voz (BOURDIEU, 1989). Um exemplo disso é encontrado nas páginas do *Noticiador de Minas*, de 1869, que publica uma lista de pessoas que contribuíram financeiramente com o exército brasileiro, que lutava na Guerra do Paraguai. O *Noticiador de Minas*

<sup>95</sup> Noticiário. In: *Noticiador de Minas*, nº 519, ano V, p. 3. Ouro Preto, 21 de dezembro de 1872.

<sup>96</sup> Noticiário. In: *Noticiador de Minas*, nº 527, ano V, p. 3. Ouro Preto, 16 de janeiro de 1873.

<sup>97</sup> Interior. In: *Diario de Minas*, nº 22, ano I, p. 1. Ouro Preto, 27 de março de 1873.

agradecia aos cidadãos patriotas e, dentre eles, estava o nome de Paula Castro<sup>98</sup>.

Mas também era preciso agradar e reverenciar a elite política. Em 1875, quando Francisco Leite da Costa Belém<sup>99</sup> deixou a presidência da província, o mesmo agradeceu a Paula Castro pelos “relevantísimos serviços que me prestou; o que n’este momento me é grato recordar, sentindo vivo o prazer em patentear-lhe o meo reconhecimento”<sup>100</sup>. O tipógrafo, é claro, fez questão de publicar tal fala.

Deputados como Cesário Augusto Gama<sup>101</sup> também o elogiaram por meio dos jornais<sup>102</sup> (e receberam críticas por isso). Em 1875, o deputado Drumond<sup>103</sup> se referiu, em discussão na Assembleia (a qual foi também publicada em jornal), a Paula Castro enquanto amigo, pessoa de confiança da maioria dos deputados ali presentes e “pai de família” exemplar<sup>104</sup>. Com recursos como estes, Paula Castro tentava, assim, forjar a imagem de um empresário bem sucedido e bem aceito no ramo, o que não dispensava as caracterizações de cidadão, patriota, amigo, pai de família e, como se verá, de cristão.

Às imagens construídas por terceiros, Paula Castro somava as representações de si enquanto um cidadão ouro-pretano ativo em sua comunidade, participante da vida religiosa e que se preocupava com os problemas locais. Ele sabia ser importante o reconhecimento do seu público leitor para o seu sucesso na situação em que se encontrava. Em grande medida, a imagem precisava ser associada e respaldada nos seus jornais e nos seus atos públicos. Como mais um exemplo disso, em 1875, ele doou dinheiro e ajudou, através de seu *Diario*, na arrecadação de fundos para a reconstrução de uma capela da ordem 3º de São Francisco de Paula<sup>105</sup>. Também há informações de

<sup>98</sup> Noticiário. In: *Noticiador de Minas*, nº 56, ano I, p. 2. Ouro Preto, 06 de janeiro de 1869.

<sup>99</sup> Francisco Leite da Costa Belém foi presidente da Província de Minas Gerais por cinco vezes, entre 1871 e 1875 (Relatórios de presidente de província de 1871, 1872, 1873, 1874 e 1875, todos escritos pelo próprio Belém). Além disso, foi nomeado presidente do Tribunal da Relação de Ouro Preto em 1886 (*Gazetilha*. In: *A Província de Minas*, nº 313, ano VI, p. 1. Ouro Preto, 11 de março de 1886).

<sup>100</sup> Noticiário. In: *Diario de Minas*, nº 446, ano III, p. 3. Ouro Preto, 17 de abril de 1875.

<sup>101</sup> Cesário Augusto Gama foi Capitão da 2ª Companhia de Voluntários Constitucionais e ajudante de ordens do presidente interino da província de Minas Gerais (1842); tesoureiro da Fazenda Geral (1846-9). Juiz de Paz da paróquia de Ouro Preto (1853-65) e promotor de capelas e resíduos (1857-60). Deputado à Assembléia Legislativa de Ouro Preto (1856-63; 1876-9). Vereador (Ouro Preto: 1860-1; 1880-1). Procurador fiscal da Tesouraria da Fazenda (1865); inspetor da Tesouraria de Ouro Preto e secretário interino do governo (1867-8). Secretário de polícia da província de Minas Gerais (1878-81). (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <https://ihgb.org.br/privados/100-ces%C3%A1rio-augusto-gama.html>. Acesso em: 23 mar. 2021.)

<sup>102</sup> Publicações a pedido. In: *O constitucional*, nº 49, ano I, p. 3. Ouro Preto, 03 de agosto de 1867.

<sup>103</sup> José Antônio da Silveira Drumond foi deputado entre 1874 e 1875, 1878 e 1879, 1880 a 1881, 1884 a 1885, 1886 a 1887 e 1888 a 1889 (VEIGA, José Pedro Xavier. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Ano I. Imprensa Oficial de Minas-Geraes. Ouro Preto, 1896). Foi referido como “deputado liberal” pelo jornal liberal *A Actualidade* (Boletim. In: *A Actualidade*, nº 40, ano I, p. 2. Ouro Preto, 28 de junho de 1878.)

<sup>104</sup> Parte Oficial. In: *Diario de Minas*, nº 561, ano III, p. 2. Ouro Preto, 07 de dezembro de 1875.

<sup>105</sup> A pedido. In: *Diario de Minas*, nº 482, ano III, p. 3. Ouro Preto, 17 de julho de 1875.

que sua esposa e filhas faziam parte da organização de procissões e festas religiosas na então capital<sup>106</sup>. Em 1891, foi provedor perpétuo da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição no distrito ouro-pretano Antonio Dias<sup>107</sup>. Nesse ínterim, cumpre lembrar que as irmandades exerciam papel religioso e social, principalmente no setor da assistência social, suprindo, por vezes, o papel do Estado, e por isso se tornavam um importante meio de controle social (OLIVEIRA, 2001). Assim, quem fazia parte delas, como Paula Castro, certamente era detentor de certo prestígio social.

Vemos, então, a representação de alguém que é dotado de certo *status* e, por isso, de autoridade de fala. Essa boa imagem que tentava difundir de si próprio era ilustrativa do capital social e simbólico que se constituía sobre sua figura (BOURDIEU, 1989), o qual lhe concedia favorecimentos dentro do meio em que atuava e do qual dependia. Uma íntima relação de reciprocidade entre a imprensa e a política se desvela quando analisamos as representações de Paula Castro. No entanto, o fator mais importante para sua carreira eram os contratos que ele estabelecia com o executivo e o legislativo provincial - contratos estes conquistados em razão do universo relacional em que se encontrava imerso, mas também da imagem que construía como empresário e tipógrafo e cidadão benemérito da sociedade ouro-pretana.

Como já salientamos no capítulo anterior, as fontes de renda comuns às tipografias nem sempre eram suficientes para manter publicações diárias naquela época, e então frequentemente se buscava apoio financeiro em grupos políticos (MARTINS, 2013). Paula Castro não fugiu a essa lógica: no caso do contexto em que os seus jornais se inserem, esse apoio financeiro era buscado em um outro formato, embora se mantivesse ligado a interesses políticos. A sustentação dos jornais de Paula Castro se dava através dos contratos com os governos provinciais para publicação de atos oficiais nos periódicos, que eram disputadíssimos. Dentro desse cenário, o teor político dos jornais que conseguiam estes contratos era definido pelo grupo que estivesse no poder no momento e, como vimos, a tipografia de Paula Castro surgiu de um destes contratos.

## 2.4 De liberal a conservador

Os primeiros jornais de Paula Castro eram de tendência liberal, mas, a partir de 1868, passam a expressar teor conservador. A explicação imediata é que, até 1868, o

---

<sup>106</sup> Noticiário. In: *A União*, nº 3, ano I, p. 2. Ouro Preto, 17 de setembro de 1886.

<sup>107</sup> Secção Livre. In: *O Estado de Minas*, nº 264, ano III, p. 4. Ouro Preto, 16 de dezembro de 1891.

Partido Liberal ocupava a presidência do Conselho de Ministros do Império. Segundo Silvana Mota Barbosa (2007), o cargo de presidente do Conselho de Ministros comportava alto grau de autoridade, uma vez que podia escolher os outros membros do ministério e os presidentes de província, e assim, montar, reforçar e expandir laços políticos por todo o império. A partir de 1868, o Partido Conservador passou a ocupar a presidência deste Conselho, coincidindo com a mudança de orientação política de Paula Castro. Como veremos, tal atitude é responsável por muitas das representações feitas sobre ele, em cada uma das fases de sua carreira.

Embora os contratos para publicar os atos oficiais das províncias não mencionassem a obrigação de um determinado teor político específico para os jornais, não parece crível que os contratos acontecessem sem a disposição de afinidade política entre o contratante e o contratado. Todavia, era preciso manter as aparências. Como vimos, no relatório em que Joaquim Saldanha Marinho detalha o contrato celebrado com Paula Castro foi mencionada uma carta do procurador fiscal da província, na qual o mesmo defendia que a folha diária tivesse liberdade de publicar qualquer coisa, incluindo críticas ao governo e seus funcionários<sup>108</sup>.

Sobre as especificidades do teor político dos jornais de Paula Castro, estas serão no próximo capítulo. O que nos interessa por hora é descrever como ocorreram os contratos que o empresário teve, bem como as críticas com as quais ele teve de lidar, feitas tanto por deputados quanto por outros empresários do ramo, pois, assim como os contratos, as críticas que estes geraram configuraram dispositivos modelares das representações de Paula Castro enquanto tipógrafo-empresário.

O contrato que deu origem à tipografia em 1866, do qual já tratamos, foi rescindido em novembro de 1867<sup>109</sup>. Cumprindo esta primeira parceria, o *Diario de Minas* se via obrigado a publicar as críticas a seu dono – críticas contidas nas falas dos deputados provinciais. Em setembro de 1866, a Assembleia Legislativa dedicou uma reunião inteira, praticamente, para discutir a real necessidade e validade do contrato que envolvia Paula Castro. Sempre se referindo à questão do dinheiro público indo para as mãos de um particular, os deputados diziam que os valores pagos a ele eram altos demais e não compensavam o serviço prestado<sup>110</sup>. Poucos deputados saíram em defesa do empresário, dentre eles, Cesário Alvim. Outros acusavam o periódico do tipógrafo-

---

<sup>108</sup> Relatório que a assembleia legislativa provincial de Minas Gerais apresentou no ato da abertura da sessão ordinária de 1866 o 2º vice-presidente Joaquim José de Sant'Anna. Anexo M-4.

<sup>109</sup> Assembleia provincial. In: *Constitucional*, nº 63, ano I, p. 3. Ouro Preto, 09 de novembro de 1867.

<sup>110</sup> Parte Oficial. In: *Diario de Minas*, nº 82, ano I, p. 1-2. Ouro Preto, 21 de setembro de 1866.

empresário de ser um jornal “suisso”, “vendido ao governo”<sup>111</sup>.

No meio impresso, o principal rival de Paula Castro era o jornal conservador *Constitucional*. Em meio às críticas que aconteciam na Assembleia, o periódico publicou um texto intitulado “Espelho da Assembléa”, em que as opiniões dos deputados oposicionistas se sobressaíam. O texto criticava Saldanha Marinho pelo contrato que fez com Paula Castro, e dizia que o então presidente doou a tipografia em que o *Diario* funcionava. O mesmo texto afirmava que o então presidente somente submeteu o contrato à aprovação da Assembleia depois de colocar dinheiro nas mãos do tipógrafo-empresário<sup>112</sup>. Dizia ainda o *Constitucional* que:

O Dr. Misael [deputado oposicionista] lembrou a assemblea que um presidente de província é um membro do poder executivo. Que sua missão é executar. Que se nem as conveniências publicas podião leval-o a violar uma lei legitimamente feita, muito menos as conveniencias pessoaes do Sr. Paula Castro; que a assemblea provincial havia sido desacatada sendo uma sua lei revogada, e desautorada achando a publicação dos seus debates contractados<sup>113</sup>.

Em várias outras ocasiões, o *Constitucional* criticou a relação de Paula Castro com Saldanha Marinho, enfatizando o favorecimento do primeiro pelo segundo. Apenas para exemplificar, ao final de 1866, um artigo foi publicado no *Constitucional*<sup>114</sup> criticando o então presidente Saldanha Marinho por outros motivos, e Paula Castro se viu obrigado a responder, através de seu *Diario*, defendendo o presidente – embora sem citar seu nome – tentando descreditar o “pasquim insutuoso, que se publica nesta capital”<sup>115</sup>. Afirmou o tipógrafo-empresário, na ocasião, que “o público sensato que leia com atenção essa catilinaria, que vem no *Constitucional* n. 21 contra nosso amigo [Saldanha Marinho], que se acha ausente, e se compenetrará de que são justas as nossas apreciações” e que

(...) com uma linguagem impropria da imprensa civilisada atira contra o nosso amigo [Saldanha Marinho] accusações as mais torpres, diatribes as mais asquerosas, tomando todavia a cautella de não referir o nome da pessoa a quem a falsa fé procurava forir. Procedimento perfido,

<sup>111</sup> Parte Oficial. In: *Diario de Minas*, nº 94, ano I, p. 2. Ouro Preto, 06 de novembro de 1866.

<sup>112</sup> Espelho da Assembleia. In: *Constitucional*, nº 5, ano II, p. 3-4. Ouro Preto, 15 de setembro de 1866.

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>114</sup> Publicações a Pedido. In: *Constitucional*, nº 21, ano II, p. 3. Ouro Preto, 26 de dezembro de 1866.

<sup>115</sup> CASTRO, J. F. A pedido. In: *Diario de Minas*, nº 163, ano II, p. 2-3. Ouro Preto, 13 de janeiro de 1867.

cobardia inqualificavel!<sup>116</sup>.

Em 1867, o jornal questionou o pagamento extra a Paula Castro pela impressão do relatório do presidente da província daquele ano, sendo que, no próprio relatório, vinha detalhado o contrato, que dizia ser tal impressão parte do mesmo, não demandando pagamento à parte. Paula Castro revidou, atacando o *Constitucional* em várias ocasiões, acusando-o de não patriótico<sup>117</sup> e apresentando-o como incoerente e desordeiro, e que, assim como o Partido Conservador, existia apenas para atrapalhar os liberais<sup>118</sup>. Em muitas ocasiões, o *Diario de Minas* criticou o rival, principalmente quando este atacava Saldanha Marinho ou os deputados que defendiam Paula Castro na Assembleia.

Em maio de 1868, um novo contrato foi celebrado entre Paula Castro e a presidência da província. O contrato para publicação dos atos oficiais, leis, relatórios e debates da Assembleia previa um ritmo de divulgação de três vezes por semana, e não mais diariamente<sup>119</sup>. Ainda assim foi mantida a subvenção de 12:000\$000, pois, segundo o relatório de José da Costa Machado de Souza<sup>120</sup>, Paula Castro não poderia publicar um jornal diário e ainda dar conta das impressões avulsas, muitas vezes longas e difíceis, como tabelas da tesouraria<sup>121</sup>.

Poucos meses depois, o relatório do então presidente Manoel Teixeira de Souza demonstrou que um novo contrato havia sido feito. Conforme Souza, quando iniciou sua administração, acabava de ser rescindido o contrato entre o governo e Paula Castro para publicação dos atos oficiais e outros documentos no *Liberal de Minas*. No entanto, achava-se com Paula Castro adiantamentos pagos por publicações que ele ainda não havia feito. Assim, Souza mandou cobrar Paula Castro e solicitou-o a retomar a tipografia provincial, que estava em posse do tipógrafo, ordenando-lhe a concluir alguns

---

<sup>116</sup> CASTRO, J. F. A pedido. In: *Diario de Minas*, nº 163, ano II, p. 2-3. Ouro Preto, 13 de janeiro de 1867.

<sup>117</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 102, ano I. p. 3. Ouro Preto, 17 de outubro de 1866

<sup>118</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 62, ano I. p. 2. Ouro Preto, 22 de agosto de 1866.

<sup>119</sup> *Relatorio que a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1868 o presidente José da Costa Machado de Souza*. Ouro Preto, Typ. De J. F. de Paula Castro. 1868, p. 23.

<sup>120</sup> José da Costa Machado de Souza foi deputado provincial em São Paulo entre 1862-1863, Presidente de Minas Gerais entre 1867 e 1868 e deputado federal por Minas Gerais entre 1891 e 1896. (PINHEIRO, Luciana. *SOUSA, José da Costa Machado e*. Verbete. In: ABREU, Alzira Alves (org). **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Rio de Janeiro, FGV, 2013. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SOUSA,%20Jos%C3%A9%20da%20Costa%20Machado%20e.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020).

<sup>121</sup> *Idem*.

trabalhos a quais ainda estava obrigado<sup>122</sup>. Paula Castro, então, propôs um novo contrato, parecido com o anterior, diminuindo a retribuição para 1:500\$000, mas devendo fazer a publicação do jornal diária, e não 3 vezes por semana. Achando razoável, Souza aceitou a proposta em agosto daquele ano, afirmando que, a partir de então, o *Liberal de Minas* foi substituído pelo *Noticiador de Minas*. A tipografia provincial permaneceria arrendada a Paula Castro por 500\$000 anuais<sup>123</sup>.

Ao longo de 1868 e 1869, Paula Castro recebia ordens de publicar coisas específicas no *Noticiador de Minas*, e em várias ocasiões recebeu tarefas, as quais possuíam prazos improrrogáveis para cumprir. O governo provincial, neste momento, pareceu cobrar bastante de Paula Castro para que ele cumprisse as tarefas dentro do prazo e com a qualidade devida através de ofícios<sup>124</sup>, coisa que não acontecia antes com os presidentes liberais.

Nesse período, após deixar de ter a posse do *Liberal de Minas*, Paula Castro teve problemas com os novos donos, que aparentemente seguiam linhagem de pensamento diferente do empresário. Tendo passado a ser adepto do Partido Conservador e publicando a favor deles desde o primeiro número do *Noticiador de Minas*, Paula Castro acusou os novos proprietários do *Liberal* de serem infiéis à verdade quanto ao novo contrato que estabelecera ao fim de 1868, culpando os próprios liberais por sua mudança de postura política<sup>125</sup>. Dizia Paula Castro:

(...) se o antigo *Liberal de Minas* deixou de existir, foi isso devido aos próprios srs. liberais que *descarregarão-lhe o profundo golpe*, não dando os meios para manter a sua publicação. Nestas circunstancias, não tento outros recursos de que lançar mão, fui muito espontaneamente e de minha livre vontade oferecer os meus serviços ao exm. sr. Senador Manoel Teixeira de Souza, que então administrava a província, e pedir-lhe a continuação do meu contracto, que tinha sido rescindido pelo exm. Sr. Dr. Machado nos últimos dias de sua administração<sup>126</sup> (Grifos no original).

<sup>122</sup> *Relatorio que ao illm e exm sr. Dr. Domingos de Andrade Figueira apresentou ao passar-lhe a administração da provincia o 1º vice-presidente senador Manoel Teixeira de Souza*. Ouro Preto, Typ. De J. F. de Paula Castro. 1868, p. 8.

<sup>123</sup> *Idem*.

<sup>124</sup> Temos um exemplo na edição 55 do *Noticiador de Minas*, onde no extrato de expediente da presidência de província foram noticiadas várias ordens a Paula Castro para que publicasse os documentos oficiais em seu jornal, cumprindo o contrato. Cf: Parte Oficial. In: *Noticiador de Minas*, nº 55, ano I, p. 1-2. Ouro Preto, 05 de janeiro de 1869.

<sup>125</sup> CASTRO, J. F. de Paula. A Pedido. In: *Noticiador de Minas*, nº 68, ano II, p. 2. Ouro Preto, 05 de fevereiro de 1869.

<sup>126</sup> *Idem*.

O *Liberal de Minas* reagiu, transcrevendo as acusações de Paula Castro, grifando partes e respondendo sarcasticamente cada uma delas. Paula Castro então respondeu: “Será lícito constituir-se protector da imprensa agenciando assignaturas, cobrando a importância das mesmas e... Será lícito obrigar-se a um pobre typographo a publicar artigos (...) sem a mínima recompensa, e fazer-se deste typographo seu testa de ferro?”<sup>127</sup>. Em tom irritado e sem dar mais detalhes, insistiu ainda para que o *Liberal* transcrevesse este novo texto também<sup>128</sup>.

A partir de então, Paula Castro passou a criticar jornais de tendência liberal em Minas Gerais, até que *O Jequitinhonha* o respondeu<sup>129</sup>. O periódico elegeu como principal tema de crítica a passagem do empresário de liberal a conservador, citando a mudança do nome do jornal de Paula Castro em 1868 – de *Liberal de Minas* a *Noticiador de Minas*. Dizia o periódico liberal que “(...) passar de *Liberal de Minas* a *Noticiador* é transmutar-se de insecto em larva roedora. Não quizeramos lembrar essas couzas, visto como afinal contas o snr. Paula Castro é pae de familia e o ventre tem exigencias tão imperiosas...”<sup>130</sup>, indicando a questão financeira como principal motivador da mudança de orientação política. Outrossim, distingue-se na crítica acima a forma pela qual as representações eram constituídas no e pelo conflito, onde a retórica, ornada por metáforas como inseto e roedor, servia de arma.

Em 1870, Paula Castro perdeu o contrato firmado com o ex-presidente Manoel Teixeira de Souza. O então presidente da província mineira, Agostinho José Ferreira Bretas<sup>131</sup>, justificou a rescisão dizendo que os gastos com os contratos com o empresário sempre foram grandes e afirmando que nem sempre a província foi bem servida, já que algumas impressões demoraram muito e outras nunca foram feitas, mesmo constando no contrato sua obrigação<sup>132</sup>. A partir de então, o presidente decidiu por não mais estabelecer novos contratos com particulares, nem arrendar a tipografia

---

<sup>127</sup> CASTRO, J. F. de Paula. A Pedido. In: *Noticiador de Minas*, nº 70, ano II, p. 2. Ouro Preto, 10 de fevereiro de 1869.

<sup>128</sup> *Idem*.

<sup>129</sup> Resposta ao ‘Noticiador de Minas’. In: *O Jequitinhonha*, nº 32, ano VIII, p. 3-4. Diamantina, 04 de abril de 1869.

<sup>130</sup> *Idem*.

<sup>131</sup> Agostinho José Ferreira Bretas foi presidente da Província de Minas Gerais entre maio e outubro de 1870. Em 1884, um artigo do *A Província de Minas* chamava os eleitores filiados ao Partido Conservador a eleger Bretas, referido no artigo enquanto médico, a senador do Império pela província mineira. (Eleição Senatorial. In: *A Província de Minas*, nº 200, ano IV, p. 1. Ouro Preto, 3 de abril de 1884).

<sup>132</sup> *Relatorio que a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1870 o vice-presidente dr. Agostinho José Ferreira Bretas*. Ouro Preto, Typographia Provincial, 1870.

provincial, mas sim contratar empregados para a mesma<sup>133</sup>. No entanto, em 07 de março de 1871, foi registrado um novo contrato entre o governo provincial e o proprietário do *Noticiador de Minas* para publicação dos debates da Assembleia pela quantia de 1:000\$000 para cada 10 dias<sup>134</sup>.

Poucos dias após a celebração desse novo contrato, Paula Castro publicou um texto em seu jornal demonstrando estar muito irritado com um correspondente do periódico *Reforma*<sup>135</sup>. Segundo o próprio empresário, o tal correspondente o caluniou, tentando expor relações escusas entre Paula Castro e os políticos em 1868. O nome do dito correspondente não é mencionado, mas o tipógrafo-empresário afirmou se tratar “[daquele] mesmo que em julho de 1868, logo que [em Ouro Preto] chegou a noticia da queda do ministério liberal perdeu a esperança de bifar um emprego, e julgou prudente arranjar-se em minha typografia”<sup>136</sup>. Nesse conturbado cenário profissional, o dito caluniador tentou, em 1868, arranjar com o então presidente José Machado de Souza um contrato para Paula Castro (diferente daquele que já existia na época do *Liberal de Minas*), com a condição de que o empresário o contratasse. Não aceitando as propostas, Paula Castro firmou outro acordo com o presidente Teixeira de Souza, resultando no segundo contrato estabelecido em 1868. Na ocasião, o tipógrafo-empresário se esforçou para desmentir as acusações<sup>137</sup>.

Todavia, como de se esperar, o correspondente do *Reforma* reagiu, tentando, novamente, construir uma representação extremamente negativa de Paula Castro, considerando-se os valores de uma sociedade escravocrata. Acusou-o de ser um “testa de ferro” de todos os partidos, e comparou-o a um escravo de ganho<sup>138</sup>. Tendo o caluniador incógnita questionado também a relação de Paula Castro com o Partido Conservador, o empresário precisou afirmar que jamais aceitaria novamente um contrato em favor dos liberais e que estava muito satisfeito com os conservadores<sup>139</sup>. A resposta de Paula Castro demonstra que ele perdeu a paciência e a costumeira

---

<sup>133</sup> *Relatorio que a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1870 o vice-presidente dr. Agostinho José Ferreira Bretas*. Ouro Preto, Typographia Provincial, 1870.

<sup>134</sup> *Relatorio que a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1871 o vice-presidente Francisco Leite da Costa Belem*. Ouro Preto, Typographia de J. F. de Paula Castro. 1871. Anexo 9. p. 7.

<sup>135</sup> Infelizmente não foi possível encontrar nenhuma edição deste periódico.

<sup>136</sup> CASTRO, J. F. de Paula. A Pedido. In: *Noticiador de Minas*, nº 289, ano IV, p. 1. Ouro Preto, 18 de março de 1871.

<sup>137</sup> *Idem*.

<sup>138</sup> CASTRO, J. F. de Paula. A pedido. In: *Noticiador de Minas*, nº 294, ano IV, p. 4. Ouro Preto, 30 de março de 1871.

<sup>139</sup> *Idem*.

diplomacia que o mantivera até então entre acordos de poderes alternativos sem maiores problemas. O tipógrafo-empresário, um tanto exasperado, classificou publicamente o correspondente caluniador de “miserável, ridículo”, insinuando que o mesmo vinha de família de estelionatários. Exaltando-se, terminou seu texto:

Quanto á ameaça de cortar-me de chicote que me é feita pelo *fidalgo*, dir-lhe-hei que de pena do idiota ainda não metti-lhe o saldo dos botins nas faces desbotadas. Se continuar com seus insultos, talvez a compaixão dê lugar á minha severidade. Hei de marcar-lhe a frente com endelevel estygma <sup>140</sup>.

Como bem se viu, as representações que a imprensa fazia de Paula Castro através das críticas enfatizavam a mudança de sua postura política e, em especial, questionavam seu comprometimento com o Partido Conservador. Isso não aconteceu somente no meio impresso. Na Assembleia Legislativa, quase ao mesmo tempo em que o correspondente do *Reforma* provocava Paula Castro, o deputado conservador Joaquim Ignacio Penido<sup>141</sup> fez uma série de observações e acusações quanto aos contratos que vinham sendo celebrados com proprietário do *Noticiador de Minas*. Além de questionar os gastos com tais contratos e afirmar que eram desnecessários, pois uma tipografia pertencente à província seria menos custosa, afirmou o deputado que o então presidente Antonio Affonso de Carvalho<sup>142</sup> favorecia os interesses pessoais de Paula Castro<sup>143</sup>. Penido questionou também a mudança de orientação política do empresário, dizendo não entender os motivos do presidente da província em favorecer um “ex-liberal”. Paula Castro era visto por muitos deputados como um “artista”, alguém que não tinha sentimentos políticos, fato do qual Penido debochou de forma evidente<sup>144</sup>. No entanto, na mesma discussão, outro deputado se posicionou em favor do tipógrafo: “não, ele hoje

<sup>140</sup> CASTRO, J. F. de Paula. A pedido. In: *Noticiador de Minas*, nº 294, ano IV, p. 4. Ouro Preto, 30 de março de 1871.

<sup>141</sup> Joaquim Ignacio Nogueira Penido foi um deputado mineiro. Foi mencionado pelo *Noticiador De Minas* como filiado ao Partido Conservador em uma lista de eleitores ouro-pretanos em 1872. (Noticiário. In: *Noticiador de Minas*, nº 482, ano V, p. 4. Ouro Preto, 3 de setembro de 1872).

<sup>142</sup> Antonio Affonso de Carvalho foi um magistrado e político muito atuante no Império. Foi deputado provincial pela Bahia entre 1861 e 1862. Em maio de 1869, iniciou novo mandato, mas em novembro renunciou por ter sido nomeado presidente da província do Paraná. Exerceu o cargo até abril de 1870, e de outubro desse ano até 1871 foi presidente de Minas Gerais. Assumiu diversas outras funções públicas, incluindo no império. Além disso, foi colaborador assíduo do *Jornal da Bahia*. (PINHEIRO, Luciana. *CARVALHO, Afonso de*. Verbete. In: ABREU, Alzira Alves (org). **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Rio de Janeiro, FGV, 2013. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CARVALHO,%20Ant%C3%B4nio%20Lu%C3%ADs%20Afonso%20de.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020).

<sup>143</sup> Parte Oficial. In: *Noticiador de Minas*, nº 301, ano IV, p. 2. Ouro Preto, 18 de abril de 1871.

<sup>144</sup> *Idem*.

é conservador, arrependeu-se, felizmente é susceptível de perfeição”<sup>145</sup>.

Tais falas de Penido foram publicadas na edição 301 do *Noticiador*, cumprindo seu contrato. Imediatamente, na edição 302, Paula Castro publicou, no editorial, um resumo dos contratos que tivera até então. O empresário preocupou-se em responder às provocações do deputado e demonstrar que os gastos da província com os contratos eram justos e não provocavam qualquer dano aos cofres públicos:

Aguardavamos tão somente a publicação do discurso para combater os argumentos que n’elle se contem, e já que um só documento não foi lido, passamos a historiar o contracto celebrado pela administração com o cidadão Paula Castro, e mostraremos que os senadores souberão zelar os cofres da província, e que a opposição, cega pela paixão, foi leviana e irreflectiva <sup>146</sup>.

Algum tempo depois, Paula Castro voltou a preocupar-se com o assunto, publicando tabelas detalhadas dos gastos da província mineira com sua tipografia nos anos de 1870 e 1871<sup>147</sup>. Apesar disso, as críticas vindas da imprensa e da Assembleia fizeram com que a Tesouraria Provincial revisasse os gastos com a tipografia do *Noticiador*<sup>148</sup>. Essa revisão, contudo, não foi suficiente, já que, quase ao final de 1871, os deputados continuavam cobrando ao presidente Francisco Leite da Costa Belém que retrocedesse no contrato com Paula Castro<sup>149</sup>.

Este último contrato passou por renovação em março de 1873, coincidindo com a volta do *Diario de Minas*. A renovação não aconteceu sem antes o empresário concorrer com o proprietário do *Echo de Minas*, momento em que os dois terminaram por oferecer as mesmas condições. Assim, o então presidente Venancio José de Oliveira Lisboa<sup>150</sup> preferiu aceitar a proposta do dono do *Diario de Minas*, Paula Castro, que se obrigou a publicar o expediente do governo provincial gratuitamente e os demais atos oficiais por 8:000\$000. Neste novo acordo, assim como no último, ele recebia um determinado valor por trabalhos fixos, e recebia a mais por outros trabalhos que não eram perenes<sup>151</sup>. Além disso, Paula Castro passou a ter que solicitar o pagamento de

---

<sup>145</sup> *Idem*.

<sup>146</sup> *Noticiador de Minas*. In: *Noticiador de Minas*, nº 302, ano IV, p. 1. Ouro Preto, 20 de abril de 1871.

<sup>147</sup> *Noticiador de Minas*. In: *Noticiador de Minas*, nº 320, ano IV, p. 1. Ouro Preto, 03 de junho de 1871.

<sup>148</sup> Parte Oficial. In: *Noticiador de Minas*, nº 327, ano IV, p. 2. Ouro Preto, 22 de junho de 1871.

<sup>149</sup> Parte Oficial. In: *Noticiador de Minas*, nº 365, ano IV, p. 3. Ouro Preto, 12 de outubro de 1871.

<sup>150</sup> Venancio José de Oliveira Lisboa foi um político conservador que presidiu as províncias da Paraíba, Paraná, Minas Gerais e Bahia, nesta ordem, entre 1869 e 1875. (VEIGA, José Pedro Xavier. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Ano I. Imprensa Oficial de Minas-Geraes. Ouro Preto, 1896).

<sup>151</sup> Estas informações podem ser encontradas no relatório escrito por Venancio José de Oliveira Lisboa e,

suas subvenções via requerimento, conforme se vê nas edições do *Diario de Minas* ao longo de 1873 e 1874<sup>152</sup>.

Como dito, a parceria que existia com Paula Castro previa a publicação dos atos oficiais e falas da Assembleia Legislativa. Outras publicações que se faziam necessárias, mas com menos frequência, normalmente eram dadas a Paula Castro, que recebia valores adicionais pela publicação avulsa. No entanto, em 1872, a tipografia do *Echo de Minas* foi contratada para alguns desses trabalhos avulsos. Diante da concorrência, Paula Castro passou a criticar o *Echo de Minas* e o bacharel Antonio Casemiro da Motta Pacheco<sup>153</sup>, procurador fiscal da província e responsável pelo contrato com o *Echo*<sup>154</sup>. Classificando-o em tom sarcástico como patriota, dizia Paula Castro que:

Pela nossa parte limitar-no-he-mos, em respeito á verdade histórica, a tornar publicas as provas de alto civismo e generoso desinteresse que caracterisção tão ilustres patriotas, começando pela publicação do contrato que com a mesa da assemblea provincial celebrou o actual procurador fiscal, bacharel Antonio Casemiro da Motta Pacheco, para impressão dos respectivos annaes. Por esse contrato verá o publico que o Sr. Motta Pacheco leva toda sua abnegação e patriotismo ao ponto de fazer por 44\$ réis o mesmo serviço que outros farião por 16\$ rs., e ainda com a esperança de lucros a que ninguém renuncia em casos semelhantes <sup>155</sup>.

A partir daí, e durante algum tempo, Paula Castro não recebeu críticas nem da imprensa, nem da Assembleia. Em 1874, ele conseguiu outro contrato avulso, demonstrando que a prioridade dos mesmos havia retornado à sua tipografia. Tal

---

também, em sua transcrição no *Diario de Minas. Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1873 o presidente da provincia Venancio José de Oliveira Lisboa*. Ouro Preto, Typographia de J. F. de Paula Castro. 1873. P. 22 e Parte Oficial. In: *Diario de Minas*, nº 130, ano I, p. 1. Ouro Preto, 25 de novembro de 1873.

<sup>152</sup> Temos um exemplo na edição 179 do *Diario de Minas*. Parte Oficial. In: *Diario de Minas*, nº 179, ano I, p. 1. Ouro Preto, 27 de janeiro de 1874.

<sup>153</sup> Antonio Casemiro da Motta Pacheco, bacharel, foi procurador fiscal da província de Minas Gerais (A Pedido. In: *Diario de Minas*, nº 2, ano I, p. 3. Ouro Preto, 3 de fevereiro de 1873). Em 1875, era referido pelo *Diario de Minas* como juiz substituto das varas de órfãos e da provedoria de capelas e resíduos da comarca de Ouro Preto (Parte Oficial. In: *Diario de Minas*, nº 464, ano III, p. 1. Ouro Preto, 3 de junho de 1875). Ainda em 1875, o *Diario de Minas* noticiava que o contrato feito por Pacheco em 1872 foi alvo de investigação por irregularidades (Minas Geraes. In: *Diario de Minas*, nº 522, ano III, p. 3. Ouro Preto, 14 de outubro de 1875). Na década de 1880 atuava como advogado e frequentemente era convocado para júri na capital mineira (Editaes. In: *Liberal Mineiro*, nº 19, ano VII, p. 3. Ouro Preto, 18 de fevereiro de 1884).

<sup>154</sup> CASTRO, J. F. de Paula. A Pedido. In: *Diario de Minas*, nº 2, ano I, p. 3. Ouro Preto, 03 de fevereiro de 1873.

<sup>155</sup> *Idem*.

contrato foi referente à publicação do *Almanack de Minas*<sup>156</sup>. Porém, em 1875, a Assembleia voltou a questionar as despesas que os contratos com o empresário geravam para a província, mencionando mais uma vez a intenção dos chefes do Executivo de favorecer o tipógrafo desde 1866<sup>157</sup>. Ao final do mesmo ano, Paula Castro foi contratado para publicar, avulsamente, os anais da Assembleia. Na oportunidade, o deputado Candido de Oliveira<sup>158</sup>, em um longo discurso, afirmou que nem a Assembleia e nem o presidente foram autorizados a gastar o valor pago ao tipógrafo-empresário, mas, no entanto, a impressão já havia sido feita<sup>159</sup>. Nas palavras do deputado, os contratos com Paula Castro ao longo daqueles últimos nove anos tratavam-se de “dispendio de dinheiros públicos”<sup>160</sup>.

Em março 1878, três meses após os liberais voltarem a ocupar a presidência do Conselho de Ministros do império, o contrato firmado entre Paula Castro e a província em 1873 foi rescindido<sup>161</sup>. Mesmo após a rescisão, Paula Castro deveria terminar alguns trabalhos ainda pendentes, pelos quais não receberia pagamento até terminar. No extrato de expediente do executivo provincial, publicação oficial que passara a ser feita no *Actualidade*, está descrita a justificativa da rescisão, segundo a qual se afirmava que Paula Castro não cumprira fielmente algumas cláusulas do contrato. Ainda assim, ele ainda teria tarefas a cumprir nos 30 dias após a publicação da rescisão<sup>162</sup>.

Paula Castro enviou, então, um ofício ao governo provincial, afirmando que as administrações anteriores nunca precisaram marcar datas para ele entregar os trabalhos, levando a crer que o principal argumento para a rescisão era a demora em terminá-los<sup>163</sup>. Respondendo ao ofício, o governo provincial elencou uma série de motivações para a rescisão, e, de forma quase grosseira, disse que o tipógrafo tentava eximir-se de suas responsabilidades. Pontuou, ainda, que se os governos anteriores nunca marcaram

<sup>156</sup> Parte Oficial. In: *Diario de Minas*, nº 345, ano II, p. 2. Ouro Preto, 02 de novembro de 1874.

<sup>157</sup> Parte Oficial. In: *Diario de Minas*, nº 393, ano II, p. 2. Ouro Preto, 02 de janeiro de 1875.

<sup>158</sup> Candido Luiz Maria de Oliveira era advogado e foi um político mineiro atuante no Império. Foi vereador entre 1867 e 1868 em Ouro Preto, deputado provincial de 1869 a 1877, deputado geral por Minas Gerais entre 1878 e 1885 e senador entre 1887 e 1889. Publicou várias obras sobre direito ao longo de sua vida. (Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1534>. Acesso em: 27/03/2021).

<sup>159</sup> Parte Oficial. In: *Diario de Minas*, nº 544, ano III, p. 2. Ouro Preto, 12 de novembro de 1875.

<sup>160</sup> *Idem*.

<sup>161</sup> Estas informações podem ser encontradas no relatório escrito por Elias Pinto de Carvalho e também em sua transcrição no *Actualidade*. *Relatorio que ao illm. e exm. Sr. Conselheiro Francisco de Paula da Silveira Lobo apresentou o illm. e exm. Sr. Desembargador Elias Pinto de Carvalho ao entregar-lhe a administração da provincia*. Ouro Preto, Typographia de José Egydio da Silva Campos. 1878, p. 16 e Secção Oficial. In: *A Actualidade*, nº 11, ano I, p. 2. Ouro Preto, 11 de abril de 1878.

<sup>162</sup> *Idem*.

<sup>163</sup> Secção Oficial. In: *A Actualidade*, nº 11, ano I, p. 2.

um prazo, era apenas um ato de deferência para com o tipógrafo, mas que não estava disposto a isso. Segundo o presidente, seria como deixar Paula Castro fiscalizar a si próprio, fazendo seus trabalhos quando bem quisesse, o que seria um absurdo. Disse também o chefe do executivo que, como Paula Castro não solicitou acordo, ele deveria cumprir as responsabilidades pelos próximos 30 dias, conforme constava no contrato de 1873, ou sofrer as penalidades também previstas no contrato<sup>164</sup>.

O ofício ainda explicava que havia trabalhos com 5 meses de atraso, e, por fim, concedia a Paula Castro 3 meses para entregar aqueles que ainda estavam em suas mãos, por fazer, tendo que indenizar a província caso não cumprisse o prazo<sup>165</sup>. Um mês depois, Paula Castro tentou estabelecer um novo contrato para publicar os atos oficiais em seu jornal por 6:000\$000. No entanto, o pedido não foi aceito<sup>166</sup>.

As justificativas para a rescisão do contrato entre Paula Castro e o governo provincial utilizaram-se também da própria imprensa. O já citado artigo que Joaquim Cypriciano Ribeiro escreveu e publicou no *Actualidade*, em abril de 1878, alguns dias após a rescisão, ajudou a dar o golpe fatal nos negócios do tipógrafo-empresário naquele momento, e configura-se enquanto uma soma de tudo o que vinha sendo falando negativamente de Paula Castro. O artigo iniciou-se definindo o *Diario de Minas* como um assalariado dos governos: “um suíço a soldo de todos os governos; - de todos os dinheiros”<sup>167</sup>.

Enquanto homem público, sujeito à conformação de várias imagens, Paula Castro foi alçado à execração. Ribeiro, aumentando o tom das críticas, classificou-o como “um pobre typografo, bronco, sem a minima aptidão literária, sem maneiras polidas, áspero, brusco, intratável, e com a mais desgraçada propensão a inchar, para ensoberbecer-se”<sup>168</sup>. Ainda segundo Ribeiro, um trabalho como o que Paula Castro conseguiu em 1863 jamais proporcionaria a alguém sair da “mediocridade”. Entretanto, como se viu, o tipógrafo-empresário obteve sucesso<sup>169</sup>, o qual poderia ser atribuído à sua capacidade de metamorfosear entre os partidos, assim como atribuiu o seu fracasso, em 1878, pode ser atrelado à insatisfação do Partido Liberal com Paula Castro por ele ter se juntado aos conservadores em 1868<sup>170</sup>.

<sup>164</sup> Secção Oficial. In: *A Actualidade*, nº 11, ano I, p. 2.

<sup>165</sup> *Idem*.

<sup>166</sup> Secção Oficial. In: *A Actualidade*, nº 21, ano I, p. 1. Ouro Preto, 09 de maio de 1878.

<sup>167</sup> RIBEIRO, Joaquim Cyprociano. *A Actualidade*. Op. Cit.

<sup>168</sup> *Idem*.

<sup>169</sup> *Idem*.

<sup>170</sup> *Idem*.

O objetivo declarado de Joaquim era fazer cair por terra a imagem que Paula Castro havia construído e tentava manter, conforme revelam as fontes: um mero contratador de serviços tipográficos, um simples industrial, sem sujeição às vicissitudes políticas<sup>171</sup>. Entretanto, durante o decênio de dominação conservadora, cita Ribeiro, Paula Castro declarou sua disposição ao partido. Mas, ao cair o ministério conservador em 1878, o *Diario de Minas* dava hosanas à nova ordem das coisas: “esquecimento completo dos que acabavam de descer, retumbantes hynnos aos que começam de subir”<sup>172</sup>, disse o autor.

Isso era apenas o voluntário rastejar do glorificador do 16 de julho [de 1868, ascensão dos conservadores na presidência do gabinete imperial], do interesseiro entusiasta do 5 de janeiro [de 1878, ascensão dos liberais], do thuriferario de todas as ascensões, do apedrejador do sol no acaso, do idolatra que se ajoelha a quaisquer auras; era, em suma, o mais insaciável sangrador dos cofres públicos (...) <sup>173</sup>.

Após os liberais romperem o contrato com Paula Castro, o tipógrafo-empresário colocou em seu *Diario de Minas* as inscrições “órgão do Partido Conservador”<sup>174</sup>. Ribeiro, então, afirmou que o tipógrafo-empresário não poderia ser um legítimo representante do Partido Conservador, muito menos poderia falar por eles em seus jornais<sup>175</sup>. Daí em diante, o *Diario de Minas*, sem contrato algum, durou apenas algumas semanas, uma vez que Paula Castro encontrava-se rejeitado por ambos os partidos.

## 2.5 De volta à imprensa

A partir de abril de 1878, Paula Castro passou a atacar a presidência da província em seu novo jornal, *O Constitucional*, que dizia representar os valores do Partido Conservador: “O objetivo [do *Constitucional*] é defender os interesses do partido de que é órgão, prevenir os escândalos e ataca-os, e despertar o povo do letargo em que jaz, graças á politica corrompida e corruptora inaugurada a 5 de janeiro [de 1878, ascensão

---

<sup>171</sup> RIBEIRO, Joaquim Cyprociano. A Actualidade. Op. Cit.

<sup>172</sup> *Idem.*

<sup>173</sup> *Idem.*

<sup>174</sup> *Idem.*

<sup>175</sup> *Idem.*

dos liberais]”<sup>176</sup>. Entretanto, a vida deste periódico foi breve, pois, em dezembro de 1878, o jornal deixou de existir. Em 1879, passou a ser editado na Rua das Mercês, nº1, o periódico *A Provincia de Minas*, de propriedade de José Pedro Xavier da Veiga. Paula Castro já não tinha nenhuma relação com este jornal, mas em 1885 voltou a estabelecer contratos com o governo provincial<sup>177</sup>, - coincidindo com a volta dos conservadores no comando do Conselho de Ministros do Império - e também a fazer um novo e efêmero jornal, o *Vinte de Agosto*<sup>178</sup>. Há que se notar que os periódicos de Paula Castro deste ponto até a República continuam com orientação conservadora.

Os periódicos *Liberal Mineiro* e *17º Districto* publicaram que o *Vinte de Agosto* era um jornal oficial<sup>179</sup>, indicando que Paula Castro possivelmente conseguiu outro contrato com a presidência da província, do qual não conhecemos detalhes. O *Liberal* ainda criticou a forma através da qual o novo jornal de Paula Castro defendia a administração provincial<sup>180</sup>. O tipógrafo-empresário era acusado de faltar com suas obrigações e de não entregar trabalhos, mas, ainda assim, *A União* surgiu em setembro de 1886 e substituiu o jornal anterior do empresário. Desde a sua primeira edição, já publicava atos oficiais do governo e transcrevia falas da Assembleia Legislativa.

Em 1887 e 1888, o “empresario da publicação dos actos officiaes” recebia seus pagamentos mês a mês<sup>181</sup>. Em agosto de 1887, ele ainda conseguiu receber uma indenização referente ao término de seu antigo contrato em 1878. A Assembleia Legislativa havia verificado que Paula Castro não tinha cometido qualquer falta, sendo a rescisão feita em 1878 injusta<sup>182</sup>. Em 1888 e 1889, ele tornou a conseguir contratos avulsos com o Executivo e o Legislativo para publicação de leis<sup>183</sup>, decretos<sup>184</sup>, dentre

<sup>176</sup> Constitucional. In: *Constitucional*, nº 1, ano I, p. 1. Ouro Preto, 25 de abril de 1878.

<sup>177</sup> Em 1884, Paula Castro propôs novo contrato para publicação de debates da Assembleia Legislativa Provincial, o qual ainda não havia sido debatido pela mesma. Secção Parlamentar. In: *Liberal Mineiro*, nº 104, ano VII, p. 1. Ouro Preto, 29 de agosto de 1884.

<sup>178</sup> Infelizmente, a maior parte das edições do *Vinte de Agosto* se perdeu. No acervo do Arquivo Público Mineiro é possível encontrar apenas 17 números do periódico, feitos entre 14 de setembro e 5 de novembro de 1885. O jornal era órgão do partido conservador, e sua tipografia localizava-se na Rua das Mercês, nº1. Sabe-se que o jornal durou até setembro de 1886, conforme demonstra NEVES, José Teixeira. Periódicos mineiros na Biblioteca Nacional. In: BRASIL. *Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. 117 (1997). Rio de Janeiro: A Biblioteca, 2000. p. 79-314.

<sup>179</sup> Revista da Imprensa da Capital. In: *Liberal Mineiro*, nº 157, ano VIII, p. 3. Ouro Preto, 07 de novembro de 1885. E Noticiário. In: *17º Districto*, nº 14, ano I, p. 3. Diamantina, 26 de novembro de 1885.

<sup>180</sup> Revista da Imprensa da Capital. In: *Liberal Mineiro*, *Op. cit.*

<sup>181</sup> As ordens de pagamento eram publicadas nos atos oficiais do governo provincial, transcritos em *A União*. Tem-se um exemplo em Parte Oficial. In: *A União*, nº 51, ano I, p. 2. Ouro Preto, 26 de fevereiro de 1887.

<sup>182</sup> Minas Geraes – Assembleia Provincial. In: *A Provincia de Minas*, nº 455, ano VIII, p. 1. Ouro Preto, 22 de agosto de 1887.

<sup>183</sup> Parte Oficial. In: *O Estado de Minas Geraes*. Nº 19, ano I, p. 1. Ouro Preto, 22 de janeiro de 1890.

outras coisas, deixando compreender que o contrato que estabeleceu em 1885 não previa esses trabalhos, mas somente as publicações recorrentes no *Vinte de Agosto* e em *A União*.

No entanto, como sempre, Paula Castro não estava a salvo das críticas. Já em 1886, vários deputados repreendiam o atraso na entrega do relatório do presidente provincial de 1885<sup>185</sup>. Ainda em 1886, pouco antes do surgimento de *A União*, a remuneração de Paula Castro havia sido aumentada. O fato foi criticado também pela Assembleia, quando os deputados perguntavam se “acaso se querará fazer uma doação de quatro contos ao *Vinte de Agosto*?” e “será isso um pedaço de pão de ló que se quer dar ao sr. Paula Castro?”<sup>186</sup>.

Em 1887, os debates da Assembleia Legislativa mencionavam a tendência da maioria dos deputados em beneficiar Paula Castro, e voltavam-se novamente para a questão do dinheiro público sendo entregue a um particular.

É muito pronunciada a tendencia da maioria em beneficiar, á custa dos cofres públicos, o empregario João Francisco de Paula Castro. Essa tentativa de beneficiar a esse cidadão já foi posta em pratica no passado no projecto de orçamento, e, si não fosse a resistência tenaz que nós levantamos, um grande assalto ter-se-hia dado aos cofres públicos somente para despejar-se improficuamente o suor dos míseros contribuintes, que é uma lagrima de sangue, no bolso de um particular<sup>187</sup>.

Todavia, é interessante notar que, nesta fase, Paula Castro não recebia ataques advindos da imprensa, e nem se preocupava mais em responder aos ataques dos deputados. Ele parecia estar mais preocupado com seus terrenos, que possuíam minas de ouro, e com os negócios que poderia fazer.

Junto com a monarquia, *A União* deixou de existir, e junto com a República nasceu o *Estado de Minas Geraes*, que continuou a publicar os atos oficiais do então governo estadual. Paula Castro passou a ser mencionado como “proprietário da typographia official”<sup>188</sup>, e *O Estado de Minas-Geraes* se dedicava somente às

---

<sup>184</sup> Parte Oficial. In: *A União*, nº 156, ano II, p. 2. Ouro Preto, 21 de março de 1888.

<sup>185</sup> Minas-Geraes – Assembleia Provincial. In: *A Provincia de Minas*, nº 341, ano VI, p. 2. Ouro Preto, 03 de junho de 1886.

<sup>186</sup> Minas-Geraes – Assembleia Provincial. In: *A Provincia de Minas*, nº 351, ano VI, p. 3. Ouro Preto, 18 de junho de 1886.

<sup>187</sup> Fala do deputado Silveira Drumond durante a seção ordinária de 25 de agosto de 1887 da Assembleia Legislativa Provincial mineira. Minas-Geraes – Assembleia Provincial. In: *A Provincia de Minas*, nº 463, ano VII, p. 2. Ouro Preto, 05 de setembro de 1887.

<sup>188</sup> Parte Oficial. In: *O Estado de Minas Geraes*, nº 120, ano II, p. 2. Ouro Preto, 10 de novembro de

publicações oficiais e alguns poucos textos, certamente de interesse do governo mineiro. Portanto, ao que tudo indica, houve a celebração de um novo contrato, mas também não são conhecidos os detalhes sobre o mesmo.

O que foi possível descobrir é que Paula Castro recebia pagamento extra por publicações feitas fora do *Estado de Minas Geraes*<sup>189</sup>. Em fevereiro de 1892, ele teve seu contrato renovado<sup>190</sup>, até que em 1893 vendeu seu jornal, não voltando mais a fazer parte do meio impresso. Embora a partir de 1889 Paula Castro tenha aumentado seus negócios com o *Estado de Minas Gerais* – além de fazer publicações oficiais, ele estabeleceu contrato para fundação de uma empresa de extração de metais preciosos, que depois vendeu, e alugou seu prédio, na Rua das Mercês, para a Secretaria de Agricultura, Commercio e Obras Publicas – mas não foram encontrados debates ou críticas sobre o tipógrafo-empresário, sua tipografia, seus jornais e os acordos que estabelecera com o governo estadual.

Em um primeiro momento, pode parecer que o tipógrafo-empresário Paula Castro fazia uma simples defesa demagógica dos presidentes de província que o apoiavam, bem como dos deputados que o defendiam. Isso seria aventado para qualquer uma das fases – tanto nos contratos estabelecidos na fase de dominação liberal quanto nos da fase conservadora. O fato é que o tipógrafo-empresário se mostrou extremamente diverso ao longo de toda a sua carreira: aliou-se aos liberais, e depois os abandonou quando os Conservadores ocuparam o poder; criticou os liberais quando os mesmos não o quiseram por perto, após a queda do ministério conservador em 1878; voltou a aliar-se com a nova fase conservadora ao findar do império; e, por fim, fez acordos com o governo estadual ao nascer da República. Ao fim e ao cabo, Paula Castro deu ensejo para uma série de representações públicas dele.

Ao longo da pesquisa, temos demonstrado como se deu cada um dos contratos que o tipógrafo-empresário conseguiu com o governo mineiro ao longo de sua carreira. Também desvelamos as reações que cada um destes contratos desencadeou no meio político e na imprensa. Dessa forma, podemos perceber que grande parte das reações se dava em forma de críticas que giravam em torno da questão orçamentária da província: os valores pagos a Paula Castro - que não era um funcionário público - eram muito altos.

---

1891.

<sup>189</sup> Tem-se um exemplo em Parte Oficial. In: *Minas Geraes – Orgam Oficial dos poderes do Estado*, nº 32, ano I, p. 2. Ouro Preto, 25 de maio de 1892.

<sup>190</sup> Parte Oficial. In: *O Estado de Minas*, nº 286, ano III, p. 1. Ouro Preto, 26 de fevereiro de 1892.

Além disso, segundo a oposição política de cada momento, o tipógrafo-empresário tinha tratamento diferenciado por parte dos governantes mineiros. A alegada má qualidade dos serviços prestados por ele frequentemente foi utilizada como ponto de partida para se chegar a tais críticas. Somando-se a essas apreciações, a mudança de liberal para conservador em 1868 agravou a situação de Paula Castro, que passou a ser atacado pelos jornais e políticos liberais, ao mesmo tempo em que a ser visto com desconfiança por parte dos conservadores.

Desse modo, podemos afirmar que três representações principais do tipógrafo-empresário João Francisco de Paula Castro foram formadas. A primeira consiste em uma autorrepresentação, enquanto empresário comprometido com os deveres da imprensa, um cidadão, um patriota, um ouro-pretano participante da vida comunitária e religiosa. Buscava, portanto, construir uma boa imagem perante seu público e, com isso, se beneficiar angariando capital simbólico. A segunda representação pode ser percebida como formulada pela imprensa e pelos políticos que se opunham aos contratos feitos com Paula Castro e às ideias veiculadas em seus jornais, a qual o caracteriza como um empresário que visava os próprios interesses. Por meio de laços de amizade, adulação e apadrinhamento, Paula Castro se favorecia do dinheiro público. Posta desta maneira, a crítica envolvia o próprio executivo provincial. A terceira representação, também formulada pela imprensa e políticos adversários do empresário, envolve as flutuações políticas da época. Esta enseja Paula Castro como alguém indigno de confiança por parte de quem quer que fosse, pois, visando ao lucro, o empresário estava a serviço de quem melhor pagasse, independente dos ideais políticos.

Como empresário, Paula Castro mostrou-se hábil em fechar negócios vantajosos com o poder provincial. Ao mesmo tempo, como homem público, as mudanças estratégicas de posicionamento político foram interpretadas como oportunismo e infidelidade partidária. Ao procurar responder às críticas e acusações que lhe eram feitas, Paula Castro produzia, participava e modificava os dispositivos, ao mesmo tempo em que gerava sua autorrepresentação. Enfim, tanto os contratos quanto as críticas feitas a ele podem ser entendidos como resultados dinâmicos dos jogos de representação, que culminaram nas características nem sempre coerentes de sua carreira. Essa pluralidade, muitas vezes contraditória das representações, não só influenciou nas ideias veiculadas pelos periódicos de Paula Castro, como ficou ainda mais evidenciada nos “editoriais” de seus jornais, conforme veremos adiante.

### 3 SITUAÇÃO E OPOSIÇÃO NOS JORNAIS DE PAULA CASTRO

#### 3.1 As fases da carreira e dos jornais de Paula Castro

Como vimos no capítulo anterior, as representações que compunham a imagem social de Paula Castro o acompanharam em toda sua trajetória. Embora elas possam ser reunidas em três principais grupos, e cada uma destas se mostre presente quase o tempo todo, é muito perceptível que demonstraram intensidades diferentes em cada momento, podendo ser relacionadas com a produção jornalística de formas diversificadas ao longo da carreira do tipógrafo-empresário. Desta forma, para melhor analisar os conteúdos dos jornais produzidos por Paula Castro e pará-los aos aspectos que acompanharam sua carreira, dividimos sua produção – a qual passaremos a focar a partir de agora – em quatro fases.

A primeira fase compreende o período em que o empresário esteve ligado aos liberais progressistas. Esta fase inicia-se com a montagem da sua tipografia, em 1866, e termina em julho de 1868. Nela está incluída a primeira versão do *Diario de Minas* (junho de 1866 a março de 1868) e o *Liberal de Minas* (abril a julho de 1868). Nesta etapa inicial, as representações feitas acerca de Paula Castro remetiam, em sua grande maioria, à imagem do tipógrafo-empresário enquanto alguém que visava os seus interesses econômicos, valendo-se, para isso, de suas relações com os políticos mineiros. É natural que tal representação se sobressaia, uma vez que a mesma poderia ser entendida como uma espécie de explicação crítica à inserção de Paula Castro no ramo dos impressores - tanto que tais críticas se deram especialmente logo no início no *Diario de Minas*, em 1866, após o problemático contrato que possibilitou sua entrada no ofício.

Após se ligar aos conservadores, em 1868, inicia-se a fase mais longa e frutífera da carreira do empresário. Durante 10 anos, Paula Castro cresceu no ramo e adquiriu capital simbólico junto ao Partido Conservador. Suas rendas aumentaram e seus jornais ganharam mais notoriedade (o aumento do volume e da diversidade de anúncios sinaliza esse fato). Além do mais, o maquinário da Typographia foi renovado. Portanto, consideramos que esta seja a “fase de ouro” da carreira de Paula Castro, que vai de agosto de 1868 até dezembro de 1877. Esta etapa da carreira do tipógrafo-empresário coincide com o decênio de dominação conservadora (julho de 1868 a janeiro de 1878), e agrega o *Noticiador de Minas* (agosto de 1868 a janeiro de 1873) e a segunda versão do

*Diario de Minas* (fevereiro de 1873 a março de 1878)<sup>191</sup>. Duas representações se sobressaíram nesses dez anos: uma delas é aquela que o próprio Paula Castro buscava fazer de si e de sua empresa, e pode ser entendida tanto como uma necessidade de autopromoção (e que pode ter surtido o efeito desejado) quanto uma forma de responder ao viés das críticas que a ele eram feitas. Estas críticas, que configuram a outra das representações sobressalentes, incluíam a desconfiança em relação às flutuações políticas do empresário.

No início de 1878, os liberais retornaram ao poder e Paula Castro ficou sem contratos. O *Diario de Minas* teve, então, o seu fim. Entretanto, ainda naquele ano, o tipógrafo possuiu o único e breve periódico de sua carreira que se opunha ao partido dominante. Paula Castro foi dono, por apenas 5 meses, do *Constitucional*, órgão do Partido Conservador, que marca o início da terceira fase da sua carreira. Após deixar a posse do jornal, veio a interrupção da carreira, período do qual pouco se sabe.

Com o retorno do Partido Conservador à chefia do Conselho de Ministros, em agosto de 1885, Paula Castro também retomou sua carreira com o *Vinte de Agosto* (setembro a novembro de 1885), ligado aos conservadores. Este período de sua trajetória inclui, ainda, *A União* (setembro de 1886 a novembro de 1889), e pode ser entendido como uma “fase tímida”. Isso porque pouco se falou sobre o tipógrafo na imprensa, e pouco ele falou a seu público, ao menos em comparação com as fases anteriores. Contudo, ainda se sobressai uma representação desse agente enquanto alguém que tinha seus interesses pessoais atendidos por políticos e governantes, com os quais, a essa altura da carreira, pode-se supor sua relação já fosse sólida.

A quarta e última fase tem início com a República, em novembro de 1889, e vai até a venda da Typografia, em 1893. Esta fase inclui apenas *O Estado de Minas Geraes*, e talvez tenha sido ainda mais tímida que a anterior. Como mencionado no capítulo anterior, não foram identificadas menções a Paula Castro que nos permitissem analisá-las enquanto ideias formuladas com intuitos dos mais variados (ou melhor, representações). As informações encontradas, para este período, são mais pontuais e nos permitiram tratar apenas sobre o contrato e as posses do empresário.

Embora a divisão apresentada acima permita estabelecer características próprias para cada fase e promover comparações, ela tem um sentido metodológico e didático, e

---

<sup>191</sup> Aqui cabe lembrar que tivemos acesso às edições do *Diario de Minas* somente até dezembro de 1875, e, portanto, analisaremos os “editoriais” deste jornal, mais a frente, no período de 1873 a 1875. Infelizmente, as edições do periódico de 1875 a 1878 não estão disponíveis nos acervos que consultamos.

não visa a nenhuma espécie de simples classificação qualitativa ou quantitativa de cada momento da carreira do tipografo-empresário. Isso porque o nosso objetivo é compreender quais eram os objetivos dos “editoriais” presentes nos periódicos de João Francisco de Paula Castro, observar a veiculação de ideias-força e a possível atuação do tipografo-empresário e de seus jornais enquanto porta-vozes dos partidos aos quais estiveram ligados.

Identificamos, em primeiro lugar, que os objetivos dos editoriais dos 8 jornais de Paula Castro eram divulgar ideias que mobilizassem seu público em favor do grupo político que representavam em cada momento – o que, possivelmente, tornava o empresário um porta-voz destes grupos. Porém, estes editoriais tinham também uma “função” mais imediata, que era propagandear nomes ligados à situação, defendê-los e atacar a oposição, muitas vezes em resposta a outros jornais, falas de algum político ou mesmo a situações que surgiam a todo momento. Essa “função” não pode ser desassociada do objetivo principal, uma vez que ambos os conteúdos presentes nos editoriais se sustentam de forma mútua e obedecem a uma linha de ação ligada à trajetória de Paula Castro – especificamente, aos contratos e às representações que eram geradas tanto a partir dos próprios contratos quanto a partir dos conteúdos dos jornais. Além disso, às vezes, a defesa ou crítica a um nome político vinha em um mesmo texto que trazia também uma ou várias das ideias-força identificadas.

Todo o conteúdo presente nos editoriais dos jornais de Paula Castro tem por objetivo comum a formação de uma opinião pública favorável aos partidos políticos por meio da imprensa. Os jornais da época precisavam levar em conta que seu público não se reduzia somente a quem dominava a leitura e a escrita. Os impressos, muitas vezes, eram discutidos publicamente e, assim, se transformavam em uma forma de educação política, possibilitando a introdução de ideias e práticas políticas (BARATA; GOMES, 2008).

Desta forma, os “editoriais”, especialmente na função de elogiar e defender a situação e criticar a oposição (ou seja, textos mais combativos), faziam parte do que Luciano Moreira da Silva (2006) chamou de “debates em praça pública”. A apreciação destes textos era possível não só individualmente pelos indivíduos letrados, como também em “um palco propício para a reunião dos sujeitos (...) uma praça realmente pública onde ocorresse uma circularidade política e cultural” (MOREIRA, 2006, p. 41.). Assim sendo, os textos mais combativos, com uma linguagem mais simplificada e vigorosa, tinham maior capacidade de aguçar os debates políticos e a curiosidade

pública, embora seja preciso considerar as diferentes relações entre o público e os jornais. Isto porque, segundo Moreira, o contato é diferente de acordo com as condições sociais, aptidões intelectuais e experiência de cada indivíduo, que poderiam ler, escutar a leitura ou, ao menos, ver o objeto impresso. Ainda assim, o alcance das ideias promovidas pelos jornais era alargado quando se considera que “na praça pública, os impressos e mais papéis escritos eram divulgados coletivamente em voz alta. Nesse procedimento, o discurso rompia as barreiras do papel, efetivando-se como elemento ativo no processo político” (MOREIRA, 2006, p. 166).

Já a veiculação e defesa de ideias mais específicas podem ser melhor apreciadas se considerarmos que seus aspectos indicam o direcionamento destes textos a um público idealizado por Paula Castro e seus colaboradores. Tal público, em teoria, seria capaz de compreender e extrair significados. Segundo Moreira (2006), para quem produzia os jornais, nem sempre seus textos se destinavam a qualquer pessoa. “Pensava-se, principalmente, num público-alvo constituído por membros da ‘boa sociedade’, isto é, uma elite dotada da instrução necessária para um uso ‘legítimo’ do periódico, afinal, para aqueles autores, ‘não é para todos o dizer tudo’” (MOREIRA, 2006, p. 166). Sendo assim, as ideias-força, embora pudessem estar presentes também nas praças públicas, eram destinadas a um público ideal, enquanto que os combates e desavenças entre situação e oposição possivelmente eram expostos pensando em um público mais amplo.

No presente capítulo, focamos no tratamento dado à situação e à oposição nos “editoriais”. Analisaremos até que ponto o caráter dos textos nos permite dizer se Paula Castro era ou não, de fato, um porta-voz da situação ou do grupo ao qual estava ligado a cada momento de sua carreira. Em acordo com as concepções de Bourdieu, teoricamente Paula Castro não deveria ter interesses próprios ao veicular qualquer que fosse o conteúdo em seus jornais. Nas palavras de Bourdieu, “(...) dizer que eu sou seu porta-voz [equivale a dizer que] não tenho interesse expressivo próprio, que não tenho nada a dizer a não ser o que você diria se estivesse no meu lugar, em posição de se expressar” (BOURDIEU, 2011, p. 198). Mas seria este o caso de Paula Castro? Se nossa análise demonstrar que as ideias veiculadas eram de interesse ou beneficiavam o empresário mesmo que de forma indireta, isso faria com que ele não pudesse ser considerado um porta-voz, conforme a definição de Bourdieu?

Neste caso, em que tomamos por hipótese Paula Castro enquanto porta-voz autorizado por delegação e detentor de capital de autoridade atribuído pelos governantes da província, todo o conteúdo dos “editoriais” de seus periódicos deve ser tomado como

orientado por estes que lhe financiavam através dos contratos firmados e das regras implícitas que o acompanhavam. Aqui cabe lembrar que a obrigatoriedade de publicação de qualquer conteúdo com tendências favoráveis ao governo provincial e outras autoridades nunca foi explicitada nos contratos.

### **3.2 Os “editoriais” e suas especificidades: construindo a metodologia**

A produção jornalística da empresa de João Francisco de Paula Castro é gigantesca, afinal, esteve em atividade de 1866 até 1893, com apenas um intervalo. Em geral, quando um dos jornais deixava de ser produzido, outro era colocado em circulação dentro de alguns dias - isso sem considerar outros trabalhos que temos notícias de que foram produzidos pela Typographia de J. F. de Paula Castro.

Ao somar as edições de todos os periódicos pertencentes a Paula Castro disponíveis para consulta nos acervos do Arquivo Público Mineiro e da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, temos o número de 2271. Esta grandeza se refere não ao total de edições produzidas na Typographia, mas sim ao total de edições disponíveis para consulta. Sendo assim, para analisar essa produção, foi necessário estabelecer alguns critérios, uma vez que analisá-las em sua totalidade seria um trabalho extremamente exaustivo e inexecutável diante dos prazos estabelecidos para uma pesquisa de mestrado.

O primeiro critério que tomamos, então, foi a seleção de determinada seção presente nestes periódicos que melhor atendesse aos nossos objetivos, quais sejam, identificar as ideias-força presentes nas produções jornalísticas de Paula Castro e analisá-las de acordo com as representações da vida pública do tipógrafo-empresário, da qual falamos no capítulo anterior. Embora estas ideias possam se fazer presentes nas edições como um todo, a historiografia sobre a imprensa nos indica que existe uma seção que melhor nos atende. Trata-se do “editorial”, parte na qual o jornal se posiciona diante seu contexto e de seu público. É o espaço onde a opinião de Paula Castro sobre determinado assunto é exposta ou ratificada.

Em geral, o que percebemos nas produções de Paula Castro – e não só nelas – é que nesta seção, geralmente presente na primeira página, o jornal expõe sua missão, trata de assuntos relevantes para o seu contexto temporal e espacial, ataca ou contrataca seus rivais, justifica-se ou defende um aliado, dentre várias outras possibilidades. E, fazendo isso, expõe, ainda que nem sempre de forma clara e objetiva, as ideias que

segue e divulga para seus leitores.

O que chamamos de “editorial” é, na verdade, uma generalização da seção. Dentre as observações que o manuseio das fontes nos permitiu até o momento, está a de que essa seção ganha o nome do jornal em que se faz presente. É possível que haja diferenças entre o modo como este “editorial” é feito ou utilizado entre os 8 jornais de Paula Castro, mas todos certamente se enquadravam na descrição acima. A maioria deles não possui assinatura, indicando que o jornal e sua empresa se responsabilizam pelo seu conteúdo. Com isso, não podemos afirmar que os “editoriais” são de autoria de João Francisco de Paula Castro, uma vez que podem ter sido escritos por outros colaboradores de sua empresa, mas certamente passaram por sua aprovação, afinal, os conteúdos destas seções entravam no jogo das representações do empresário, fazendo parte de sua capacidade de negociação e tudo mais que falamos até agora.

Determinando então que o “editorial” é a seção que melhor atende aos objetivos desta parte de nossa pesquisa, esbarramos em outra questão: o “editorial” não é uma seção recorrente. Ele era produzido quando o jornal tinha algo a dizer. É notável que, em geral, as primeiras edições de cada um dos jornais possuam mais “editoriais”, mas também existem fases longas, – de meses ou, se preferir, de dezenas de edições – em que não há sequer um editorial. Portanto, não há como determinar quantos “editoriais” existem nas 2271 edições de jornais produzidos pela Typographia de J. F. de Paula Castro. Também não há como determinar, mesmo que de forma subjetiva, datas ou edições onde possivelmente encontraríamos um “editorial” (com exceção das primeiras edições de cada jornal, embora o *Estado de Minas-Geraes* tenha fugido a essa regra. O jornal não possui “editorial” em sua primeira edição, e a seção é escassa nas 30 primeiras edições).

Considerando todos estes fatores, optamos então por analisar os “editoriais” através de uma amostragem representativa. Este é o segundo critério adotado nesta parte da pesquisa. Ou seja, os “editoriais” que utilizarmos em nossa análise representarão o conjunto dos jornais de Paula Castro como um todo. No entanto, é preciso considerar alguns aspectos de se trabalhar com essa metodologia. Diante da amostragem, certamente existirá uma diferença entre as inferências possibilitadas pelos editoriais selecionados para compor a amostra e aquilo que de fato se encontra, como um todo, nos jornais. Em primeiro lugar, existe o erro amostral, o qual determinamos que será de 10%. A menos que analisássemos todos os “editoriais” existentes, não podemos afirmar que os resultados apresentados a partir da amostra sejam totalmente equivalentes ao

conjunto. Quanto menor for o erro amostral, mais representativos do total serão os resultados. Em segundo lugar, existe a confiabilidade, a qual determinamos que será 95%. Isso significa que, se escolhêssemos outros “editoriais” nos jornais de Paula Castro que não fossem os selecionados aqui, em busca dos mesmos objetivos, repetindo o processo quantas vezes quiséssemos, encontraríamos os mesmos resultados em 95% destes processos.

Tendo estipulado o erro amostral de 10% e a confiabilidade de 95%, calculamos o tamanho da amostragem com a ajuda de calculadoras disponíveis para este fim na internet. Para termos certeza do resultado, fizemos o cálculo em vários aplicativos diferentes<sup>192</sup>. O número de edições que devemos selecionar para compor a amostra apontado em todas ocasiões foi de 93. Analisaremos, então, 93 editoriais entre as 2271 edições disponíveis para consulta.

Resta, então, selecionar as edições para compor a amostra. Qualquer edição dentre as 2271 produzidas na empresa de Paula Castro pode ser escolhida, determinando então nossa amostragem como probabilística. Mas ainda resta um fator a se considerar: o conjunto de edições é estratificado, ou seja, está dividido entre os 8 jornais que pertenceram a Paula Castro. O número de edições de cada jornal a ser selecionado para compor a amostra deve ser, portanto, proporcional à porcentagem que este jornal representa diante do conjunto total. Por exemplo: a primeira versão do *Diario de Minas* possui 445 edições, ou seja, 19,6% do total, que é 2271. Assim, o número de edições deste periódico para compor a amostragem deve ser de 19,6% do tamanho da amostragem (93). Ou seja, dentre os 93 “editoriais” que analisaremos, 18 (19,6% de 93) devem ser da primeira versão do *Diario de Minas*.

Por último, ainda é preciso garantir a aleatoriedade na escolha das edições, para que não sejam priorizadas determinadas fases de algum dos jornais. Por isso, continuando a utilizar o exemplo do *Diario de Minas*, dividimos o número total de edições (445) pelo número de edições que deverão compor a amostra (18). Assim, obtemos o intervalo entre edições, já sendo possível pré-selecionar quais comporiam a amostra. No exemplo que estamos utilizando, o intervalo entre as edições deve ser de 25, ou melhor, devemos selecionar 1 edição a cada 25. Desta forma, foram pré-selecionadas as edições 1, 26, 51, 76 e assim por diante.

---

<sup>192</sup> Utilizamos as calculadoras disponíveis nos seguintes sites: <https://comentto.com/calculadora-amostral/>; <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>; <https://www.solvis.com.br/calculos-de-amostragem/>; <https://www.questionpro.com/pt-br/mobile-diaries.html>; <https://calculareconverter.com.br/calculo-amostral/>.

No entanto, como dito acima, o “editorial” é uma seção escassa e aleatória, e nada garante a existência dele na edição pré-selecionada, a não ser a verificação direta em cada edição. Tendo verificado a existência, a edição pré-selecionada passa a compor a amostra, mas não havendo um “editorial”, procuramos a edição mais próxima que possua a referida seção, podendo ela ser anterior ou posterior à pré-selecionada para compor a amostra. Desta forma, ainda seguindo o mesmo exemplo do *Diario de Minas*, a edição pré-selecionada 51 não possui um “editorial”, e mais próxima dela que possui a citada seção é a 53; por isso, a edição 53 passa a compor a amostragem<sup>193</sup>.

Cada uma das edições selecionadas para constituir a amostra teve seu “editorial” descrito e resumido em fichas elaboradas para este fim<sup>194</sup>. Através destas fichas, foi possível comparar o conteúdo de cada um deles, agrupar os mesmos de acordo com cada um dos jornais e analisá-los em acordo com as abordagens teóricas de que nos valem nesta pesquisa<sup>195</sup>.

### 3.3 Oposição e situação nos primeiros jornais

As críticas à oposição e a defesa e elogios da situação, nesta primeira fase, envolveram bastante os combates entre jornais. A título de exemplo, o rival *Constitucional* foi alvo do *Diario de Minas* quando atacou progressistas movidos, conforme o periódico de Paula Castro, pela “paixão partidária”<sup>196</sup>. Segundo o *Diario*, o *Constitucional* teria comemorado uma derrota das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai, fato que o *Diario* classifica como uma “retirada estratégica”. Em seguida, o “editorial” usa a postura do jornal rival para dizer que os conservadores objetivam o poder muito mais que o bem-estar da nação<sup>197</sup>.

Nas edições 200 e 426, o *Diario* ataca seus opositores (um jornal e um político, respectivamente) de forma mais direta ao defender pautas que persistiram nos “editoriais” do jornal, conforme veremos no próximo capítulo. Mas as críticas à oposição não paravam neste ponto, e creditavam, com frequência, os atos da oposição à “paixão partidária”.

O termo ganha seus primeiros contornos quando o *Diario* acusa a oposição de

---

<sup>193</sup> Todos estes cálculos e processos que descrevemos podem ser visualizados separadamente para cada jornal e edição na tabela anexada ao final desta dissertação.

<sup>194</sup> Consta nos apêndices desta dissertação um exemplo destas fichas.

<sup>195</sup> A metodologia aqui descrita foi aplicada nas fontes utilizadas neste e no próximo capítulo.

<sup>196</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 102, ano I, p. 3. Ouro Preto, 17 de novembro de 1866.

<sup>197</sup> *Idem*.

gastar tempo além do necessário discutindo temas de pouca relevância, enquanto outras pautas verdadeiramente relevantes ficavam em segundo plano<sup>198</sup>. Não por acaso, a temática discutida que leva o jornal a fazer tal inferência é o contrato feito entre o executivo mineiro e Paula Castro, em 1866. A definição de “paixão partidária” assim segue, ainda no mesmo “editorial”:

Em meio dos gravíssimas emergências por que passa o paiz, é dever do cidadão que o preza, ensurdecer-se à voz da paixão partidária. As legislaturas se sucedem, os debates são nelas calorosos, os discursos ostentão-se estirados, mas a província, o povo são sempre victmas de amargas decepções<sup>199</sup>.

A “paixão partidária” levava a oposição a agir irracionalmente, conforme leva a crer o “editorial” da 153<sup>o</sup> do *Diario*, em que se recomenda “aquelles que arrastados pelo phrenesi da paixão política não se peção de empregar contra seos adversários todas as armas, inclusive a deslealdade e a má fé”<sup>200</sup>. Essa é a leitura de um artigo do *Opinião Liberal* que defende o deputado Cesário Alvim, “verbalmente agredido” e “injustamente acusado” pelo também deputado Benjamim Rodrigues Pereira nas páginas do jornal conservador *Constitucional*<sup>201</sup>.

No editorial em questão, Alvim era sempre referido com palavras elogiosas. Essa era, normalmente, a postura dos jornais de Paula Castro para com seus aliados políticos. O elogio e a defesa da situação eram, muitas vezes, respostas às críticas feitas pela oposição e era muito comum que os elogios fossem acompanhados de ataques à imprensa rival ou mesmo a políticos adversários, como viemos demonstrando.

Isso ocorre de forma clara quando o *Diario de Minas* saiu em defesa do então ministro da marinha, o mineiro Affonso Celso de Assis Figueiredo. O ministro havia sido “caluniado” pela folha conservadora *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro<sup>202</sup> e, por isso, o “editorial” do *Diario*, ao tratar do assunto, recorreu à transcrição de um artigo do *Jornal do Commercio*. O texto transcrito trouxe uma série de acusações que envolvem, principalmente, as características da imprensa. Enquanto o *Mercantil* insinuava que as publicações do *Commercio* eram pagas pelo governo, este último dizia que o primeiro

---

<sup>198</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 76, ano I, p. 1. Ouro Preto, 14 de julho de 1866.

<sup>199</sup> *Idem*.

<sup>200</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 153, ano I, p. 1. Ouro Preto, 29 de dezembro de 1866.

<sup>201</sup> *Idem*.

<sup>202</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 352, ano II, p. 1. Ouro Preto, 07 de novembro de 1867.

não tinha nenhum senso de responsabilidade com suas publicações a pedido<sup>203</sup>. Tal seção, em teoria, dá espaço ao público para que se manifeste utilizando as páginas do jornal. No entanto, o *Mercantil* era acusado pelo artigo do *Jornal do Commercio* de forjar a seção. Defendendo Affonso, que teria sido injuriado justamente “a pedido” do *Correio Mercantil*, o *Commercio* dizia que, nessa seção do jornal calunioso, os ministros diziam anonimamente o que não tinham coragem de falar em público<sup>204</sup>.

Em nível local, a defesa de personalidades públicas também acontecia. Ao final de 1867, o *Diario de Minas* saiu em defesa do padre Joaquim Leite d’Araujo, do major Francisco Ferreira Rodrigues Junior, do doutor Galdino Emeliano das Neves, de Francisco D’Assis Araujo Leite e de Jacob Ignacio Barreto. Todos eles eram acusados de tramar uma agressão física ao bacharel e ex-juiz municipal de São João Del Rei, Olimpio Marcelino da Silva<sup>205</sup>. O “editorial” que tratou do assunto dizia que Olimpio aproveitou-se da situação para insultar uma série de pessoas, mesmo que não envolvidas no processo-crime. As insinuações do ex-juiz iam desde acusações de furto até a suposição de que o padre Joaquim vivia em mancebia<sup>206</sup>. Para o *Diario*, houve atropelo das formalidades, violências e irregularidades na formação da culpa.

Mas a defesa das ações do partido que se encontrava na situação e de pessoas a ele ligadas também poderia envolver outras características, como é o caso do “editorial” da 252ª edição do *Diario de Minas*. A presidência da província havia acabado de colocar em prática um regulamento, naquele ano, qual seja, 1867, acerca do qual o “editorial” não dá muitos detalhes, mas sabe-se que tinha relação com o sistema de ensino público<sup>207</sup>. O *Constitucional*, então, fez uma série de comentários sobre tal regulamento em suas páginas, indicando problemas e ações de má fé de funcionários públicos em relação à temática<sup>208</sup>. Tratando-se de críticas ao executivo provincial, o *Diario* era o mais contundente possível, rebatendo detalhe a detalhe do texto de seu rival. Exercendo a defesa dos seus partidários, o “editorial” recorre à desmoralização do rival em vários níveis, do posicionamento político ao apuro técnico. Sobre o *Constitucional*, disse: “É cousa sabida que o *Constitucional* faz monopólio da injúria (...). Esteja, porem, tranquilo: não receie concorrência por parte do *Diario*”<sup>209</sup>.

<sup>203</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 352, ano II, p. 1. Ouro Preto, 07 de novembro de 1867.

<sup>204</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>205</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 376, ano II, p. 1. Ouro Preto, 08 de dezembro de 1867.

<sup>206</sup> *Idem*.

<sup>207</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 252, ano II, p. 1. Ouro Preto, 16 de junho de 1867.

<sup>208</sup> *Idem*.

<sup>209</sup> *Idem*.

Alguns dias após tal “editorial”, o *Diario* trouxe em suas páginas a notícia de que a câmara municipal de Sabará havia homenageado o presidente Saldanha Marinho com uma foto sua na sala de reuniões. Em um ofício, transcrito no jornal, os vereadores daquela cidade agradeciam a Marinho “pelos relevantíssimos serviços prestados à Província de Minas em geral e a este município em particular”<sup>210</sup>. Ao mesmo tempo, o deputado Alvim escrevia uma carta elogiosa para o presidente, a qual foi transcrita no jornal<sup>211</sup>. O *Diario* julgou então que demonstrar o apreço de outras personalidades públicas ao presidente era a melhor forma de construir-lhe uma representação positiva: “abstemo-nos de commentarios sobre o que vae acima transcripto. A opinião publica, quando se manifesta por tal modo, esmaga as vozes da calunnia e da intriga”<sup>212</sup>, pontuou o jornal.

### 3.4 Oposição e situação na “fase de ouro”

Na segunda fase, a “fase de ouro”, permaneceu a função política dos editoriais, seja em defesa da situação, seja na exaltação de certos políticos e da monarquia ou, ainda, na crítica aos rivais do meio político. Em 1869, o então presidente da província José Maria Benevides<sup>213</sup> demitiu uma série de funcionários públicos. Logo, a oposição o condenou pelo ato, principalmente através da imprensa<sup>214</sup>. O *Noticiador de Minas*, por sua vez, trouxe argumentos para justificar a demissão dos funcionários, defender Benevides e elogiá-lo. Segundo o “editorial”:

A nossa missão de hoje não é porem defender o sr. Benevides das acusações injustas e prevenidas que se lhe tem feito, por causa das demissões do corpo policial. Não; quem conhece os demitidos e os nomeados, não precisa de ler nossas palavras para responder aos insultos que um jornal mesquinho e miserável (...) <sup>215</sup>.

Em 1871, o *Noticiador* classificava como “incríveis” as economias feitas pelo

---

<sup>210</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 276, ano II, p. 1. Ouro Preto, 24 de julho de 1867.

<sup>211</sup> *Idem*.

<sup>212</sup> *Idem*.

<sup>213</sup> José Maria Benevides foi bacharel, professor, juiz e jornalista. Na política, foi deputado provincial em São Paulo e presidente das províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. (Disponível em: <http://www.pensario.uff.br/texto/1870-jose-maria-correia-de-sa-benevides>. Acesso em 27/03/2021.)

<sup>214</sup> *Noticiador de Minas*. In: *Noticiador de Minas*, nº 145, ano II, p. 1. Ouro Preto, 07 de julho de 1869.

<sup>215</sup> *Idem*.

então presidente provincial Affonso de Carvalho<sup>216</sup>. Quando o correspondente do *Reforma* contestou tal vantagem, o *Noticiador* detalhou as contas públicas provinciais para provar seu ponto de vista e defender o presidente da crítica feita<sup>217</sup>. O texto indica que o rival não teria apenas criticado, como também ofendido Carvalho: “quanto as expressões indecorosas de que serve-se o correspondente com relação a dignidade particular do exm. Dr. Affonso de Carvalho, deixamos sem resposta, por não julgarmol-a possível de abalo”<sup>218</sup>, concluiu o *Noticiador*.

Este mesmo jornal se dedicou, em 1872, a detalhar os feitos de Joaquim Pires Machado Portella<sup>219</sup> quando este, enquanto presidente da província de Minas Gerais, foi ocupar uma cadeira na câmara temporária do Império<sup>220</sup>. O único propósito do “editorial” era engrandecer o político e suas ações “para que fiquem bem gravados na memória dos mineiros”<sup>221</sup>. Caso muito semelhante aconteceu em 1873, quando Joaquim Floriano de Godoy<sup>222</sup>, também presidente da província na época, tomou assento na câmara vitalícia<sup>223</sup>.

Já em 1875, o “editorial” da 410ª edição do *Diario de Minas* se dedicou a descrever uma viagem feita a Mariana por várias autoridades políticas, incluindo o presidente da província, José Antônio de Araújo Freitas<sup>224</sup>. O texto destaca a simplicidade da visita, sem cortejos ou avisos prévios<sup>225</sup>. Na cidade, as autoridades visitaram o bispo para agradecê-lo pelo auxílio no tratamento de enfermos da varíola.

A defesa também aparecia de forma coletiva. Quando o *Diario do Rio de*

<sup>216</sup> Noticiador de Minas. In: *Noticiador de Minas*, nº 322, ano IV, p. 1. Ouro Preto, 09 de junho de 1871.

<sup>217</sup> Noticiador de Minas. In: *Noticiador de Minas*, nº 322, ano IV, p. 1. Ouro Preto, 09 de junho de 1871

<sup>218</sup> *Idem*.

<sup>219</sup> Joaquim Pires Machado Portella foi um bacharel que exerceu importantes cargos públicos em Recife e, posteriormente, foi deputado provincial e geral por várias legislaturas. Também foi presidente das províncias Pará, Bahia e Minas Gerais. Dirigiu o Arquivo Público Nacional e foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano a partir de 1870 (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/jpmachadoportela.html>. Acesso em: 21 fev. 2021).

<sup>220</sup> Noticiador de Minas. In: *Noticiador de Minas*, nº 431, ano V. Ouro Preto, 23 de abril de 1872.

<sup>221</sup> *Idem*.

<sup>222</sup> Joaquim Floriano de Godoy era médico e iniciou a carreira política como deputado geral por São Paulo em 1869. Foi presidente de Minas Gerais de 1872 a 1873, e depois foi senador por São Paulo de 1873 a 1889. Autor da obra *O Elemento Servil e as Camaras Municipaes da provincia de São Paulo em 1887*. (Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1845>. Acesso em: 28 fev. 2021).

<sup>223</sup> Noticiador de Minas. in: *Noticiador de Minas*, nº 527, ano VI, p. 1. Ouro Preto, 16 de janeiro de 1873.

<sup>224</sup> José Antônio de Araújo Freitas Henriques era formado em ciências jurídicas e sociais e exerceu importantes cargos públicos, como juiz e chefe de polícia em várias províncias durante o Império e também na República. Era filiado ao Partido Conservador, e foi deputado em Sergipe e Bahia. Foi presidente do Ceará, Bahia, Minas Gerais e Pará, nesta ordem. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/presidente.asp?periodo=stf&id=348>. Acesso em: 17 mar. 2021).

<sup>225</sup> Diario de Minas. In: *Diario de Minas*, nº 410, ano II, p. 1. Ouro Preto, 27 de janeiro de 1875.

*Janeiro* publicou o texto de um correspondente de Barbacena que criticava a maioria dos componentes da Assembleia Legislativa mineira em 1871, o *Noticiador* asseverou que “a assemblea provincial, composta de cidadãos independentes, não era certamente digna do tratamento com que foi brindada”<sup>226</sup>. Já em 1873, o *Diario de Minas* elogiava e agradecia a Assembleia Provincial pelo patriotismo exercido na construção da estrada de ferro D. Pedro II<sup>227</sup>.

Em 1875, um correspondente do *Sul de Minas* censurava o executivo e legislativo mineiro em várias questões. O *Diario de Minas*, então, afirmou poder explicar os atos dos poderes provinciais censurados<sup>228</sup>. Para isso, recorreu ao detalhamento das decisões dos poderes executivo e legislativo, bem como às leis e decretos que as embasavam<sup>229</sup> e, concluindo seu texto, pontuou: “(...) prometemos continuar. Ainda falta tocar em certos pontos, para por bem ao claro a manifesta injustiça com que o correspondente apreciou alguns actos da actual administração”<sup>230</sup>.

Homenagens *post mortem* de entes políticos importantes também estavam presentes nos “editoriais”. Após o falecimento do comendador Marianno Procopio Ferreira Lago<sup>231</sup>, o *Noticiador* trouxe um “editorial” sobre o “conservador convicto”, “moderado pela natureza da missão política que tinha”<sup>232</sup>. O texto ainda enalteceu seus feitos e afirmou que Minas devia a ele muitos de seus avanços materiais.

Concomitante à defesa de seus aliados, os jornais de Paula Castro, nesta “fase de ouro”, também se dedicavam a elogiar o sistema político vigente. Além de transcrição de discursos<sup>233</sup> e notícias pontuais sobre a família real<sup>234</sup>, dentre outras menções mais genéricas à monarquia, é interessante notar como os periódicos tratavam o sistema

<sup>226</sup> *Noticiador de Minas*. In: *Noticiador de Minas*, nº 313, ano IV, p. 1. Ouro Preto, 17 de maio de 1871.

<sup>227</sup> Melhoramentos materiais – parte I. In: *Diario de Minas*, nº 62, ano I. Ouro Preto, 22 de abril de 1873.

<sup>228</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 428, ano III, p. 1. Ouro Preto, 03 de março de 1875.

<sup>229</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 428, ano III, p. 1. Ouro Preto, 03 de março de 1875.

<sup>230</sup> *Idem*.

<sup>231</sup> Marianno Procopio Ferreira Lage era o presidente da Companhia União e Indústria (Escola de agricultura. In: *Noticiador de Minas*, nº 294, ano IV, p. 2, Ouro Preto, 30 de março de 1871). Fundou a Escola Agrícola União e Indústria, foi diretor da Estrada de Ferro Dom Pedro II e deputado provincial e geral por Minas Gerais na década de 1860 pelo Partido Conservador. (Disponível em [http://www.espeschit.com.br/historia/uniao\\_e\\_industria/mariano\\_procopio/](http://www.espeschit.com.br/historia/uniao_e_industria/mariano_procopio/). Acesso em: 19 mar. 2021).

<sup>232</sup> *Noticiador de Minas*. In: *Noticiador de Minas*, nº 411, ano V, p. 1. Ouro Preto, 20 de fevereiro de 1872.

<sup>233</sup> Um exemplo é o “editorial” da 455ª edição do *Diario de Minas*, que deixou de manifestar qualquer opinião própria para transcrever o discurso de D. Pedro II na abertura da 15ª legislatura da assembleia geral. *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 455, ano III, p. 1. Ouro Preto, 10 de maio de 1875.

<sup>234</sup> Em 1871 o *Noticiador de Minas* trouxe palavras de conforto à família real na ocasião do falecimento da princesa D. Leopoldina. Já em 1875, o *Diario de Minas* comemorava o nascimento do filho da Princesa Isabel. *Noticiador de Minas*. In: *Noticiador de Minas*, nº 286, ano IV, p. 2. Ouro Preto, 11 de março de 1871. *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 527, ano III, p. 1. Ouro Preto, 20 de outubro de 1875.

monárquico em alguns pontos específicos.

Ao fim da Guerra do Paraguai, dizia a 274<sup>o</sup> edição do *Noticiador de Minas*, em 1871, que, em meio a processos de instauração de republicas na América, “o Brasil ostentava garbosamente nos olhos do mundo, a estabilidade de suas leis, a sua politica generosa e grande”<sup>235</sup>. O texto ainda tentou trazer a ideia de que até mesmo os soldados do exército brasileiro que estiveram nos campos de batalha que, em algum momento, flertaram com as instituições republicanas, passaram a achá-las detestáveis<sup>236</sup>. A partir desta afirmação, o texto ataca o republicanismo:

Todos aquellos que examinarão ocularmente as instituições platinas sofrerão a mais amarga decepção. Alli não há garantia de liberdade, de propriedade e de segurança individual. A sorte das populações esta a mercê de um Lopes Jordan, ou da anarchia, que muitas vezes reina nas altas regiões do poder<sup>237</sup>.

Ainda no fim de 1871, o *Noticiador* apontava como benfeitor da “lei do ventre livre” o “sábio monarca brasileiro” e o parlamento do império. “Quanto este triumpho nos parece superior a mil batalhas!”<sup>238</sup>, dizia o jornal. Nesse âmbito, em várias outras vezes os jornais de Paula Castro desta fase demonstraram estar extremamente satisfeitos com a ordem política e com o monarca. A esse respeito, destaca-se o “editorial” que felicitava D. Pedro II por seus 49 anos:

Oh! Honra e gloria a nação que um tal monarca possui! Honra e gloria ao povo que tal filho educou! Honra e glória aos estadistas que tão fieis forão ao juramento que a pátria prestarão! E finalmente honra e gloria a esses ministros que firmarão a lei que arrancou do seio do paiz o polypo da escravidão, e que denodados dotão o Brazil com as reformas que sua illustração e progresso exigem<sup>239</sup>.

Pelos exemplos apresentados, nota-se a preocupação em defender e exaltar a situação e o poder instituído. No entanto, dentro deste sistema político, a união dos políticos de ambos os partidos se mostrava muito importante nos jornais de Paula Castro desta fase. Na 227<sup>o</sup> edição do *Noticiador* foi mencionado que os deputados provinciais

---

<sup>235</sup> Monarchia e republica. In: *Noticiador de Minas*, nº 274, ano IV, p. 1. Ouro Preto, 09 de fevereiro de 1871

<sup>236</sup> *Idem*.

<sup>237</sup> *Idem*.

<sup>238</sup> *Noticiador de Minas*. In: *Noticiador de Minas*, nº 362, ano IV, p. 1. Ouro Preto, 05 de outubro de 1871.

<sup>239</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 369, ano II, p. 1. Ouro Preto, 02 de dezembro de 1874.

colocaram suas divergências de lado para agirem em favor da construção da linha férrea, que beneficiaria a população como um todo<sup>240</sup>. É claro que a conciliação era também uma forma de minorar os embates e, por conseguinte, defender a situação.

Já na edição 313 do mesmo jornal, é mencionado que um correspondente de Barbacena para o *Diario do Rio de Janeiro* fez inferências sobre supostas discórdias entre conservadores e liberais<sup>241</sup>. O “editorial” em questão se opõe à opinião do dito correspondente, elogia a Assembleia Legislativa Mineira em sua totalidade e roga: “unano-mos pois, e esquecidos do inglório passado que nos separou, lembremo-nos de que só com a força de nossos correligionários poderá o paiz resolver os grandiosos problemas, de que depende sua prosperidade e grandeza”<sup>242</sup>.

Passado algum tempo, já no *Diario de Minas* encontramos um “editorial” que se inicia dizendo que no Primeiro Reinado e no tempo das regências, muitos e lamentáveis erros políticos foram cometidos por ambas as facções políticas existentes<sup>243</sup>. No entanto, o texto diz que nenhum dos partidos políticos existentes no império queria atentar contra a ordem política que existia, uma vez que, diante da abdicação de D. Pedro I em 1831, fazia-se presente um momento perfeito para a instauração de outro regime político, mas nada foi feito: “(...) a revolução passou, sem que as instituições perigassem”<sup>244</sup>.

O mesmo “editorial” reconhece os direitos dos adversários políticos do Partido Conservador e a necessidade e o papel da oposição: “a oposição é uma das condições essenciais da boa politica, e os partidos no Brazil, se têm errado contra os sãoos princípios de governo, não o têm feito por má fé, nem com criminosas intenções, mas a mingoa de educação política”<sup>245</sup>.

Apesar desse discurso de “união”, a “fase de ouro” de Paula Castro perturbava seus adversários políticos, os atacando de forma direta. Na ocasião em que os conservadores assumiam a presidência do Conselho de Ministros, em 1868, o *Noticiador de Minas* tentava descreditar de antemão quaisquer críticas que os liberais viessem a fazer à situação:

Ella [a oposição] que vem de governar o paiz pelo longo período de seis

<sup>240</sup> Noticiador de Minas. In: *Noticiador de Minas*, nº 227, ano III, p. 1. Ouro Preto, 28 de agosto de 1870.

<sup>241</sup> Noticiador de Minas. In: *Noticiador de Minas*, nº 313, ano IV, p. 1. Ouro Preto, 17 de maio de 1871.

<sup>242</sup> *Idem*.

<sup>243</sup> Diario de Minas. In: *Diario de Minas*, nº 243, ano II, p. 1. Ouro Preto, 23 de abril de 1874.

<sup>244</sup> *Idem*.

<sup>245</sup> *Idem*.

anos, durante os quaes além de esterelisar todas as ideias, de entibiar todas as crenças a força de compreensão e arbítrio, ella que dominou o paiz não em nome de um principio, mas somente no interesse bem manifesto e provado de disfructa-lo; a opposição não tem outro caminho agora a seguir para reconquistar o poder que lhe escapou, se não o da gritaria, difamação e ameaça<sup>246</sup>.

Pouco tempo depois, o *Noticiador* criticava o Partido Progressista por conter elementos de diversos credos políticos. O próprio título do “editorial”, “A fuzão dos partidos historico e progressista é uma comédia”<sup>247</sup> já demonstrava o tom irônico que o jornal empreendia para com seus adversários e o descaso com os gabinetes anteriores.

Em 1869, o *Noticiador* criticava o “estilo bombástico” dos jornais liberais em Minas Gerais. Em um texto extremamente sarcástico, o jornal pontuava que, para estes periódicos, nem todos os monstros da literatura mundial eram tão maus quanto o Partido Conservador<sup>248</sup>. “Dante inventou um inferno (...). é preciso que o órgão da opposição também nos pinte em suas colunas um lugar subterrâneo”<sup>249</sup>. A seguir, o *Noticiador de Minas* incentiva os jornais oposicionistas a imitar os conservadores quando estes eram opposição: “exponham os escândalos da situação!”<sup>250</sup>.

Pouco tempo depois, o mesmo jornal voltava a atacar a opposição. Dizia o *Noticiador* que os liberais tentavam apagar seus erros recentes com palavras, pois, no poder, fizeram o contrário de tudo o que prometeram<sup>251</sup>. O texto desqualifica os liberais dizendo que os “Falsos sacerdotes da liberdade, são hoje seos mais extremados defensores, sendo os mesmos que hontem com ervado punhal descarregavão-lhe golpes mortaes!”, e completa: “e na província o que fizestes? Recebestes os cofres cheios e os exauristes em bem dos vossos”<sup>252</sup>.

Aos poucos, como vimos, o *Noticiador* formulou a tese de que os liberais confiavam que a opinião pública esqueceria rapidamente o passado recente de dominação progressista e de que a opposição se valia de “despeito”, “gritaria”, “raiva” e “ciúme” dos conservadores<sup>253</sup>. Agiam assim, segundo o jornal, porque condenavam atos que eles mesmos praticavam, como foi o caso das demissões executadas pelo então

<sup>246</sup> *Noticiador de Minas*. In: *Noticiador de Minas*, nº 24, ano I, p. 1. Ouro Preto, 17 de outubro de 1868.

<sup>247</sup> A fuzão dos partidos historico e progressista é uma comédia. In: *Noticiador de Minas*, nº 49, ano I. Ouro Preto, 22 de dezembro de 1868.

<sup>248</sup> *Noticiador de Minas*. In: *Noticiador de Minas*, nº 74, ano I, p. 1. Ouro Preto, 16 de fevereiro de 1869.

<sup>249</sup> *Idem*.

<sup>250</sup> *Idem*.

<sup>251</sup> *Noticiador de Minas*. In: *Noticiador de Minas*, nº 97, ano II, p. 1. Ouro Preto, 17 de abril de 1869.

<sup>252</sup> *Idem*.

<sup>253</sup> *Noticiador de Minas*. In: *Noticiador de Minas*, nº 145, ano II. P. 1. Ouro Preto, 07 de julho de 1869.

presidente da província, Benevides<sup>254</sup>.

Em 1871, o *Club da Reforma* preconizava uma possível queda do Partido Conservador. O *Noticiador de Minas*, então, e com presteza, respondeu os “artigos bombásticos”<sup>255</sup> do rival. Começou descrevendo o Partido Liberal e sua atuação enquanto oposição: “A sua vida de oposição tem sido toda de fraqueza nas províncias. Na corte o seu órgão escandalisa a moralidade publica caluniando os estadistas mais eminentes”<sup>256</sup>. Perguntava-se, em seguida, como os liberais poderiam subir novamente ao poder: “atrás de taes arrufos jaz o cansaço, e quiça a fraqueza abatida”<sup>257</sup>, a respeito dos artigos do *Club da Reforma*. E então, finalizou:

Se os movimentos que se notão no acampamento dos nossos adversários significão avidez de poder enganão-se completamente. O paiz não os quer. Se com eles procurão iludir os amigos, perdem seo seu tempo. Queirão ou não queirão o drama se resolverá em comédia. E por ultimo riremos nós<sup>258</sup>.

O ataque à oposição se direcionava também aos seus princípios mais evidentes. Em 1872, o *Noticiador* apontava que, dentro do Partido Liberal, havia divergências sobre a questão da autonomia das províncias. Alguns dos líderes liberais entendiam, segundo o *Noticiador*, que as províncias deviam se libertar da corte, enquanto outros achavam ser cedo para tal<sup>259</sup>. Desta forma, o *Noticiador de Minas* classifica o Partido Liberal como uma “balburdia de conceitos”<sup>260</sup>, descreditando seus rivais políticos.

Os ataques de forma direta à oposição aconteceram mais no início desta segunda fase da produção jornalística vinculada a Paula Castro. Concentravam-se, principalmente entre 1868 e 1869, no contexto da transição do poder na presidência do Conselho de Ministros do Império. Por isso, tais críticas se fizeram presentes nas páginas do *Noticiador de Minas*, enquanto que o *Diario de Minas* muito pouco falava sobre seus adversários políticos. Aqui, como na fase anterior, a “paixão partidária” era o que movia a oposição em suas ações.

Já a 97ª edição dizia que a “paixão partidária” não deixava os progressistas

---

<sup>254</sup> *Noticiador de Minas*. In: *Noticiador de Minas*, nº 145, ano II. P. 1. Ouro Preto, 07 de julho de 1869.

<sup>255</sup> Será sofreguidão ou fraqueza? In: *Noticiador de Minas*, nº 378, ano IV, p. 1. Ouro Preto, 16 de novembro de 1871.

<sup>256</sup> *Idem*.

<sup>257</sup> *Idem*.

<sup>258</sup> Será sofreguidão ou fraqueza? In: *Noticiador de Minas*, nº 378, ano IV, p. 1. Ouro Preto, 16 de novembro de 1871.

<sup>259</sup> *Noticiador de Minas*. In: *Noticiador de Minas*, nº 474, ano V, p. 1. Ouro Preto, 13 de agosto de 1872.

<sup>260</sup> *Idem*.

enxergarem a “verdade” sobre sua própria incompetência quando dominavam a política<sup>261</sup>. Na 235ª edição, o mesmo jornal, ao argumentar sobre a incompatibilidade entre política e justiça, justifica que tal incongruência se devia justamente às paixões políticas. Ou seja, um “juiz-político” tomaria suas decisões baseado na “paixão partidária”, o que prejudicaria o processo judiciário<sup>262</sup>. O termo é mencionado novamente no “editorial” de estreia da nova versão do *Diario de Minas*, em 1873. O jornal dizia, naquela ocasião, que uma imprensa “politicamente apaixonada” e “odienta” possui muitos perigos, e, por isso, jornais devem ser manejados com cuidado. O *Diario* prometia seguir o caminho contrário a essa premissa<sup>263</sup>.

### 3.5 Oposição e situação na “fase tímida”

A partir da volta de Paula Castro à imprensa em 1885, as críticas à oposição se deram de forma muito mais tímida em relação às fases anteriores. Em todos os “editoriais” que analisamos, somente a primeira edição do *Vinte de Agosto* mencionava os liberais de forma crítica. A missão do jornal assim foi posta:

O *Vinte de Agosto* tem por fim a publicação dos actos officiaes e a propaganda dos são princípios da justiça e da moralidade administrativa, que toda a boa vontade dos governos liberais não pôde fazer respeitar assoberbados como se acharão sempre pela intolerância das paixões, e oprimidos por violentas e mesquinhas rivalidades.<sup>264</sup>

Atribuindo as ações dos liberais, mesmo enquanto situação, à paixão política<sup>265</sup>, o “editorial” afirmou ainda que o Partido Liberal fazia “pomposos” programas que iam além das aspirações nacionais<sup>266</sup>. A missão do Partido Conservador, que acabava de reassumir o poder, era então “oppor barreiras a vertiginosa precipitação com que o paiz, impellido pelo domínio liberal, resvala para o abysmo da desorganização do trabalho e da ruina publica e particular”<sup>267</sup>.

Elogiar a administração da província e defender seus aliados foi a principal

---

<sup>261</sup> Noticiador de Minas. In: *Noticiador de Minas*, nº 97, ano II, p. 1. Ouro Preto, 17 de abril de 1869.

<sup>262</sup> Noticiador de Minas. In: *Noticiador de Minas*, nº 235, ano III, p. 1. Ouro Preto, 20 de novembro de 1870.

<sup>263</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 1, ano I, p. 1. Ouro Preto, 01 de fevereiro de 1873.

<sup>264</sup> *Vinte de Agosto*. In: *Vinte de Agosto*, nº 1, ano I, p. 1. Ouro Preto, 14 de setembro de 1885.

<sup>265</sup> *Idem*.

<sup>266</sup> *Idem*.

<sup>267</sup> *Idem*.

função dos “editoriais” dessa fase. Em 1888, *A União* transcrevia um artigo do *Sul de Minas* em que a administração de Horta Barbosa<sup>268</sup> era apreciada<sup>269</sup>. Quando Barbosa deixou a administração provincial, o mesmo jornal mencionava que um banquete seria feito em sua homenagem<sup>270</sup>. A administração do próximo presidente, Teixeira de Souza<sup>271</sup>, seria analisada pelo jornal, que adiantava “que Minas registrará como dos mais brilhantes e fecundos que tem tido”. Ainda em 1888, *A União* elogiava o ministro da fazenda provincial com inúmeros detalhes de seus feitos<sup>272</sup>.

Quando o *Liberal de Minas* criticou o governo provincial em suas relações com as empresas que administravam as estradas de ferro mineiras, João Athayde<sup>273</sup> utilizou-se d’*A União* para defender o presidente da província, explicando em detalhes as negociações entre as partes<sup>274</sup>.

O mesmo *Liberal de Minas*, ainda em 1887, acusou o coletor da cidade de Patos de ladrão e assassino<sup>275</sup>. Segundo *A União*, o presidente da província exigiu do chefe de polícia que averiguasse as acusações. A conclusão da averiguação foi que o referido coletor estava envolvido unicamente em um inquérito sobre um atentado a um juiz, mas sem quaisquer provas de sua real participação. Ao fim, o “editorial” assegurava ao jornal rival que o funcionário seria afastado, caso seu crime fosse provado.

O *Liberal de Minas* continuava, em 1889, a ser o grande rival de *A União*. O periódico em questão lançava acusações contra todos os últimos presidentes da

---

<sup>268</sup> Luiz Eugenio Horta Barbosa, bacharel, foi deputado por Minas Gerais entre 1870 e 1875, presidente da província mineira entre 1887 e 1888 (VEIGA, José Pedro Xavier. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Ano I. Imprensa Oficial de Minas-Geraes. Ouro Preto, 1896). Também foi presidente de Alagoas, Piauí e Espírito Santo (Disponível em: <http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/luiz-eugenio-horta-barbosa>. Acesso em: 27 fev. 2021). Conclui-se que tinha ligações com o Partido Conservador, pois, em ocasião de sua nomeação como presidente de Minas Gerais em 1887, os deputados conservadores ofereceram-no um jantar em comemoração (Noticiário. In: *A União*, nº 95, ano I, p. 3. Ouro Preto, 13 de agosto de 1887).

<sup>269</sup> *A União*. In: *A União*, nº 151, ano II, p. 1. Ouro Preto, 03 de março de 1888.

<sup>270</sup> Presidência. In: *A União*, nº 176, ano II, p. 1. Ouro Preto, 02 de junho de 1888.

<sup>271</sup> Antônio Teixeira de Souza Magalhães foi vice-presidente de Minas Gerais, tendo assumido interinamente duas vezes (em 1887 e 1888) (1888 (VEIGA, José Pedro Xavier. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Ano I. Imprensa Oficial de Minas-Geraes. Ouro Preto, 1896). Antes, foi presidente da câmara municipal de Ouro Preto (Editaes. In: *Liberal Mineiro*, nº 155, ano VII, p. 4. Ouro Preto, 04 de novembro de 1884). Fazia parte do Diretório Conservador de Ouro Preto (*A União*. In: *A União*, nº 2, ano I, p. 1. Ouro preto, 11 de setembro de 1886).

<sup>272</sup> Thesouraria da fazenda. In: *A União*, nº 223, ano III, p. 1. Ouro Preto, 17 de novembro de 1888.

<sup>273</sup> João Athayde fora mencionado como tenente coronel pela *A Provincia de Minas* em diversas ocasiões. O mesmo jornal, bem como o *Liberal Mineiro*, indicam que ele tinha proximidade com o governo provincial e municipal de Ouro Preto. Atuou para obter libertações de escravizados em Ouro Preto em 1886 (Noticiário – Sociedade Libertadora Oupretana. In: *Liberal Mineiro*, nº 95, ano IX, p. 1. Ouro Preto, 31 de dezembro de 1886). Em 1888 foi mencionado enquanto comendador da capital pelo *Pharol*.

<sup>274</sup> ATHAYDE, João. *A União*. In: *A União*, nº 51, ano I, p. 1. Ouro Preto, 26 de fevereiro de 1887.

<sup>275</sup> Colectoria de Patos. In: *A União*, nº 130, ano II, p. 1. Ouro Preto, 21 de dezembro de 1887.

província de Minas Gerais e, por isso, *A União* dizia que precisava deixar de ser agradável por um momento para respondê-lo<sup>276</sup>. O “editorial” discutiu detalhes das últimas administrações, principalmente em relação à coleta de impostos e atuação de coletores em algumas regiões<sup>277</sup>. Concluiu *A União* que o *Liberal*, assim como outros jornais oposicionistas, sabia a verdade sobre os fatos, “mas o espirito partidario obrigou a dizer o contrário”<sup>278</sup>.

Poucos meses depois, o *Liberal de Minas* voltava a criticar o governo mineiro. Desta vez, o tema era o empréstimo tomado pelo executivo. “O nosso colega *Liberal* discutiu brilhantemente a matéria, embora á luz crúa de seus fins oposicionistas”<sup>279</sup>, disse *A União*. Mas, segundo o “editorial”, os leitores do jornal liberal não aceitariam outro discurso<sup>280</sup>. A conclusão do periódico é que o “defeito do antagonista, permitamos, foi tratar de problemas, como se trata de theoremas”<sup>281</sup>.

Por fim, *A União* também tratou de elogiar a monarquia. O periódico transcreveu um artigo do *Rio de Janeiro* que, citando como argumento de autoridade um certo “estudo francês”, dizia que a liberdade dos partidos políticos no Brasil era ampla, tanto para oposição como para situação<sup>282</sup>. Isso, segundo *A União*, reforçava a confiança no sistema político vigente, embora reconhecesse o perigo da presença de republicanos e a quietude dos monarquistas em relação ao tema<sup>283</sup>. “Obrigado a modelar seus actos pelas indicações da opinião, o Imperador não tem responsabilidade directa pela presença de republicanos no governo, ou pelo ostracismo dos monarchistas sinceros, arregimentados nos dous partidos regulares do paiz”<sup>284</sup>, dizia o jornal. Seu “editorial” atribuía, ainda, grande responsabilidade ao Conselho de Ministros na direção do país, pois o órgão possuía ampla liberdade de ação<sup>285</sup>.

### 3.6 A República e o último jornal

Embora o viés político de Paula Castro tenha mudado radicalmente com o

<sup>276</sup> Arrecadação de impostos provinciais. In: *A União*, nº 252, ano III, p. 1. Ouro Preto, 27 de fevereiro de 1889.

<sup>277</sup> *Idem*.

<sup>278</sup> *Idem*.

<sup>279</sup> O empréstimo. In: *A União*, nº 277, ano III, p. 1-2. Ouro Preto, 29 de maio de 1889.

<sup>280</sup> *Idem*.

<sup>281</sup> *Idem*.

<sup>282</sup> *A União*. In: *A União*, nº 26, ano I, p. 1. Ouro Preto, 26 de novembro de 1886.

<sup>283</sup> *Idem*.

<sup>284</sup> *A União*. In: *A União*, nº 26, ano I, p. 1. Ouro Preto, 26 de novembro de 1886.

<sup>285</sup> *Idem*.

*Estado de Minas-Geraes*, mantiveram-se as demais características dos periódicos produzidos por sua empresa. Os assuntos abordados eram aqueles que interessavam ao governo mineiro, seu contratante, conforme veremos no próximo capítulo. Assim como nas anteriores, nesta quarta e última fase, o *Estado de Minas-Geraes* utilizou-se de seus “editoriais” para a função de que viemos tratando: o elogio ao governo, a defesa dos aliados e a crítica ao sistema político contrastante – que agora era a monarquia.

Em 1890, o jornal parabenizava Cesário Alvim pela posse no cargo de ministro e secretário de estado dos negócios do interior, lembrando-se dos feitos do mesmo quando presidiu Minas Gerais alguns meses antes<sup>286</sup>. Algum tempo depois, o mesmo felicitava João Pinheiro da Silva<sup>287</sup> pela nomeação para governador do Estado, dizendo que ele deixaria “seu nome gloriosamente ligado ao adiantamento e reconstrução da pátria”<sup>288</sup>. Na 102ª edição, o periódico volta a elogiar Cesário Alvim, e transcreve seu discurso durante um banquete entre políticos, acontecido em São Paulo<sup>289</sup>. Por fim, identificamos em nossa amostragem a homenagem a Francisco de Paula Amaral<sup>290</sup> na ocasião de seu falecimento, em 1892. O “editorial” elogiava sua atuação enquanto deputado mineiro provincial, posteriormente estadual e ainda federal<sup>291</sup>.

Nossa pesquisa amostral registrou pouquíssimas defesas de nomes ligados à administração mineira, e nenhum ataque por parte do *Estado de Minas*. As críticas encontradas nos “editoriais” deste jornal tinham como alvo a monarquia. Ainda em 1889, o periódico classificava o sistema político como desgastado e corrupto<sup>292</sup>. O texto ainda pontuava que “os mais sérios defensores do regimen extinto (...) desde muito suspiravam por uma trégua de falatório banal, hypocrita e subserviente. O dia chegou.

<sup>286</sup> Dr. Cesário Alvim. In: *O Estado de Minas-Geraes*, nº 26, ano I, p. 1. Ouro Preto, 15 de fevereiro de 1890.

<sup>287</sup> João Pinheiro da Silva foi professor e advogado. Como político, foi secretário de governo e primeiro vice-presidente de Minas Gerais em 1889, presidente interino e depois efetivo em 1890, deputado federal no mesmo ano, vereador na cidade de Caeté em 1899, senador em 195 e novamente presidente de Minas Gerais de 1906 a 1908. (Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governador/joao-pinheiro-da-silva>. Acesso em: 26 fev. 2021).

<sup>288</sup> Dr. João Pinheiro. In: *O Estado de Minas-Gerais*, nº 43, ano I, p. 1. Ouro Preto, 16 de abril de 1890.

<sup>289</sup> Banquete político. In: *O Estado de Minas-Geraes*, nº 102, ano I, p. 1. Ouro Preto, 08 de novembro de 1890.

<sup>290</sup> Francisco de Paula Amaral, bacharel, foi deputado provincial entre 1888 e 1889, e deputado constituinte por Minas Gerais em 1890, participando da elaboração da primeira Constituição republicana. (PINHEIRO, Luciana. *AMARAL, Francisco de Paula. Verbete*. In: ABREU, Alzira Alves (org). **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Rio de Janeiro, FGV, 2013. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/AMARAL,%20Francisco%20de%20Paula.pdf>. Acesso em 22 mar. 2021).

<sup>291</sup> Dr. Francisco Amaral. In: *O Estado de Minas*, nº 277, ano III, p. 1. Ouro Preto, 27 de janeiro de 1892.

<sup>292</sup> O governo provisório. In: *O Estado de Minas-Geraes*, nº 7, ano I, p. 1. Ouro Preto, 11 de dezembro de 1889.

Cumpra que todos nos preparemos para tomar a sério essas funções públicas”<sup>293</sup>.

Já em 1890, Bias Fortes<sup>294</sup> declarava, através de um “editorial” no *Estado de Minas-Geraes*, que

A restauração monarchica é hoje um duende, que sópode apavorar espíritos enfermeços. (...) O Imperio esboroou-se esmagado por seus próprios erros. Se há ainda brasileiros que tenham saudades do Império e desejam vel-o restaurado, o meio de cural-os dessa espécie de moléstia moral não pode ser outro senão o de captar-lhes a boa opinião, demonstrando-lhes a grande superioridade da forma republicana<sup>295</sup>.

Por último, em 1891, o jornal atribuía a “imobilidade e frouxidão” dos mineiros à centralização monárquica<sup>296</sup>. O “editorial” em questão dizia que o “pé de prosperidade” de Minas poderia ser completamente diferente se a centralização política não “matasse” as aspirações de Minas Gerais e de outras províncias ao lhes cortar as iniciativas próprias<sup>297</sup>.

### 3.7 Situação, oposição e representações

A descrição da “função” mais imediata dos “editoriais” nos jornais de João Francisco de Paula Castro, dividida em fases, nos permite fazer algumas comparações acerca da forma esta foi utilizada ao longo de toda a carreira do tipógrafo-empresário. Começamos pelas críticas à oposição: enquanto na primeira fase a oposição era escrachada, sempre em tom de resposta, muitas vezes incluindo embates entre os jornais de Paula Castro e a imprensa conservadora, na segunda fase isso acontecia de forma direta e mais pontuada, pelo menos nos primeiros meses. Desta forma, os periódicos

<sup>293</sup> O governo provisório. In: *O Estado de Minas-Geraes*, nº 7, ano I, p. 1. Ouro Preto, 11 de dezembro de 1889.

<sup>294</sup> Crispim Jacques Bias Fortes foi deputado provincial pelo Partido Liberal de 1881 a 1889, Governador de Minas Gerais de 1890 a 1891 e depois de 1894 a 1898. Elegeu-se senador e teve participação direta e decisiva na aprovação da primeira Constituição republicana mineira. Enquanto presidente, inaugurou a nova capital do estado, Belo Horizonte, em 1897. Foi presidente do Partido Republicano Mineiro de 1898 a 1917. Também foi prefeito de Barbacena, senador, promotor de justiça e juiz municipal (LANA, Vanessa. *FORTES, Crispim Jacques Bias*. Verbete. In: ABREU, Alzira Alves (org). **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Rio de Janeiro, FGV, 2013. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/FORTES,%20Crispim%20Jacques%20Bias.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021).

<sup>295</sup> FORTES, Crispim Jacques Bias. Aos Mineiros. In: *O Estado de Minas-Geraes*, nº 75, ano I, p. 1. Ouro Preto, 06 de agosto de 1890.

<sup>296</sup> O Estado de Minas-Geraes. In: *O Estado de Minas Geraes*, nº 164, ano II, p. 1. Ouro Preto, 17 de junho de 1891.

<sup>297</sup> *Idem*.

aqui analisados provocavam, muitas vezes, os conflitos usando como tática a desqualificação moral e ideológica dos liberais. Na terceira fase, as críticas aos liberais reduziram-se muito. Já na quarta e última, não há qualquer tipo de censura à oposição momentânea. Ela sequer é mencionada.

Quanto à “paixão partidária”, o termo aparece de forma muito semelhante nas duas primeiras fases. Ainda que oposição e situação tenham se invertido da primeira para a segunda fase da carreira de Paula Castro, os atos da oposição eram, nestes dois momentos, motivados pela “paixão partidária”, que provocava contendas inúteis as quais prejudicavam o bem-estar dos mineiros e levavam a ações tendenciosas por parte de políticos e juizes, segundo os jornais. No entanto, frequentemente, atribuía-se à oposição o destempero do frenesi político. O termo, contudo, não é utilizado nas duas últimas fases da carreira do empresário.

O elogio de personalidades públicas ligadas ao executivo e legislativo mineiro, bem como a salvaguarda do próprio governo, aconteceu de forma semelhante às das duas primeiras fases. As ações do governo provincial sempre eram defendidas em tom de resposta às críticas feitas pela oposição. Em geral, envolviam argumentos muito bem detalhados, que objetivavam desmentir os rivais, e muitas vezes envolviam embates entre impressos. A terceira fase se diferenciava das anteriores por trazer elogios e descrições detalhadas de feitos do governo provincial em tom de propaganda, e não de resposta a críticas previamente feitas. Já a quarta fase se assemelhava à terceira, porém, a promoção dos governadores mineiros nos primeiros anos da República era feita de forma muito mais ligeira, em textos pequenos e objetivos.

Por último, a “função” cumprida pelos “editoriais” de que viemos tratando contemplava a atribuição de crédito à monarquia, de forma direta, e críticas indiretas ao republicanismo nos jornais da segunda e terceira fase da carreira de Paula Castro. Já a quarta fase, apresentava críticas contundentes ao sistema político derrubado em 1889, e elogios à República.

É importante lembrar que as características da função dos “editoriais” que falamos acima se adequam muito bem ao que Luciano Moreira (2008) chamou de “propósito fundamental” da existência dos periódicos ao longo do século XIX: o combate político. Ana Luiza Martins (2013) também coloca como uma das características principais da imprensa do Segundo Império os combates e disputas políticas, em que os jornais figuravam como instrumento de luta político-partidária. Esta ideia também é mencionada por José Murilo de Carvalho (2007b), quando o autor diz

que:

A escassez de espaços fazia com que a imprensa assumisse papel primordial, aumentado com a redução da censura a partir da inauguração da Regência. A imprensa funcionava todos os dias do ano, atingia um público muito mais amplo do que a tribuna e mesmo os clubes [políticos], alcançava outras regiões do país (CARVALHO, 2007 b, p. 20).

As características com as quais essa função dos “editoriais” era exercida nos jornais de Paula Castro, momento a momento, estão relacionadas às representações aludidas ao tipógrafo-empresário que se mostravam mais fortes nos vários momentos de sua carreira. São compreensíveis, por exemplo, os ataques mais diretos à oposição no início da segunda fase, uma vez que dentre as representações que os opositores faziam do empresário estava a de Paula Castro como alguém indigno de confiança. Desta forma, seus jornais precisavam demonstrar, nesta fase, pulso firme com a oposição, assim como era preciso desmoralizá-la, na tentativa de desassociar o empresário do Partido Progressista e seus elementos liberais. Também era necessário demonstrar que a “paixão partidária” era nociva, levando a crer que Paula Castro e seus jornais não eram acometidos deste mal.

Já a associação de Paula Castro à imagem de alguém que apenas visava ao lucro pessoal na terceira fase pode estar ligada ao fato de, naquele período, seus jornais elogiarem o governo provincial, isto é, propagandeavam-no e, mais do que isso, o defendiam. Enquanto isso, a atribuição de crédito à monarquia por inúmeras ações na segunda e terceira fases pode ser entendida como uma resposta à imagem formada do empresário enquanto alguém indigno de confiança devido às suas flutuações políticas, uma vez que, atribuindo capital simbólico às instituições monárquicas, Paula Castro se mostrava verdadeiramente alinhado aos conservadores.

As posturas dos “editoriais” eram construídas estrategicamente pelos jornais com a intenção de combater as imagens negativas que se formavam sobre seu proprietário ao mesmo tempo em que atendiam os interesses de seus financiadores. Outrossim, este combate às representações de cunho negativo poderia visar à conformação de uma outra imagem que permitisse Paula Castro ser reconhecido por um grupo de pessoas enquanto alguém que exprimia os interesses deste grupo. Afinal, o tipógrafo-empresário necessitava daquele reconhecimento para ser considerado um porta-voz (BOURDIEU, 1989) (angariando assim muito mais oportunidades em sua

carreira), uma vez que a força dos demais discursos que ele apresentava em seus jornais dependia mais da força de mobilização que conseguisse exercer do que de qualidade e verossimilidade em si (BOURDIEU, 1989).

Tal estratégia preparava a competência de Paula Castro enquanto locutor de determinados discursos e as condições de recepção destes dentro do mercado linguístico que o meio apresentava. A esse respeito, segundo Bourdieu:

O discurso que produzimos (...) é uma ‘resultante’ da competência do locutor e do mercado no qual se apresenta o seu discurso; o discurso depende numa medida (...) das condições de recepção. Toda a situação linguística funciona, portanto como um mercado no qual o locutor coloca os seus produtos e o produto que produz para este mercado depende da antecipação que ele tem dos preços que os seus produtos vão receber (BOURDIEU, 2003, p. 104).

De toda forma, essa “função” exercida pelos “editoriais” que identificamos na amostragem analisada neste capítulo apenas sugerem ser possível configurar Paula Castro enquanto porta-voz dos grupos a que esteve ligado. Aqui, precisamos ressaltar que a autoria dos “editoriais” não pertence, na maioria das vezes, ao empresário; que a seção representava os interesses dos partidos; e que seu conteúdo visava a mobilizar grupos da sociedade em prol da situação partidária de cada momento, ao criar no público um sentimento de afeição e compaixão aos defendidos e elogiados, e execração aos criticados. Todas estas características poderiam enquadrar Paula Castro e seus jornais enquanto porta-vozes dos partidos com que foi estabelecida uma ligação em cada momento. Mas a função específica aqui analisada atendia, ao menos em partes, aos interesses estritamente profissionais de Paula Castro, indo de encontro à ideia de que o porta-voz não exprime e nem tem interesses próprios (BOURDIEU, 2011).

## 4 EDITORIAIS E IDEIAS-FORÇA: J. F. PAULA CASTRO E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NOS OITOCENTOS

### 4.1 Porta-voz e ideias-força

O elogio e a defesa da situação, bem como o ataque à oposição, são aspectos da vida de Paula Castro que, em uma primeira análise, ainda não nos permite pontuá-lo, definitivamente, como um porta-voz dos partidos políticos representados por seus jornais. Dessa forma, partimos para a análise das ideias-força presentes nos “editoriais”, a fim de verificar a derradeira natureza das ações deste agente cujo pioneirismo na imprensa mineira é tão instigante. Neste capítulo final, analisaremos os textos de natureza editorial com o intuito de identificar quais eram, de fato, os objetivos da dita seção nos 8 periódicos pertencentes a Paula Castro. Como dito no capítulo anterior, os objetivos principais da veiculação das ideias-força de que nos ocuparemos nesta parte da dissertação eram a discussão e defesa de ideias que pertenciam aos financiadores dos jornais produzidos na Typographia de J. F. de Paula Castro, levando-as ao público na intenção de mobilizá-lo, ao menos em parte.

Ideias-força podem ser compreendidas como as ideias centrais de um texto (ou um conjunto deles) que almejam arregimentar grupos da sociedade, angariando capital simbólico e político ao autor/divulgador de tais ideias – no caso, os partidos do império e seus associados. A força destas ideias é calculada pela sua capacidade de mobilização, ou melhor, pela sua capacidade de ser reconhecida enquanto “verdades” ou “vontades de verdade” pelo público-alvo (BOURDIEU, 1989).

O que seria um ‘discurso irresponsável’ na boca de qualquer um é uma previsão razoável na boca de qualquer outro. As expressões políticas, programas, promessas, previsões ou prognósticos (...) nunca são verificáveis ou falsificáveis logicamente; elas não são verdadeiras senão na medida em que aquele que as enuncia (por sua própria conta ou em nome de um grupo) é capaz de as tornar historicamente verdadeiras, fazendo-as advir da história (BOURDIEU, 1989, p. 186).

Por isso, enquanto práticas discursivas, elas precisam ser levadas até esse grupo por alguém com o qual o grupo se identifica, ou seja, alguém que faça parte deste grupo: o porta-voz. Nas palavras de Bourdieu:

A política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização. Se o princípio de divisão que eu proponho for reconhecido por todos, se meu *nomos* se tornar o *nomos* universal, se todos virem o mundo como eu o vejo, terei atrás de mim toda a força das pessoas que compartilham minha visão (BOURDIEU, 2011, p. 203).

Nessa seara, conforme complementa o autor supracitado, não só a identificação, mas o silêncio e a ausência de contestação também podem demonstrar o êxito do encaminhamento e aceitação das ideias pelos setores-alvo dos partidos políticos. Quanto a isso, podemos perceber que, à primeira vista, os jornais de Paula Castro obtinham sucesso, uma vez que, como vimos nos resultados obtidos pela pesquisa até aqui, as críticas ao empresário e os produtos de sua empresa quase sempre partiam da oposição (que, certamente, não era seu público-alvo).

Os partidos políticos do império com os quais Paula Castro lidou podem ser entendidos, dentro das concepções de Bourdieu (1989, p. 167), como “organizações permanentes orientadas para a conquista do poder e que propõem aos seus militantes e aos seus eleitores não só uma doutrina, mas também um programa de pensamento e de ação (...)”. Tais propostas tinham como principal meio de divulgação, no século XIX, a imprensa, da qual os jornais de Paula Castro tiveram parte em Minas Gerais. Esta imersão nas disputas políticas tornam os periódicos aqui analisados em divulgadores e meios de transmissão de ideias por excelência. E a respeito delas é válido lembrar que “são sempre duplas; são combates por ideias, mas, como estas só são completamente políticas se se tornam ideias-força, são também combates por poderes” (BOURDIEU, 2011, p. 206).

No entanto, há limitações para o que pode ser dito ou não (ou melhor, para o que tem ou não capacidade de mobilizar um certo público), que são dadas pelo próprio meio social em que se está:

(...) o dizível num certo campo é o resultado daquilo a que poderíamos chamar uma posição em forma: falar é pôr em formas. (...) o discurso deve as suas propriedades mais específicas, as suas propriedades de forma, e não apenas o seu conteúdo, as condições sociais da sua produção, quer dizer às condições que determinam o que há a dizer e às condições que determinam o campo de recepção no qual essa coisa a dizer será ouvida (BOURDIEU, 2003, p. 145-146).

Tais limitações acontecem porque, segundo o próprio Bourdieu, a vida política

pode ser comparada a um fenômeno de mercado, onde os detentores do monopólio da produção de discursos ditos políticos os produzem e oferecem a grupos mais ou menos já dotados de um gosto político e cultural – um *habitus*. Ainda conforme o autor, é preciso não perder de vista que esses discursos são selecionados, aceitos ou rejeitados em função de uma espécie de demanda. Sendo assim, o campo político é onde acontece, na concorrência entre seus diversos agentes, a disputa que gera “produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher (...)” (BOURDIEU, 1989, p. 164).

Como vimos, a escolha, o aceite ou a rejeição de ideias por parte dos setores da sociedade levam bastante em conta seu mensageiro – o porta-voz. Em teoria, o porta-voz fala aquilo que o grupo entende como sendo sua linha de pensamento, embora na realidade este grupo esteja acolhendo ideias de terceiros passivamente. Desta forma, passamos a expor as principais ideias divulgadas nos “editoriais” escolhidos para compor nossa amostragem, não no intuito de analisar em detalhes seu conteúdo em si. A intenção é tentar compreender em que medida a presença de ideias-força nesta seção dos jornais demonstra ou não que Paula Castro foi, em algum momento, porta-voz dos partidos políticos que concediam a palavra aos seus jornais. Sendo assim, é necessário atentar-nos também para o reconhecimento ou não de Paula Castro enquanto parte do público e de outros agentes do meio do qual fazia parte e de seu universo relacional.

#### 4.2 Os primeiros jornais e o Partido Progressista

Nesta primeira fase, única em que Paula Castro esteve ligado aos liberais (mais precisamente, à ala liberal do Partido Progressista), as ideias mais notáveis em seus periódicos foram aquelas do partido que os jornais desejavam representar. Para tanto, o programa e os princípios liberais se fizeram fortemente presentes. O “editorial” de estreia de Paula Castro na imprensa apresentava o programa do jornal casado com o ideal liberal da época. As reformas propostas pelos liberais eram, segundo o texto, reclamadas pelo povo<sup>298</sup> e, nesta primeira edição, identificamos uma discussão sobre soberania, que se configura a clássica defesa da liberdade individual e a condenação da absorção do indivíduo pelo Estado. Dizia o *Diario* que era partidário do “progresso

---

<sup>298</sup> Diario de Minas. In: *Diario de Minas*, nº 1, ano I, p.1-2. Ouro Preto, 01 de junho de 1866.

pacífico” e que defenderia “constantemente a iniciativa, a independência, os direitos e prerrogativas individuais contra as invasões do poder público”<sup>299</sup>.

Ainda no que tange à liberdade, no “editorial” da edição 25 deste mesmo jornal vemos a defesa do casamento civil, isto é, fora do âmbito religioso, para possibilitar aos imigrantes que professavam outra fé constituírem família no Brasil. O jornal ponderava que não tinha qualquer intenção de atacar o catolicismo, mas, sim, de defender os direitos individuais<sup>300</sup>.

No início de 1867, às vésperas das eleições, o jornal chamava os eleitores a não se abster de seu voto. Conforme pontuava o *Diario*, “o voto é o rescripto da soberania popular, e não um convenio de interesses pessoaes”<sup>301</sup>, e eleger representantes do Partido Liberal significava “manter a integridade do império, vongar a honra da pátria atrozmente ultrajada pelo bárbaro chefe de uma nação vizinha, promover por todos os meios possíveis o progresso moral e material do paiz a fim de ressarcir os graves danos, que sofre e tem de sofrer com a lucta actual”<sup>302</sup>. O referido texto argumentava, ainda, que a consciência que o povo brasileiro tinha de si naquela época era consequência do amplo desenvolvimento das instituições liberais no país<sup>303</sup>.

Já o *Liberal de Minas*, em sua primeira edição, limitou-se a apresentar a si mesmo enquanto “continuador do *Diario de Minas*, que, por espaço de quase dois anos, mereçô a mais inequívoca aceitação da província, o *Liberal de Minas* sustentará sempre os mesmos princípios, e combaterá sem desfalecimento em prol da mesma causa”<sup>304</sup>. Ressaltando que a liberdade era a única salvação para o Império, o “editorial” trás sua definição para o termo:

(...) a humanidade em sua imensa peregrinação também possui a sua coluna de fogo que a ilumina, como os Hebreus out’rora no deserto. Essa coluna de fogo, escusado é dizel-o, é a liberdade. (...) Não é, pois, de admirar que a liberdade – o supremo bem – tenha custado tantas dores, tantas torturas à humanidade” “é ella [a liberdade] quem limitando a intervenção do poder ao circulo da seção absolutamente indispensável a vida social, eleva o homem, e reveste-o de toda a dignidade a que lhe dá direito a sua inteligência. A ella prendem-se na sociedade os mais elevados interesses políticos, e, com eles, os interesses materiais.

<sup>299</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 1, ano I, p.1-2. Ouro Preto, 01 de junho de 1866.

<sup>300</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 25, ano I, p. 2-3. Ouro Preto, 29 de junho de 1866.

<sup>301</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 176, ano I, p. 1. Ouro Preto, 02 de fevereiro de 1867.

<sup>302</sup> *Idem*.

<sup>303</sup> *Idem*.

<sup>304</sup> *Liberal de Minas*. In: *Liberal de Minas*, nº 1, ano I, p. 1. Ouro Preto, 02 de abril de 1868.

Mas, para além de divulgar ideias básicas dos grupos políticos que representavam, os jornais de Paula Castro também se dedicaram a falar sobre a situação em que os liberais se encontravam nas fileiras do Partido Progressista. Em 1866, o *Diario de Minas* dizia ver “seriamente comprometido o triumpho definitivo da ideia liberal pela desunião d’aqueles que mais a tinham servido”<sup>305</sup>. Tratava-se de uma resposta às críticas de membros do Partido Progressista que traziam à tona o comportamento dos liberais durante a Regência. Aqui, a principal mensagem que o “editorial” queria passar a seu público era a de que os liberais, filiados agora ao Partido Progressista, agiam de maneira coerente, calma e, principalmente, sem qualquer tipo de violência<sup>306</sup>. Assim, o texto já indicava os conflitos internos que levaram à cisão do Partido Progressista, em 1868.

Tal conflito volta a aparecer nas páginas do *Diario*, em janeiro de 1868. O texto fala sobre um desentendimento entre Cristiano Ottoni<sup>307</sup> e Ernesto Costa<sup>308</sup>, o qual teria feito um discurso demonstrando seu desejo de conciliação entre liberais históricos e liberais que apoiavam a situação, ligados ao Partido Progressista<sup>309</sup>. O “editorial” não menciona o posicionamento de Ottoni acerca da questão, mas sai em defesa de Ernesto e de outros nomes liberais ligados ao Partido Progressista.

A questão volta novamente, um mês depois, aos “editoriais” do *Diario*. O jornal recebeu críticas de Cristiano Ottoni e o rebateu em tom sarcástico. Dizia a edição 426 que Ottoni afirmava ser amigo de Ernesto na imprensa, mas, em cartas particulares, às quais o jornal teve acesso, insultava-o. Neste sentido, perguntava o *Diario*: “que nobreza é essa de caracter, que por conveniência elogia e confessa-se amigo de um individuo, e nas cartas particulares, atassalha a mesma reputação que elevou em

<sup>305</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 53, ano I, p. 1. Ouro Preto, 01 de agosto de 1866.

<sup>306</sup> *Idem*.

<sup>307</sup> Cristiano Benedito Ottoni foi militar da marinha e professor. Foi responsável por obras relacionadas a Estrada de Ferro Pedro II na década de 1850. Foi também deputado pelo Partido Liberal por Minas Gerais de 1861 a 1870. Em 1870 participou da produção do Manifesto Republicano. Também foi senador pela província do Espírito Santo de 1879 a 1889. Fez parte do Conselho do Imperador. Publicou dezenas de obras. (PINHEIRO, Luciana. *OTONI, Cristiano Benedito*. Verbete. In: ABREU, Alzira Alves (org). **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Rio de Janeiro, FGV, 2013. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OTONI,%20Cristiano%20Benedito.pdf>. Acesso em: 26 mar.2021).

<sup>308</sup> Antônio Ernesto da Costa foi deputado geral por Minas de 1864 a 1868 (VEIGA, José Pedro Xavier. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Ano I. Imprensa Oficial de Minas-Geraes. Ouro Preto, 1896). Posteriormente, exerceu funções públicas em diversas cidades da província na década de 1870, conforme demonstra várias edições da *Actualidade*. Era membro do Partido Liberal em Minas Gerais, conforme demonstra o *Diario de Minas* (Diario de Minas. In: *Diario de Minas*, nº 406, ano II, p. 1. Ouro Preto, 22 de janeiro de 1868).

<sup>309</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 402, ano II, p. 1. Ouro Preto, 17 de janeiro de 1868.

publico?”<sup>310</sup>.

Debates como este eram comuns nos jornais de Paula Castro. A defesa de uns e a condenação de outros era uma característica bem marcante da imprensa daquela época e, no periódico em questão, não era menos acirrada. Contudo, não era essa a imagem que a própria imprensa queria passar de si, como é possível ver tanto no *Diario* quanto no *Liberal*. O primeiro número do *Diario de Minas* defendia que a imprensa devia ser livre e independente. Dentre os papéis da mencionada instituição para o jornal, estava o de dar voz às opiniões individuais, debatê-las até que sua “nocividade” ou “utilidade” fossem reconhecidas. Em uma “sociedade ilustrada”, a imprensa era o órgão responsável por tornar pública a opinião particular<sup>311</sup>. Assim, dizia o jornal:

É pela imprensa, mas pela imprensa livre e independente, que se oferecem e se discutem todas as ideias e opiniões individuais, e quando uma destas ideias, combatida e defendida por interesses opostos, é finalmente reconhecida útil e aceita pela maioria da nação, ella tem recebido a sanção do paiz, entra na opinião pública, e por meio desta regularmente constituída no parlamento realiza-se na lei. É assim que a vontade da nação se faz lei, é assim que o povo governa-se por si mesmo, e como se ve, é a imprensa livre condição indispensável para o exercício da soberania<sup>312</sup>.

O *Diario de Minas* colocava, ainda como responsabilidade da imprensa, a fiscalização da execução correta das leis e das ações dos políticos, apontando erros, censurando abusos e elogiando-a quando fosse pertinente (ou conveniente)<sup>313</sup>. No entanto, conforme o próprio jornal aponta, a imprensa só consegue exercer esse papel de fato quando de dentro de um contexto considerado ideal para a posição política apresentada pelo periódico - contexto esse que não se fazia presente ainda, uma vez que Minas Gerais não acompanhava o “progresso” e as “novas ideias políticas” que, nas palavras do jornal, seriam divulgadas pelo próprio<sup>314</sup>.

O *Liberal de Minas* não se diferenciou muito de seu antecessor quanto ao tema. Para ambos os jornais, a imprensa era condição indispensável para que o povo exercesse sua soberania através da liberdade (em oposição à tirania). Como vimos acima, o *Diario* detalhou mais a importância e as ações da imprensa dentro de um contexto político ideal. Já o *Liberal* parece entender que o contexto ideal é real naquele momento e,

<sup>310</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 426, ano II, p. 1. Ouro Preto, 22 de fevereiro de 1868.

<sup>311</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 1, ano I, p.1-2. Ouro Preto, 01 de junho de 1866.

<sup>312</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>313</sup> *Idem*.

<sup>314</sup> *Idem*.

pontuando que Minas hasteia a bandeira da liberdade e que os membros mineiros do Partido Liberal exercem grande influência no partido em nível nacional<sup>315</sup>, o jornal chega à conclusão de que as questões políticas têm se resolvido por meio do debate “elevado”, graças, é claro, ao triunfo das ideias liberais<sup>316</sup>. Dessa maneira, sendo essa uma característica do “século das discussões iluminadas”, o jornal delega à imprensa o papel de principal agente dessa característica do século XIX, como visto em: “todo aquelle que tiver medo dos jornaes e não conceber o papel que representam na civilização moderna, esse, qualquer que seja seu espirito, não ama a liberdade, ou, o que vem a dar na mesma, não a comprehende”<sup>317</sup>.

Questões e preocupações com a opinião pública, direitos individuais, soberania do povo e liberdade também foram aplicadas no discurso do *Diario de Minas* quanto à educação. Em sua 226ª edição, o jornal apontava em seu “editorial” que

(...) outrora, nos tempos em que predominava a doutrina, hoje caduca, do direito divino, quando todas as prerrogativas, todas as atribuições do poder publico achavão-se concentradas nas mãos de um só ou de poucos indivíduos, substituindo-se a nação e antepondo seos interesses particulares aos interesses comuns, podia-se sem perigo desprezar a educação do povo<sup>318</sup>.

No entanto, no século XIX, a compreensão da sociedade quanto à política achava-se diferente, nos dizeres no jornal, e por isso não havia mais espaço para tiranos que centralizavam todos os poderes em suas mãos<sup>319</sup>, como pode ser visto em: “(...) hoje a séde do poder publico deslocou-se: o que era monopólio de alguns, tornou-se patrimônio de todos. (...) as nossas instituições são livres; o systema de governo que adoptamos, tem por base o suffragio quasi universal”<sup>320</sup>.

A partir destes argumentos, o *Diario* diz que a falta de acesso da população pobre a escolas públicas é parte da responsabilidade dos “defeitos” dos partidos do império e suas ações, uma vez que a falta de educação formal faz com que a sociedade não saiba votar, trazendo à tona um “triste silencio da opinião pública”<sup>321</sup>. Desta forma, o periódico associou a educação formal ao exercício da opinião pública, a qual

<sup>315</sup> Liberal de Minas. In: *Liberal de Minas*, nº 1, ano I, p. 1. Ouro Preto, 02 de abril de 1868.

<sup>316</sup> *Idem*,

<sup>317</sup> Liberal de Minas. In: *Liberal de Minas*, nº 1, ano I, p. 1. Ouro Preto, 02 de abril de 1868.

<sup>318</sup> Diario de Minas. In: *Diario de Minas*, nº 226, ano I, p. 1. Ouro Preto, 04 de maio de 1867.

<sup>319</sup> *Idem*.

<sup>320</sup> *Idem*.

<sup>321</sup> *Idem*.

possibilitaria a soberania do povo na direção dos negócios do país.

Outro tema que preocupou o *Diario de Minas* logo em suas primeiras edições foi a “colonização”. O jornal defendeu, em seu “editorial”, a vinda de imigrantes estadunidenses para o Brasil, dizendo que “nenhuma outra imigração pode nos ser tão vantajosa como esta”<sup>322</sup>. Segundo o periódico, imigrantes oriundos dos Estados Unidos poderiam ensinar aos brasileiros técnicas de agricultura e indústria. Dessa forma, “(...) os americanos nos trarão os conhecimentos industriaes que não temos, e os capitães que nos faltão”<sup>323</sup>, dizia o jornal, que julgava necessário acabar com entraves burocráticos, como a questão do casamento civil<sup>324</sup>, para atrair “colonos”.

A Guerra do Paraguay foi outra pauta muito importante nessa primeira fase da carreira de Paula Castro. Segundo o *Diario de Minas*, suas próprias publicações demonstravam que os mineiros entendiam a gravidade da situação enfrentada pelo Brasil, e que correspondiam “ao patriótico appello da opinião publica e do governo”<sup>325</sup>. Na ocasião, o *Diario* assumiu o papel de auxiliar no recrutamento de soldados através de seus “editoriais”, que buscavam convencer o público leitor da importância do ato. Para isso, transcreveu textos e discursos proferidos por autoridades em vários pontos da província, nos quais há um esforço pelo recrutamento sempre associado à ideia de patriotismo<sup>326</sup>.

O tema se tornou objeto de debates no *Diario* entre os partidos do império quando um correspondente do *Jornal do Commercio*, que exercia sua função em Ouro Preto, hostilizou os liberais e sua posição quanto à Guerra<sup>327</sup>. De acordo com o opositor, enquanto a situação trabalhava pelo recrutamento de soldados, sua real intenção era colocar em prática um método de tirar votos do Partido Conservador nas eleições que se aproximavam<sup>328</sup>. Em decorrência disso, o *Diario*, voltou a criticar o jornal conservador acusando-o de não ser patriota, redarguindo que a oposição espalhava boatos dizendo que o Partido Conservador, através da imprensa, “(...) assoalhava que todo o votante que não votasse na chapa progressista seria demitido, preso, recrutado, morto, enforcado, enviado com corrente de presente a Lopez, e outras muitas ameaças, etc.”<sup>329</sup>.

<sup>322</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 25, ano I, p. 2. Ouro Preto, 29 de junho de 1866.

<sup>323</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>324</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 25, ano I, p. 2. Ouro Preto, 29 de junho de 1866.

<sup>325</sup> Manifestações populares. In: *Diario de Minas*, nº 123, ano I, p. 1. Ouro Preto, 17 de novembro de 1866.

<sup>326</sup> *Idem*.

<sup>327</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 200, ano I, p. 1. Ouro Preto, 27 de março de 1867.

<sup>328</sup> *Idem*.

<sup>329</sup> *Idem*.

Em 1867, o *Diario de Minas* se mostrava mais céptico quanto à Guerra. Trouxe uma série de notícias pontuais sobre os últimos acontecimentos do conflito e transcreveu um artigo do *Diario do Rio* sobre a pauta. O texto tratava de uma operação do exército brasileiro que seria decisiva, mas que poderia ter resultados frustrantes e, por isso, os “brasileiros patriotas” não deviam fantasiar derrotas nem tomar a derrota como certa<sup>330</sup>. Pouco tempo depois, um “editorial” do *Diario* voltava a trazer notícias pontuais, extraídas de diversas fontes, porém, sem fazer considerações sobre as mesmas<sup>331</sup>.

Com pautas como as exemplificadas acima, o *Diario de Minas* e o *Liberal de Minas* cumpriam um de seus principais objetivos, qual seja, o de levar as demandas e demonstrar as ideias da ala liberal do Partido Progressista, ao menos a nível local, a seu público. As temáticas discutidas coadunam-se com as principais ideias liberais daquele momento, que giravam em torno da defesa da descentralização do poder e da diminuição das atribuições do Poder Moderador (CARVALHO, 2003). É válido notar, ainda, que com a criação do Partido Liberal, o termo “liberal” deixava de ser compreendido como antônimo de “absolutista” e se tornava semelhante a “progressista” – ou seja, contrário a “conservador” (LYNCH, 2014).

Nesta primeira fase, os jornais de Paula Castro traziam, em seus “editoriais”, textos grandes, com debates mais amplos. As ideias mais gerais do liberalismo em nível nacional, como a descentralização, ocuparam grande parte da seção nas edições que selecionamos para análise. Os textos também demonstravam simpatia pela soberania popular e pela liberdade, embora se encontrassem em uma sociedade marcada pela escravidão e pela exclusão da participação política de grande parte da população. Outrossim, temas pertinentes do recorte temporal desta fase, como a Guerra do Paraguai, foram tratados com afinco e politizados. Além do mais, o apoio à Guerra foi associado ao patriotismo dos mineiros e dos brasileiros.

As ideias-força presentes nestes “editoriais” demonstram que Paula Castro lançava-se de cabeça na nova profissão. Certamente, o empresário tinha consciência de que seu universo relacional o permitia fazer isso. Embora sofresse muitas críticas, as quais, na maioria das vezes, o enquadravam como alguém que, defendendo tais ideias, visava apenas ao seu bem estar econômico, Paula Castro contava com o apoio de nomes importantes do executivo mineiro, como Saldanha Marinho e Affonso Celso.

---

<sup>330</sup> Teatro da Guerra. In: *Diario de Minas*, nº 301, ano I, p. 1. Ouro Preto, 27 de agosto de 1867.

<sup>331</sup> Diario de Minas. In: *Diario de Minas*, nº 326, ano I, p. 1. Ouro Preto, 02 de outubro de 1867.

### 4.3 A “fase de ouro” e o Partido Conservador

A partir de 1868, com a subida dos conservadores ao poder, Paula Castro alinhou ideologicamente seus periódicos ao Partido Conservador. Nessa ocasião, nos dez anos de dominação conservadora, ele conheceu a fase mais frutífera de sua carreira. Seus jornais duraram longos períodos, e em 1873 ele conseguiu melhorar os equipamentos de sua tipografia. Semelhantemente à fase anterior, os “editoriais” dos jornais de Paula Castro continuaram com as mesmas funções: levar à população as ideias do grupo político que o financiava, defender a honra e a moral de seus aliados e detratar seus adversários. No entanto, quem era aliado antes, agora se tornava inimigo.

Segundo Lynch, o surgimento do Partido Conservador tinha por propósito podar os excessos provocados pelas reformas liberais no tempo das regências e restaurar a “configuração institucional monarquiana de 1824” (LYNCH, 2014, p. 153). De acordo com o autor, os fundadores do Partido consideravam que para o progresso era necessário ordem e, para isso, era preciso retornar às características do Primeiro Reinado. Dessa forma, “o conservadorismo brasileiro absorveu o discurso monarquiano precedente, criando um governo parlamentar pautado pela tutela da Coroa” (*Idem*).

Os princípios básicos do Partido Conservador eram demonstrados nas páginas de Paula Castro. O primeiro “editorial” desta fase, presente no *Noticiador de Minas*, foi bem tímido, tecendo afirmações como:

Conhecida de todo o paiz a mudança politica que se operou com a ascensão do gabinete de 16 de julho, presidido pelo distincto estadista e mais qualificado chefe do partido conservador, conhecida também a missão do *Noticiador de Minas* como órgão dessa politica; será também sua missão publicar os actos officiaes <sup>332</sup>.

O texto considerava que o chefe do gabinete era, por si só, um programa político, simbolizando a economia dos dinheiros públicos, a moralidade, justiça e respeito aos direitos e leis<sup>333</sup>.

Todavia, não demorou muito para o *Noticiador de Minas* se permitir falar mais. Em sua 24ª edição, afirmou que os funcionários de confiança do governo provincial deveriam, sim, estar coadunados com os valores políticos do governo, justificando a então demissão de vários deles e a admissão de outros, o que tinha acontecido há

<sup>332</sup> O nosso programma. In: *Noticiador de Minas*, nº 01, ano I, p. 1. 19 de agosto de 1868.

<sup>333</sup> *Idem*.

pouco<sup>334</sup>.

Em 1870, o *Noticiador* julgou necessário tratar sobre a ascensão dos conservadores ocorrida há dois anos antes. Segundo o jornal, os mineiros comemoravam o fato de que o Partido Conservador vinha caminhando no sentido almejado pela nação<sup>335</sup>. O jornal abordava ainda sobre reformas que se mostram necessárias de acordo com a linha de pensamento conservadora, e colocava a indústria como principal fonte de riqueza do país<sup>336</sup>. Desta forma, o *Noticiador* demonstrava que o Estado deveria direcionar esforços à indústria, atuando, por exemplo, na construção da linha férrea D. Pedro II<sup>337</sup>. Segundo o referido periódico, pequenas diferenças estragavam a boa política, e por isso os deputados provinciais as colocavam de lado em prol do bem maior da província, conforme foi neste caso<sup>338</sup>.

Em 1874, o *Diario de Minas*, agora em sua nova versão, falava sobre dissidentes do Partido Conservador que tentaram derrubar o gabinete conservador formado em 07 de março de 1871<sup>339</sup>. Os dissidentes acreditavam que o gabinete 07 de março não respeitava os princípios do Partido Conservador<sup>340</sup>. A questão teria acontecido por causa de reformas propostas pelo gabinete, e o *Diario*, lamentando “o desvio desses talentos tão ilustres”, trouxe à tona o que julgava ser os principais ideais conservadores: conservar as autoridades consolidadas e guardar as instituições<sup>341</sup> para justificar tais reformas e defender os líderes do partido. Dizia o periódico:

É pois claro que em tal forma de governo só dous partidos devem existir. Um que busca alargar indefinidamente a liberdade (...) restringindo a acção da autoridade, e outro que resiste a essa tendencia muitas vezes perigosa, e outras tantas damnosa ao povo e ao mundo inteiro (...). Mas quando essa resistência se torna dura, emperrada ou inconciliável, perde sua qualidade benéfica, aquella que modera os excessos, e então, longe de conservar e guardar as instituições, torna-se retrograda, insofrível e tirânica<sup>342</sup>.

Para além de programas e princípios fundamentais do Partido Conservador, os jornais de Paula Castro, nesta fase, tocaram em uma grande variedade de assuntos de

<sup>334</sup> Noticiador de Minas. In: *Noticiador de Minas*, nº 24, ano I, p. 1. Ouro Preto, 17 de outubro de 1868.

<sup>335</sup> Noticiador de Minas. In: *Noticiador de Minas*, nº 227, ano III, p. 1. Ouro Preto, 28 de agosto de 1870.

<sup>336</sup> *Idem*.

<sup>337</sup> Noticiador de Minas. In: *Noticiador de Minas*, nº 227, ano III, p. 1. Ouro Preto, 28 de agosto de 1870.

<sup>338</sup> *Idem*.

<sup>339</sup> Diario de Minas. In: *Diario de Minas*, nº 268, ano II, p. 1. 09 de junho de 1874.

<sup>340</sup> *Idem*.

<sup>341</sup> *Idem*.

<sup>342</sup> *Idem*.

interesse do partido, conforme foi possível perceber em nossa análise da amostragem representativa. As instituições monárquicas, por exemplo, foram objeto de forma direta dos “editoriais” em cinco momentos. A primeira edição do *Noticiador* já dizia que um governo que se prezasse não poderia deixar que “perturbadores do sossego público” atentassem contra as instituições do país.

Em 1869 o *Noticiador* dizia que, embora o despotismo tivesse “se enroscado” nas instituições do Império algum tempo antes de 1868, “o partido conservador está dominando a anarchia, está sustentando as instituições do império, e fortalecendo o principio da paz e da concordia, pelo qual já tem muitas vezes derramado seu sangue no campo de batalha”<sup>343</sup>.

Dois anos depois, o *Noticiador* veio defender a monarquia em detrimento da república. Para isso, mencionou um discurso proferido por um dos atuais representantes do 1º distrito da província, mas não revelou o seu nome. Falando sobre a instauração de regimes republicanos na América Latina, tal discurso sustentava que “(...) no seio dessas comoções e desordens, conquistas e jugos, o Brasil ostentava garbosamente nos olhos do mundo, a estabilidade de suas leis, a sua politica generosa e grande”<sup>344</sup>. Após a transcrição da fala do representante, o *Noticiador* coloca:

Todos aquellos que examinarão ocularmente as instituições platinas sofrerão a mais amarga decepção. Allí não há garantia de liberdade, de propriedade e de segurança individual. A sorte das populações esta a mercê de um Lopes Jordan, ou da anarchia, que muitas vezes reina nas altas regiões do poder. (...) Há lá mesmo nas margens do Prata patriotas siceros, que confessão a superioridade do systema monarchico representativo sobre o governo republicano, e que invejão e temem o progresso grandioso de nossas instituições<sup>345</sup>.

No entanto, passado algum tempo, e já tendo mudado o nome do jornal, o então *Diario de Minas* passou a reconhecer imperfeições dentro do anteriormente aclamado sistema monárquico representativo. Este reconhecimento vem antecede e prepara um discurso sobre a proposta de reforma eleitoral por parte de deputados da Assembleia geral do Império. Diz o “editorial” do *Diario* que as eleições, tal como se davam naquele momento, não exprimiam a vontade da maioria, uma vez que existia grande intervenção de governos e autoridades locais, os quais impunham sua vontade e

---

<sup>343</sup> *Noticiador de Minas*. In: *Noticiador de Minas*, nº 74, ano II, p. 1. Ouro Preto, 19 de fevereiro de 1869.

<sup>344</sup> Monarchia e República. In: *Noticiador de Minas*, nº 274, ano IV, p. 1. Ouro Preto, 09 de fevereiro de 1871.

<sup>345</sup> *Idem*.

substituíam a verdadeira maioria da nação<sup>346</sup>. Tal influência do governo no processo eleitoral reduzia as eleições em “tristes comédias”<sup>347</sup>, conforme apontava.

Existiam, entretanto, divergências sobre o que deveria ser feito. Parte dos deputados acreditava que pequenas alterações na legislação resolveriam o caso, enquanto outros defendiam que era preciso colocar em prática eleições diretas e censitárias<sup>348</sup>. O *Diario de Minas*, então, se declarou a favor das eleições diretas, pois pequenas alterações não seriam capazes de coibir o poder que autoridades locais possuíam. “Como há de o cidadão pobre, e que as mais das vezes nem ler sabe, expor-se aos rancores e perseguições das autoridades locais, para resguardar a independência do seu voto?”<sup>349</sup>, questionava o *Diario*.

Já em 1874, o *Diario de Minas* chamou a atenção para as atribuições de cada um dos poderes em Minas Gerais. Conforme o jornal, em algumas províncias o poder legislativo assumia responsabilidades do executivo na divisão dos recursos públicos<sup>350</sup>. Em seguida, o “editorial” analisou vários atos do executivo e legislativo mineiro, concluindo: “o governo que se contenha, como até aqui, na altura de sua missão e responsabilidade, a assemblea que proceda convenientemente, com o contamos que o fará; e o resultado será a felicidade da província”<sup>351</sup>.

As leis e o sistema judiciário também foram alvo dos jornais de Paula Castro nesta fase. Segundo o “editorial” da 235ª edição do *Noticiador de Minas*, as leis existiam para suprir a imperfeição e os excessos apaixonados dos homens<sup>352</sup>. Dizia que não só no Brasil, mas em vários países com sistemas de governo representativos (que pressupõem justiça organizada), existiam “homens da lei” que se deixavam inspirar pelo ódio partidário em suas decisões<sup>353</sup>. E, por isso, acrescentava o jornal que um juiz não podia ter afiliações partidárias:

(...) a lei, em tudo providente, deve colocar o poder em posição tal que torne impossível o emprego de meio tão eficaz quanto abominável. Ora, o paiz que quiser impedir que em seu seio surja de repente estado de cousas tão desastroso, deve não esquecer-se em sua organização

<sup>346</sup> Reforma eleitoral. In: *Diario de Minas*, nº 19, ano I, p. 1. Ouro Preto, 22 de fevereiro de 1873.

<sup>347</sup> *Idem*.

<sup>348</sup> *Idem*.

<sup>349</sup> Reforma eleitoral. In: *Diario de Minas*, nº 19, ano I, p. 1. Ouro Preto, 22 de fevereiro de 1873.

<sup>350</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 286, ano II, p. 1. Ouro Preto, 11 de julho de 1874.

<sup>351</sup> *Idem*.

<sup>352</sup> *Noticiador de Minas*. In: *Noticiador de Minas*, nº 235, ano III, p. 1. Ouro Preto, 20 de novembro de 1870.

<sup>353</sup> *Idem*.

judiciaria, de tornar os magistrados imcompatíveis com a política<sup>354</sup>.

Um “juiz-político” (um juiz que tenha ligações efetivas com a política) era suspeito para os adversários e frouxo para com os amigos, sentenciava o *Noticiador*. Desta forma, para que os interesses políticos não se sobressaíssem, era necessário tornar justiça e política incompatíveis<sup>355</sup>.

A temática volta a aparecer no *Diario de Minas*. Dizia o “editorial” da 75ª edição que a organização judiciária era uma necessidade das nações civilizadas, e para que fosse colocada em prática, os juízes não poderiam, de forma alguma, terem vícios<sup>356</sup>. No entanto, desta vez, o assunto assume outra perspectiva. Segundo o *Diario*, a justiça deveria estar ao alcance de todos, mas não estava<sup>357</sup>. A falta de tribunais em diversos lugares do país dificultava o acesso ao sistema judiciário e, por isso, a população ouro-pretana acompanhava avidamente o projeto que previa a criação de mais tribunais, dos quais um seria na capital mineira<sup>358</sup>. Então, as instituições imperiais voltaram a ser creditadas nas páginas de Paula Castro: “O projecto que crêa as novas relações, já deve estar no senado. Seria duvidar do patriotismo e ilustração da câmara vitalícia supor que ele encontre embaraços em sua passagem”<sup>359</sup>.

Outro tema abordado nesta segunda fase dos periódicos de Paula Castro é o ensino. A 15ª edição da segunda versão do *Diario de Minas* apresenta que o ensino público era uma questão social, política e econômica. Social, porque a criminalidade estava associada à ignorância; política, pois o povo bem instruído não aceitaria passivamente o papel de “besta de carga” e seria o senhor absoluto de seu destino (e este era o único ponto em que o discurso quanto à educação se assemelhava àquele presente na primeira fase); e econômica, já que o trabalho seria mais produtivo se o operário fosse inteligente<sup>360</sup>. Segundo o editorial, “Paiz novo, de prodigiosa riqueza em todos os reinos da natureza, o Brasil só espera para preencher os altos destinos que lhe estão reservados, um povo laborioso e inteligente que saiba aproveitar e desenvolver os imensos recursos naturaes desta terra privilegiada”<sup>361</sup>.

---

<sup>354</sup> Noticiador de Minas. In: *Noticiador de Minas*, nº 235, ano III, p. 1. Ouro Preto, 20 de novembro de 1870.

<sup>355</sup> *Idem*.

<sup>356</sup> As novas relações. In: *Diario de Minas*, nº 75, ano I, p. 1. Ouro Preto, 19 de maio de 1873.

<sup>357</sup> *Idem*.

<sup>358</sup> *Idem*.

<sup>359</sup> *Idem*.

<sup>360</sup> Ensino público. In: *Diario de Minas*, nº 15, ano I, p. 1. Ouro Preto, 18 de fevereiro de 1873.

<sup>361</sup> *Idem*.

Apesar de apontar aspectos políticos e sociais, a questão econômica atrelada ao ensino predominou no texto. Não havia como desenvolver a indústria se o povo não soubesse ao menos ler<sup>362</sup>, segundo o periódico. No mesmo texto, o jornal ainda argumenta:

A substituição do trabalho escravo pelo livre é sem contestação o mais grave problema que a geração actual tem de resolver. Estanque a fonte que alimentava a escravatura, hão de necessariamente escassear e afinal extinguir-se os braços que ainda hoje se empregão nos trabalhos difíceis das grandes propriedades. Ora, em todos os paizes adiantados são as machinas aperfeiçoadas pela indústria moderna que substituem e suprem n'aqueles trabalhos o braço do homem<sup>363</sup>.

O texto segue dizendo que o esforço do país em trazer imigrantes para substituir a mão-de-obra escrava era digno de elogios. Entretanto, “(...) não devem ser esquecidos os outros meios que a experiencia aconselha para tornar suave e natural a perigosa transição do trabalho escravo para o trabalho livre”<sup>364</sup>, sendo estes “outros meios” o ensino de técnicas de cultivo envolvendo novas tecnologias para a época<sup>365</sup>. O texto não menciona que esse ensino voltado para o trabalho deva ser empregado na qualificação dos escravos que se tornariam livres. Pelo contrário, dá a entender que esse ensino deve ser voltado aos imigrantes, uma vez que a transição da escravidão para o trabalho livre era um “grave problema”<sup>366</sup>, e que a “colonização” se apresenta enquanto solução<sup>367</sup>.

Contudo, o ensino passou a ter um enfoque diferente alguns meses depois. Dizia o *Diario de Minas*, mais ao fim de 1873, que “entre nós tudo abandona-se á administração publica, ao seu aceno move-se a escola e o mestre, sem o apoio da opinião, que não vê ali a geração nova depositaria das crenças e princípios que hão de vigorar no futuro”<sup>368</sup>. Desta forma, o jornal julgava necessário, naquela oportunidade, a associação entre a iniciativa pública e a particular para o desenvolvimento da instrução escolar. A responsabilidade não devia ser apenas do governo, pontuava o periódico conservador.

Algum tempo depois, o ensino voltou a ser focado em sua relação com a

<sup>362</sup> Ensino público. In: *Diario de Minas*, nº 15, ano I, p. 1. Ouro Preto, 18 de fevereiro de 1873.

<sup>363</sup> Ensino público. In: *Diario de Minas*, nº 15, ano I, p. 1. Ouro Preto, 18 de fevereiro de 1873.

<sup>364</sup> *Idem*.

<sup>365</sup> *Idem*.

<sup>366</sup> *Idem*.

<sup>367</sup> *Idem*. Essa ideia foi constatada em outros “editoriais” ao longo de todas as fases da carreira de Paula Castro na imprensa.

<sup>368</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 124, ano I, p. 1. Ouro Preto, 13 de setembro de 1873.

economia. Argumentava o *Diario* que as finanças de um país estavam diretamente ligadas ao conhecimento formal de seu povo, e, por isso, a situação da província de Minas não era tão animadora<sup>369</sup>. Segundo o jornal, dois terços dos mineiros não sabiam ler e nem fizeram o ensino primário naquele momento e apenas 25% da população teve algum contato, por mais que diminuto, com as ciências e as artes<sup>370</sup>.

Em 1874, o *Diario de Minas* voltou a dizer que era necessária a associação entre as esferas públicas e privadas para que o ensino fosse bem sucedido em Minas Gerais. Segundo o jornal, a província contava com professores muito bem treinados pelas escolas preparatórias. Mas faltavam estabelecimentos de ensino, em especial para atender os mais pobres, já que o governo havia decretado ensino obrigatório<sup>371</sup>. Nessa seara, argumentava o periódico que:

Nos paizes regidos pelo systema representativo a instrucção é uma condição necessária de existência politica (...) interessando, portanto, ao estado, a religião, a sociedade e ao próprio individuo, não pode nem deve a instrucção popular ser objecto da competência somente dos poderes públicos. É uma questão de todos. Convem que a iniciativa particular secunde os esforços do governo (...) <sup>372</sup>.

No final daquele mesmo ano, o *Diario* voltava a dizer: “Para elevar a instrucção a esta perfeição, já o dissemos, os recursos da província não são suficientes. A iniciativa particular deve secundar os esforços dos poderes públicos”<sup>373</sup>. Este “editorial” seguiu argumentando que a província mineira mal conseguia pagar os professores e oferecer livros aos alunos. As aulas eram lecionadas, muitas vezes, nas casas dos próprios professores, como mencionado em: “Nestas casas acanhadas, quase todas mal asseadas, sem mobília clássica, pessimamente ventiladas e aluminadas, onde actualmente dão aula os nossos professores, não é possível uma educação regular”<sup>374</sup>. Portanto, a principal participação da iniciativa particular deveria ser, pois, na construção de prédios adequados para o funcionamento de escolas<sup>375</sup>.

A 124ª edição do *Diario* argumentava que, em tempos remotos, a Igreja monopolizava a educação e o Estado precisava agir para contrabalancear a influência do

---

<sup>369</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 225, ano II, p. 1. Ouro Preto, 21 de março de 1874.

<sup>370</sup> *Idem*.

<sup>371</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 360, ano II, p. 1. Ouro Preto, 21 de novembro de 1874.

<sup>372</sup> *Idem*.

<sup>373</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 391, ano II, p. 1. Ouro Preto, 30 de dezembro de 1874.

<sup>374</sup> *Idem*.

<sup>375</sup> *Idem*.

catolicismo nas questões ilustradas<sup>376</sup>. O jornal, embora demonstrasse que a educação guiada pela Igreja não era ideal<sup>377</sup>, usava o fato para demonstrar que a educação não deveria ser, por outro lado, monopolizada apenas pelo Estado, sugerindo a associação entre poderes públicos e iniciativa particular na questão.

Aspectos religiosos ainda foram tratados sob outra ótica no *Diario de Minas*. Logo em sua segunda edição, o “editorial” tratava da expulsão de membros da maçonaria das irmandades religiosas em Pernambuco. A expulsão teria se dado por ordem de um bispo jesuíta naquela capital, e excitou os ânimos dos populares, que recorreram à Assembleia Geral do Império<sup>378</sup>. O *Diario* condenava a atitude do bispo, dizendo que a questão suscitava ódios de seita que, juntamente com as dissensões políticas, dividiam a população<sup>379</sup>. O apelo dos populares, que se deu através de uma representação a qual o *Diario de Minas* transcreve, solicitava ao legislativo imperial que agisse para acabar com “desmandos” de clérigos jesuítas, expulsando-os da província pernambucana<sup>380</sup>.

A imprensa também foi tratada, nesta segunda fase, de forma semelhante à primeira. Estranhamente, o *Noticiador de Minas* não falou sobre este assunto nas edições que consultamos. Todavia, o *Diario de Minas*, na primeira edição de sua segunda versão (em 1873), trouxe um discurso quanto ao tema muito parecido com o de sua primeira versão (em 1866). Dizia o *Diario*, em 1873, que “grande e irresistível arma é a imprensa jornalística nestes tempos de discussões e luz! (...) na ordem política, especialmente, a influencia do jornal não conhece raias”<sup>381</sup>. Seguindo a mesmo raciocínio de 7 anos antes, o jornal dizia que a imprensa é imprescindível para a formação da opinião pública<sup>382</sup>, a qual também simbolizava o termômetro de civilização de um povo e, por isso, precisa ser manejada com prudência e consciência<sup>383</sup>. E era por causa destes aspectos que,

(...) reconhecendo os grandes inconvenientes e perigos de uma imprensa apaixonada e odienta, o *Diario de Minas* compromete-se a seguir outras verêdas. Discussão calma e elevada de todas as graves questões políticas, que se agitação presentemente no paiz, e as quaes nenhum bom

<sup>376</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 124, ano I, p. 1. Ouro Preto, 13 de setembro de 1873.

<sup>377</sup> *Idem*.

<sup>378</sup> Jesuitismo. In: *Diario de Minas*, nº 2, ano I, p. 1. Ouro Preto, 03 de fevereiro de 1873.

<sup>379</sup> *Idem*.

<sup>380</sup> *Idem*.

<sup>381</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 1, ano I, p. 1. Ouro Preto, 01 de fevereiro de 1873.

<sup>382</sup> *Idem*.

<sup>383</sup> *Idem*.

cidadão pode ser indiferente; imparcialidade e rigorosa justiça na apreciação dos actos dos nossos homnens públicos; e acima de tudo, respeito sincero e profundo a verdade – tal será em politica o seu programma<sup>384</sup>.

Exatamente um ano depois, o “editorial” da então edição comemorativa do *Diario de Minas* voltou a falar sobre o assunto. Provavelmente, em resposta às críticas, o texto diz: “Talvez não tenhamos rigorosamente desempenhado a nossa promessa; mas isso não terá admirado aos que, conscios da fragilidade humana, sabem que nem tudo sahe á medida da vontade do homem”<sup>385</sup>. Com um tom de retratação geral, e não sobre um assunto específico, este “editorial” reconhecia que, no jornalismo, o escritor pode apreciar ou interpretar questões de forma equivocada<sup>386</sup>. Segundo o texto, isso é comum na imprensa, e desde que não seja por má fé, tais desvios poderiam ser perdoados<sup>387</sup>. Nesse âmbito, observamos que, ainda que os jornais de Paula Castro fossem, naquela fase, declaradamente ligados aos conservadores, a edição comemorativa dizia que os princípios do *Diario* não eram legenda de um ou outro partido, ressaltando que “liberdade de consciência, imparcialidade na distribuição da justiça, tolerância bem entendida e uma educação severa e solida, assentada nos dogmas santos da religião”<sup>388</sup>.

O mesmo “editorial” insistia que a imprensa devia ser “desapaixonada”: “Si é dever do homem politico ser moderado e justo com seos adversários, é também da imprensa ser moderada com os partidos e seos homens para poder preencher seos fins”<sup>389</sup>, dizia o periódico. Ainda assim, o texto finaliza-se com o seguinte trecho: “Somos amigos da situação; aplaudimos os grandes melhoramentos que tem produzido; entretanto nossa amizade não nos leva a dizer amem a todos os seos actos, nem tão pouco estamos contentes só com o que está feito”<sup>390</sup>.

De todos os temas tratados no *Noticiador de Minas* e no *Diario de Minas* nessa “fase de ouro”, “indústria” e “economia” foram os assuntos que mais vezes apareceram em nossa amostragem. O tema aparecia tanto de forma indireta, relacionado aos assuntos que tratamos acima (a edição 227 do *Noticiador*, por exemplo, dizia que a indústria era a principal fonte de riqueza do Brasil<sup>391</sup>), quanto de forma direta, como

<sup>384</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 1, ano I, p. 1. Ouro Preto, 01 de fevereiro de 1873.

<sup>385</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 198, ano II, p. 1. Ouro Preto, 01 de fevereiro de 1874.

<sup>386</sup> *Idem*.

<sup>387</sup> *Idem*.

<sup>388</sup> *Idem*.

<sup>389</sup> *Idem*.

<sup>390</sup> *Idem*.

<sup>391</sup> *Noticiador de Minas*. In: *Noticiador de Minas*, nº 227, ano III, p. 1. Ouro Preto, 28 de agosto de 1870.

demonstraremos a partir de agora.

Em 1872, o *Noticiador* comparava a riqueza da província de São Paulo com Minas Gerais. O periódico apontou que a província mineira possuía recursos materiais, rios navegáveis, clima variado, terras e matas melhores que São Paulo, mas ficava para trás nas exportações<sup>392</sup>. A causa, segundo o jornal, era a “inércia” dos mineiros, que deveria ser abandonada para que Minas pudesse seguir os passos da “província irmã”<sup>393</sup>.

A construção da estrada de ferro D. Pedro II também era mencionada dentro destes aspectos. Dizia o *Diario de Minas* em 1873 que, quando as locomotivas transitassem por Minas, despertariam os mineiros do “sono da indiferença”. A ferrovia seria, então, a “artéria do progresso e civilização” em Minas Gerais<sup>394</sup>. Poucos dias depois, outro “editorial” discute em detalhes os gastos com a construção da estrada de ferro: “Deos bem fade e proteja a essas patrióticas empresas, para que quanto antes possa a província em tempo próximo oferecer ao extenso mercado, a civilizada capital do império, a sua variada e rica produção”<sup>395</sup>.

O planejamento do trajeto da ferrovia também foi discutido no *Diario*. Segundo o jornal, o trajeto deveria incluir a capital Ouro Preto, mas o engenheiro responsável não planejava tal inclusão<sup>396</sup>. O *Diario de Minas* apelou, então, ao governo da província para que nomeasse uma comissão de engenheiros brasileiros para reavaliar o projeto e que desconsiderasse o parecer anterior<sup>397</sup>. A discussão voltou pouco tempo depois, pois o engenheiro responsável desconsiderou o apelo do *Diario* de passar a estrada por Ouro Preto. O jornal, então, optou por desqualificar os estudos do engenheiro, e afirmou novamente que era necessário aprofundá-los<sup>398</sup>. Dois anos depois, a mesma questão voltou à tona, quando o *Diario de Minas* falou sobre o discurso do mineiro Barão de Camargos no senado. O discurso tratava da construção da estrada de ferro D. Pedro II, e tinha a mesma opinião que o jornal: faltavam estudos aprofundados, fato que levou a

---

<sup>392</sup> A Província de S. Paulo. In: *Noticiador de Minas*, nº 493, ano V, p. 1. Ouro Preto, 05 de outubro de 1872.

<sup>393</sup> *Idem*.

<sup>394</sup> Melhoramentos materiais – parte 1. In: *Diario de Minas*, nº 62, ano I, p. 1. Ouro Preto, 22 de abril de 1873.

<sup>395</sup> Melhoramentos materiais – parte 4. In: *Diario de Minas*, nº 70, ano I, p. 1. Ouro Preto, 02 de maio de 1873.

<sup>396</sup> Prolongamento da estrada de ferro de D. Pedro II. In: *Diario de Minas*, nº 94, ano I, p.1. Ouro Preto, 21 de junho de 1873.

<sup>397</sup> *Idem*.

<sup>398</sup> Prolongamento da estrada de ferro de D. Pedro II. In: *Diario de Minas*, nº 103, ano I, p. 1. Ouro Preto, 09 de setembro de 1873.

gastos altos e não atendeu os interesses dos mineiros<sup>399</sup>.

As edições da Exposição Industrial Mineira também eram frequentemente tratadas nos “editoriais” dos jornais de Paula Castro ao longo de toda sua carreira. Em 1872, versando sobre a 5º edição, o *Noticiador* detalhou o evento de forma enaltecadora, com um “editorial” que ocupava quase 2 páginas inteiras. O texto ainda transcreveu o discurso de um nome importante da política mineira: Diogo Vasconcelos. O discurso elogiava os governantes e os “elementos conservadores da sociedade”, argumentava que a Exposição ajudava a inserir o Brasil no “rol dos países civilizados” e dizia que o evento representava a “glorificação do trabalho e os esforços do espírito sobre a matéria”<sup>400</sup>.

A 6º edição aconteceu em 1875, e, nesta oportunidade, o *Diario* dedicou um “editorial” ao evento. O texto descrevia minuciosamente a abertura, os objetos encontrados em cada uma das seções da Exposição e, ao contrário de antes, falou dos discursos pronunciados na ocasião de forma mais breve<sup>401</sup>. No entanto, o texto não deixou de ser elogioso ao evento: “era notável a concorrência que havia no salão, e fora d’elle por falta de espaço. Em todos os semblantes transluzia o vivo interesse, que todos tomavão o n’aquelle certame industrial”<sup>402</sup>.

Por sua vez, em março de 1874, o *Diario de Minas* criticou o estado financeiro da província mineira. O “editorial” culpava tanto a situação quanto a oposição<sup>403</sup>, afirmando que na década de 1840 o estado financeiro de Minas era muito melhor. Explicou o jornal que os partidos políticos da época eram

(...) arregimentados, moralizados e intruidos nas verdades e belezas do systema representativo, seguião as ideias por amor da causa publica, do bem geral do Estado (...) Hoje, infelizmente, os nossos códigos denunciaõ sulcos bem sensíveis, signaes bem frisantes do contrário<sup>404</sup>.

Segundo o *Diario*, os recentes maus usos dos recursos públicos se davam porque os políticos desconheciam o povo e porque a este último faltava instrução formal, que

<sup>399</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 500, ano III, p. 1. Ouro Preto, 28 de agosto de 1875.

<sup>400</sup> 5º exposição industrial mineira. In: *Noticiador de Minas*, nº 502, ano V, p. 1-2. Ouro Preto, 31 de outubro de 1872.

<sup>401</sup> 6º exposição industrial mineira. In: *Diario de Minas*, nº 476, ano III, p. 1. Ouro Preto, 10 de julho de 1875.

<sup>402</sup> *Idem*.

<sup>403</sup> *Diario de Minas*. In: *Diario de Minas*, nº 225, ano II, p. 1. Ouro Preto, 21 de março de 1874.

<sup>404</sup> *Idem*.

afetava diretamente nas escolhas dos representantes<sup>405</sup>. “Procedão os partidos políticos com critério e lisura, tenham prudência e moderação, e a coroa de glória, que ornou a frente do passado, há de engrinaldar também a cruzada que provocamos”<sup>406</sup>, conclui o “editorial”. Dentre os editoriais que selecionamos para análise, esta foi a única ocasião que vimos um dos jornais de Paula Castro criticar, ainda que de forma branda, a situação.

Nesta segunda fase, podemos observar Paula Castro muito mais seguro em relação aos conteúdos de seus jornais. Os “editoriais” desse período trazem textos grandes, com linguagem mais agressiva que na fase anterior, e debates mais aprofundados. Diversos temas apareceram mais de uma vez nas páginas dos jornais, onde as discussões eram cada vez mais detalhadas. Embora a mudança de posicionamento político tenha levado à desconfiança até mesmo dos conservadores em relação ao empresário, Paula Castro se firma no ramo da imprensa. Ao mesmo tempo em que tentavam combater essa imagem e fazer uma autopromoção do proprietário, os jornais desta fase criticavam a paixão partidária, mas deixavam claro que são amigos da situação. Também podem ser identificadas críticas acanhadas aos conservadores, o que demonstra uma relativa liberdade dos jornais em relação a seus financiadores ou então uma ligação mais estrita com alguma ala do Partido Conservador em Minas Gerais (possivelmente, com os conservadores da capital).

Os princípios básicos do conservadorismo, como centralização e guarda das instituições imperiais (CARVALHO, 2003), ocupam boa parte dos “editoriais”. Nota-se a presença de elogios à atuação do Partido Conservador a nível nacional, bem como elogios à Monarquia. Há, ainda, semelhanças com a primeira fase, onde a posição política dos jornais era inversa. Um tema a se exemplificar é a educação, que foi tratado como importantíssimo para a nação em questões sociais, políticas e econômicas. Estas semelhanças já foram tratadas pela historiografia, como na obra de Luiza Rauter Pereira (2014). A autora destaca possíveis semelhanças no *modus operandi* entre liberais e conservadores, que prevaleciam desde a criação dos dois partidos:

Após essa última grande revolta provincial [a Revolução Praieira], houve um grande acordo entre conservadores e liberais em torno do governo de D. Pedro II, a partir do qual foram restauradas as instituições tipicamente centralizadoras: o poder Moderador e o

---

<sup>405</sup> Diário de Minas. In: *Diário de Minas*, nº 225, ano II, p. 1. Ouro Preto, 21 de março de 1874.

<sup>406</sup> *Idem*.

Conselho de Estado. Ambos os grupos, conservador e liberal, passaram a pautar cada vez mais sua ação pelo temor profundo em relação aos distúrbios da plebe: ideia de ordem suplantou qualquer reivindicação mais radical de igualdade no cenário político imperial (PEREIRA, 2014, p. 217-218).

Entretanto, ainda utilizando a educação como tema de exemplo, nota-se, além de diferenças, um aprofundamento no tratamento do tema. No caso desta segunda fase, a educação foi associada principalmente às questões econômicas em relação à substituição do trabalho escravo por uma mão-de-obra menos cansativa e mais inteligente, direcionada a imigrantes europeus. Além disso, nota-se o incentivo à associação entre iniciativa pública e privada em relação ao ensino, fazendo o debate se confundir entre ideais conservadores e liberais e levando-nos a crer que tal proposta se ligava muito mais aos interesses das elites regionais do que a pragmatismos políticos.

Os textos ainda trataram de diversos outros temas, como as leis (argumentando que os “homens da lei” não devem se entregar às “paixões partidárias”). Trataram, ainda, sobre a implantação e incentivo das indústrias e comércios. Dentro deste tema, nota-se, mais uma vez, a utilização dos “editoriais” dos jornais de Paula Castro para a defesa de interesses das elites locais, como quando o jornal defendeu ferrenhamente que a estrada de ferro D. Pedro II passasse por Ouro Preto, além de cobertura intensa e elogiosa das Exposições Industriais Mineiras, também ocorridas na capital.

#### 4.4 A “fase tímida” e o Partido Conservador

Após o retorno dos liberais à chefia do Conselho de Ministros do Império, Paula Castro teve seu contrato com o governo mineiro rescindindo, como já explicado anteriormente. Ainda no final de 1878, o empresário possuiu o único jornal de sua carreira que fez oposição ao partido dominante, já que continuava ligado aos conservadores. *O Constitucional*<sup>407</sup> teve duração efêmera, e, após seu fim, Paula Castro interrompeu sua carreira na imprensa, retornando só em 1885, com o *Vinte de Agosto*. Por isso, traremos o “editorial” do *Constitucional* selecionado para nossa análise separadamente do *Vinte de Agosto* e *A União*, mas o incluiremos nessa “fase tímida” menos por suas características e mais pelas circunstâncias em que o tipógrafo-empresário se encontrava.

---

<sup>407</sup> Apesar do nome, este jornal não possui relação com *O Constitucional* rival do *Diário de Minas* entre 1866 e 1869.

A volta dos liberais ao poder é o que trás *O Constitucional* à existência, segundo ele próprio. O “editorial” dizia que, com a “inversão política”, muitos fatos arbitrários e violentos aconteciam naquele momento<sup>408</sup>. O jornal colocava como sua pauta principal

(...) o justo receio do futuro das instituições monarchicas, ameaçadas de irreflectidas e impensadas reformas (...), o vivo interesse que nutrimos em manter illezas as nossas instituições e a Augusta Pessoa que as representa, e os princípios e ideas conservadoras<sup>409</sup>.

Dizia ainda que “o *Constitucional* será o órgão legitimo do partido conservador (...), o advogado das victimas condenadas ao ostracismo”<sup>410</sup>. O periódico pertencia ao Grêmio do Partido Conservador na província mineira, e pedia a proteção de amigos e correligionários da imprensa<sup>411</sup>.

Em 1885, o *Vinte de Agosto* surgiu marcando o retorno de Paula Castro à imprensa. Mas, como veremos, a função predominante do *Vinte de Agosto* e do *A União* era defender os conservadores e seus aliados. Ao contrário das fases anteriores (especialmente em relação à “fase de ouro”), os dois jornais falaram muito pouco sobre os ideais do Partido Conservador. Daí vem a nomenclatura que damos a esta terceira fase da carreira de João Francisco de Paula Castro na imprensa: a “fase tímida”.

Entretanto, isso não significa que não tenhamos encontrado a presença de ideias-força nesse período. A primeira edição do *Vinte de Agosto* explica o nome do periódico como sendo uma homenagem à data em que o Gabinete Cotegipe, em 20 de agosto de 1885, assumiu a presidência do Conselho de Ministros do Império<sup>412</sup>. Dizia o jornal que:

Vibrantes e entusiasticas forão as aclamações com que a população ouro-pretana festejou a ascensão do partido conservador, e este jornal, que hoje aparece pela primeira vez a luz da publicidade, denomina-se *Vinte de Agosto*, afim de comemorar a data de tão brilhante e opulenta manifestação, prolongando os echos triumphaes e gloriosos daquela auspiciosa e deslumbradora alvorada<sup>413</sup>.

O mesmo “editorial” dizia, ainda, que o programa do Partido Conservador era modesto, mas com eficácia real, em oposição ao longo período de dominação dos

<sup>408</sup> O Constitucional. In: *O Constitucional*, nº 1, ano I, p. 1. Ouro Preto, 25 de abril de 1878.

<sup>409</sup> *Idem*.

<sup>410</sup> O Constitucional. In: *O Constitucional*, nº 1, ano I, p. 1. Ouro Preto, 25 de abril de 1878.

<sup>411</sup> *Idem*.

<sup>412</sup> Vinte de Agosto. In: *Vinte de Agosto*, nº 1, ano I, p. 1. Ouro Preto, 14 de setembro de 1885.

<sup>413</sup> *Idem*.

liberais.

O partido conservador, que tem por missão principal defender os princípios da ordem contra as demasias da liberdade e os excessos da demagogia, garantindo as imunidades cívicas em toda a sua integridade pela reivindicação do prestígio das autoridades, acompanha sem resistência a marcha da civilização e do progresso, moderando as impetuosas alucinações dos que não sabem apreciar, na sua justa medida, as exigências da sociedade, sem computar, com exactidão, as forças de que ella dispõe<sup>414</sup>.

Enquanto isso, *A União*, que surgiu em 1886, trazia no “editorial” de sua segunda edição que a linha de procedimento conservadora era a moderação, a tolerância e o respeito pelos adversários<sup>415</sup>. Já em 1888, quando eleições se aproximavam, *A União* emprestou suas páginas a Diogo de Vasconcelos. No “editorial”, Vasconcelos tentava convencer o eleitorado conservador a ir às urnas<sup>416</sup>. Dizia ele que: “O ataque as instituições é injúria principal ao partido conservador; pois que mantei-as é missão quase divina (...)”. No texto, o autor enfatizava que o partido cumpria, até aquele momento, sua missão de reorganizar o Brasil nas bases do direito, da razão e do cristianismo.

*A União* também rogou pela união dos conservadores dentro do partido. O próprio nome do jornal fazia alusão à ideia, conforme demonstra o “editorial” de sua primeira edição: “A união do partido conservador mineiro, ideia traduzida no título d’este jornal, e ponto a que devem convergir os interesses de uma sã e discreta política, sempre foi de intuitiva sendo mais agora de indeclinável necessidade”<sup>417</sup>.

Este jornal veio à existência por ordem do diretório do Partido Conservador na capital mineira<sup>418</sup>, assim como *O Constitucional*, em 1878. *A União* deixou claro que os conservadores de Ouro Preto não objetivavam a liderança do partido em toda a província, mas, sim, almejavam colaborar para a causa comum do partido<sup>419</sup>. “É hoje impraticável em Minas, evidentemente, a centralização pessoal de qualquer partido, seja qual for a cabeça”<sup>420</sup>, dizia o periódico, que oferecia suas páginas a seus correligionários

<sup>414</sup> Vinte de Agosto. In: *Vinte de Agosto*, nº 1, ano I, p. 1. Ouro Preto, 14 de setembro de 1885.

<sup>415</sup> A política conservadora. In: *A União*, nº 2, ano I, p. 1. Ouro Preto, 11 de setembro de 1886.

<sup>416</sup> VASCONCELOS, Diogo. Eleição senatorial. In: *A União*, nº 202, ano II, p. 1. Ouro Preto, 05 de setembro de 1888.

<sup>417</sup> A União. In: *A União*, nº 1, ano I, p. 1. Ouro Preto, 07 de setembro de 1886.

<sup>418</sup> *Idem*.

<sup>419</sup> *Idem*.

<sup>420</sup> A União. In: *A União*, nº 1, ano I, p. 1. Ouro Preto, 07 de setembro de 1886.

em toda Minas Gerais<sup>421</sup>.

Logo em seguida, a segunda edição de *A União* voltava a falar no tema. O “editorial” dizia que aqueles que implantassem, de má-fé, discórdias dentro do Partido Conservador, estes teriam uma “responsabilidade histórica” enorme<sup>422</sup>. “É necessária a união de todas as forças, a concentração de todas as opiniões, convergindo para um objetivo único, para que a missão de um partido no poder não se annulle, nem se desvirtue”<sup>423</sup>, concluía o texto.

Em 1887, *A União* falou sobre um assunto que a primeira versão do *Diario de Minas* já havia versado em 1866: a “colonização”. Entretanto, enquanto o *Diario* argumentava que a “colonização” era necessária para que os brasileiros aprendessem novas técnicas de cultivo e de trabalho com os estadunidenses, *A União* já trata o assunto enquanto necessidade de mão-de-obra em substituição à escravidão.

Segundo o jornal, os imigrantes europeus eram gratos ao Brasil porque em seu continente de origem as condições de vida eram cada vez mais penosas. No Brasil, escolhiam onde e com o que desejavam trabalhar<sup>424</sup>. Mas o jornal estabeleceu duas condições para que a imigração fosse eficaz: a felicidade dos colonos e o menor ônus possível para o Império<sup>425</sup>. Isso porque a “colonização” não cumpria esses requisitos quando gerenciada somente pelo governo central. “O sucesso da colonização, pois, está na liberdade dos colonos, e só há que subsistir na imigração voluntária e individual”<sup>426</sup> e, por isso, as províncias também deveriam tomar providências para atrair trabalhadores europeus<sup>427</sup>. *A União* atribuiu, ainda, a responsabilidade pela “felicidade” dos colonos aos municípios e aos próprios fazendeiros que os recebiam e empregavam<sup>428</sup>.

(...) pelo que nos cumpre á nós, que os convidamos, e os chamamos, termos muito em vista facilitar a sua difusão em distancias, e com dous fins: empregal-os mais eficaz e lucrativamente e lhes ocasionar a prompta adaptação aos usos, a língua, e ao affeioamento de sua nova pátria<sup>429</sup>.

O mesmo texto justificou a preferência por imigrantes europeus e católicos.

---

<sup>421</sup> *Idem.*

<sup>422</sup> A política conservadora. In: *A União*, nº 2, ano I, p. 1. Ouro Preto, 11 de setembro de 1886.

<sup>423</sup> *Idem.*

<sup>424</sup> Colonização. In: *A União*, nº 76, ano I, p. 1. Ouro Preto, 25 de maio de 1887.

<sup>425</sup> *Idem.*

<sup>426</sup> *Idem.*

<sup>427</sup> *Idem.*

<sup>428</sup> *Idem.*

<sup>429</sup> *Idem.*

Segundo o periódico, era preciso “evitarmos a vinda de novos elementos que possam perturbar o desenvolvimento natural e crescente de nossa democracia” e causar discórdias<sup>430</sup>.

Os “editoriais” da terceira fase da carreira de João Francisco de Paula Castro demonstram muitas diferenças em relação às fases anteriores. Conforme observamos, os textos que compõem a seção são mais concisos e tratam os assuntos de forma mais geral. Além disso, tentam demonstrar-se menos parciais do que antes. É interessante notar que os jornais desta fase não trataram, pelo menos de forma direta, do ideal republicano, que surgiu e se expandiu desde a década de 1870 com a criação do Partido Republicano no Rio de Janeiro.

O estilo destes textos, bem como a forma como os conteúdos foram tratados, ajustam-se bem aos aspectos da vida profissional de Paula Castro naquele momento: ainda que algumas falas que indicassem que o empresário tinha interesses pessoais atendidos pelo governo mineiro, a forma como as ideias conservadoras foram retratadas em seus jornais não gerou tantas reações a eles ou ao seu proprietário. Conforme o próprio *Vinte de Agosto* publicou, a linha de procedimento dos conservadores naquele momento era a moderação, a tolerância e o respeito aos adversários, e os jornais de Paula Castro desta terceira fase parecem ter seguido no mesmo plano.

Os “editoriais” rogavam pela união dos conservadores dentro do próprio partido. Isso se transforma em outra das grandes diferenças para com a segunda fase, quando consideramos a ligação dos periódicos daquela com uma ala específica do partido. Alguns temas, no entanto, foram tratados em semelhança com fases anteriores, como é o caso da “colonização”.

#### **4.5 Os últimos jornais e a República**

Com a transição do Império para a República, *A União* deixou de circular. Em poucos dias, foi substituído pelo *Estado de Minas-Geraes*, que trouxe uma mudança brusca em seus discursos se comparados aos jornais anteriores de Paula Castro: o novo jornal era republicano. Em 23 de novembro de 1889, o primeiro “editorial” deste jornal, presente em sua segunda edição, declamava: “Chegam a cada instante, e por todos os modos as manifestações do povo aderindo-se ao Governo Provisorio; e com

---

<sup>430</sup> *Idem.*

entusiasmo tem sido proclamada a forma republicana em toda a extensão do Estado Mineiro”<sup>431</sup>. O mesmo texto ainda dizia que não houve, até aquele momento, distúrbios ou provocações, e que este fato significava que o povo assentia à nova ordem política<sup>432</sup>, finalizando da seguinte maneira: “Felizmente o povo tem compreendido a sua responsabilidade, favorecendo a missão pacificadora do governo, cujo empenho de hora é asseverar a liberdade em toda sua plenitude”<sup>433</sup>.

Poucos dias depois, o *Estado de Minas-Geraes* dizia que o movimento que acabara de operar-se beneficiava “os próprios escravos de um regimen gasto”, e assim glorificou a Proclamação da República<sup>434</sup>.

Em janeiro de 1891, quando se aproximava a votação da nova constituição que regeria o país, João Pinheiro da Silva utilizou-se das páginas do *Estado de Minas-Geraes* pedindo aos deputados eleitos por Minas Gerais que fossem conciliadores em suas ideias, pois só assim o estado seria bem representado na Assembleia Constituinte<sup>435</sup>. O jornal, ao ceder espaço para tal texto, procurava demonstrar não só sua preocupação com as diretrizes do novo regime político, mas também com os interesses particulares do estado.

Algum tempo após a promulgação da constituição de 1891, o periódico, já com o nome encurtado para *Estado de Minas*, publicou um “editorial” sobre a divisão de poderes.

Feita e promulgada que foi a constituição, os poderes separam-se, cada qual para exercer a sua função peculiar, não como delegados de soberania, é visto, mas como agentes aparelhados dela. Não são três soberanos; mas, são três órgãos distintos do poder soberano. (...) E assim que por harmonia dos poderes não se entenda a conciliação das pessoas com tratados lícitos ou ilícitos, ou com concessões justas ou injustas<sup>436</sup>.

O assunto foi introduzido como forma de questionar se alguma decisão do legislativo necessitava ou não da sanção do executivo ou, ainda, se o executivo tinha o

---

<sup>431</sup> O Estado de Minas-Geraes. In: *O Estado de Minas-Geraes*, nº 2, ano I, p. 1. Ouro Preto, 23 de novembro de 1889.

<sup>432</sup> *Idem*.

<sup>433</sup> *Idem*.

<sup>434</sup> O governo provisório. In: *O Estado de Minas-Geraes*, nº 7, ano I, p. 1. Ouro Preto, 11 de dezembro de 1889.

<sup>435</sup> SILVA, João Pinheiro. Ao eleitorado mineiro. In: *O Estado de Minas-Geraes*, nº 124, ano II, p. 1. Ouro Preto, 24 de janeiro de 1891.

<sup>436</sup> Questões constitucionais. In: *O Estado de Minas*, nº 252, ano III, p. 1. Ouro Preto, 21 de novembro de 1891.

direito de sancionar uma decisão do executivo<sup>437</sup>. O texto destacava que a teórica harmonia entre os poderes precisava ser levada à prática, mas não se posicionou quanto ao assunto, deixando a questão em aberto<sup>438</sup>.

A Constituição Mineira de 1891 também foi tema dos “editoriais” do *Estado de Minas*. A promulgação da Constituição e a eleição do primeiro presidente de Minas eram marcos na história<sup>439</sup>, segundo o jornal. “Minas, grande, rica e gloriosa; habitada por uma raça de índole pacífica e activa; dispondo de poderosos elementos naturaes para progredir e engrandecer-se, conservou-se por mais de meio século na imobilidade e frouxidão”<sup>440</sup>, causada pela centralização monárquica<sup>441</sup>. A descentralização, característica da república e tão elogiada pelo periódico, traria nova vida ao Estado<sup>442</sup>.

O *Estado de Minas* demonstrava, assim, a sua preocupação com as leis e a constituição mesmo quando envolvia uma temática que ele não poderia deixar de se posicionar. Tratava-se da proposta de transição da capital de Minas Gerais de Ouro Preto para Belo Horizonte. Na ocasião, o periódico pediu aos ouro-pretanos que não criassem ódio pelo legislativo mineiro caso fossem favoráveis à mudança<sup>443</sup>. A questão deveria ser tratada à luz das leis e da razão:

Se pois o local indicado não for superior a Ouro Preto em todas as faces, porque se encare o problema, a constituição mesmo será o nosso pique, para se não efetuar a mudança, visto como seria o maior absurdo, que por amor a letra da lei se excluísse e se matasse o pensamento do legislador<sup>444</sup>.

O jornal argumentava que Ouro Preto estava sendo melhorada com as muitas obras que se realizavam, e este era um fator que o congresso deveria considerar ao tomar sua decisão. Outro ponto trazido pelo “editorial” da 210ª edição era o estado financeiro de Minas, que poderia piorar com uma transição da capital<sup>445</sup>. Entretanto, o jornal insistia que a Constituição era um grande passo para Minas e que, por isso, a

---

<sup>437</sup> Questões constitucionais. In: *O Estado de Minas*, nº 252, ano III, p. 1. Ouro Preto, 21 de novembro de 1891.

<sup>438</sup> *Idem*.

<sup>439</sup> O Estado de Minas-Geraes. In: *O Estado de Minas-Geraes*, nº 164, ano II, p. 1. Ouro Preto, 17 de junho de 1891.

<sup>440</sup> O Estado de Minas-Geraes. In: *O Estado de Minas-Geraes*, nº 164, ano II, p. 1. Ouro Preto, 17 de junho de 1891.

<sup>441</sup> *Idem*.

<sup>442</sup> *Idem*.

<sup>443</sup> Delenda? In: *O Estado de Minas*, nº 210, ano II, p. 1. Ouro Preto, 22 de setembro de 1891.

<sup>444</sup> *Idem*.

<sup>445</sup> *Idem*.

possível decisão pela transferência da capital do Estado deveria observar todos os seus aspectos e detalhes<sup>446</sup>. Concluía o texto:

A questão está posta no seguinte dilema: se entendeis exequível o projecto de mudança, faça-se já. Ouro Preto, o que mais quer é dar exemplos de sua plena fidelidade ao congresso. Não pede, não roga, não se humilha; mas, respeita e acata o conselho soberano<sup>447</sup>.

Essa não era a primeira vez que o jornal tocava no assunto. Ainda em 1890, o então *Estado de Minas-Geraes* comentava o discurso de Cesário Alvim. No discurso, Alvim dizia que, quando presidente do Estado, não assumiu qualquer responsabilidade pela possível transferência da capital por entender que existiam problemas mais importantes. Entretanto, não se oporia, de forma alguma, se o povo mineiro demonstrasse que a transferência era de vontade geral<sup>448</sup>.

Em 1891, o *Estado de Minas* também tratou da criação da Academia de Comércio de Juiz de Fora. Após descrever o programa de estudos da instituição, o jornal postulou que seria a Academia “a mais grandiosa iniciativa, que já honrou a presente situação do paiz, tão cheia alias de iniciativas de astuto industrialismo”<sup>449</sup>. O periódico ainda argumentou que o comércio era decisivo no progresso da humanidade, e, por isso, o estudo de técnicas para o comércio e industrialização, objeto da Academia, era tão importante para Minas Gerais<sup>450</sup>.

Segundo Lemos (2009), a implantação da República resultou em conciliação entre “vitoriosos” e “derrotados” de 1889, uma vez que, conforme pudemos observar por meio do próprio *Estado de Minas*, os grupos dominantes do Império preservaram posições importantes na política nacional e até mesmo exerceram papéis de direção na transição para a República.

Para este autor, a forma política pouca importava para a elite brasileira que queria permanecer no poder, desde que as bases materiais de sua dominação fossem garantidas. Ainda conforme ele,

(...) a ausência de disposição revolucionária, ou mesmo reformista, em

---

<sup>446</sup> *Idem.*

<sup>447</sup> *Idem.*

<sup>448</sup> Banquete político. In: *O Estado de Minas-Geraes*, nº 102, ano I, p. 1. Ouro Preto, 08 de novembro de 1890.

<sup>449</sup> Academia de commercio. In: *O Estado de Minas*, nº 230, ano II, p. 1. Ouro Preto, 19 de outubro de 1891.

<sup>450</sup> *Idem.*

relação à propriedade em geral e, em especial, da terra por parte dos campos políticos monarquista e republicano funcionou como elemento “tranquilizador” dos interesses das classes dominantes, contribuindo para a indiferença em relação ao destino da monarquia (LEMOS, 2009, p. 404).

A ausência de representações aludidas a Paula Castro que coincidam com o recorte temporal desta quarta fase indicam um final de carreira tranquilo e consolidado para o empresário, que àquela altura possuía terras e imóveis urbanos em Ouro Preto, e finalizava sua estadia no ramo aos 62 anos. Seu jornal, embora nesta última fase ligado ao debate de ideias ligadas à República, não se entregava com tanto afinco a tais debates. Ideias básicas do republicanismo, como a descentralização e o respeito à nova constituição que surgira em 1891 foram os temas que encontramos em nossa amostragem, indicando debates acanhados e não tão preocupados, que provavelmente constituíam em si mesmos o pensamento da elite local que, naquele momento, já possuía relações extremamente consolidadas com o empresário.

#### **4.6 O porta-voz**

Na primeira e segunda fase da carreira de Paula Castro observamos seus jornais defenderem, com muito mais afinco, as ideias a que se entregavam. Já na terceira fase, os jornais parecem cumprir o seu dever de forma mais comedida. Da segunda para a terceira fase, porém, há uma lacuna de 7 anos sobre a qual temos pouquíssimas informações. Há duas possíveis explicações para essa mudança de comportamento: a primeira é uma provável alteração no relacionamento de Paula Castro com os conservadores neste intervalo de tempo. Embora ele tenha permanecido com os conservadores, mesmo sem contratos com o governo, e fazendo oposição (o *Constitucional* era financiado pelo grêmio do Partido Conservador), em janeiro de 1878, há notícias de que o *Diario de Minas* “deu vivas” à ascensão dos liberais na presidência do Conselho de Ministros do Império, na intenção de se aliar novamente a este partido. A segunda possível explicação seria que, em 1885, a situação dos partidos políticos imperiais era bem diferente de 1878. Poucos anos antes, a República já dava sinais de sua chegada, e os partidos encontravam-se bem menos dispostos. Prova disso é que as críticas aos rivais eram bem menos frequentes na terceira fase da carreira de Paula Castro, e as ideias defendidas são muito menos específicas que as fases anteriores. Além disso, nesta terceira fase, os textos são mais concisos, curtos e de palavreado mais

cauteloso, pregando a união dos políticos dentro do Partido Conservador.

Já na fase republicana, o *Estado de Minas* era quase um jornal oficial gerido pelo Estado. Este é o jornal que mais se diferencia em toda a carreira de Paula Castro, pois se dedicava muito mais aos assuntos oficiais, resguardando pouco espaço para discutir assuntos menos objetivos. Prova disso é que há grandes intervalos de tempo em que não há sequer um “editorial”. Além disso, o jornal procurava demonstrar a “conciliação” que a República trazia ao não criticar inimigos – demonstrando não existir rivais dentro do novo sistema político – bem como se esforçava para construir uma representação negativa da Monarquia.

A função cumprida pelos “editoriais” analisadas neste capítulo nos permite observar a presença de ideias-força do Partido Progressista, do Partido Conservador e do sistema republicano. Os segmentos políticos que se utilizaram dos jornais de Paula Castro procuraram levar a seu público ideias e interesses da diversificada elite mineira, que compunha o grosso da elite política em todas as fases da carreira do tipógrafo-empresário e possuíam o monopólio da produção de discursos.

Bourdieu, ao definir “ideias-força”, compara os produtores de discursos políticos à profissão dos jornalistas: “Quando se diz de um jornalista (...) faz-se a hipótese de que o jornalista procura conscientemente o ajustamento às expectativas do seu público, e que visa satisfazê-los diretamente” (BOURDIEU, 2003, p. 257). No entanto, o que vemos nos “editoriais” dos jornais produzidos pela Typographia de J. F. de Paula Castro não é um ajustamento por parte do próprio Paula Castro, mas sim por parte de seus contratantes.

Há também que se considerar que tal ajustamento de discursos é feito, em partes, em função da posição que a elite política e os jornais ocupavam no campo da concorrência. Desta forma, as ideias veiculadas podem atender a duas tendências diferentes, como vimos nos jornais de Paula Castro: acentuar as diferenças (e isto vimos principalmente na análise feita em nosso terceiro capítulo) e, em outra perspectiva, alargar seu público ao anular, ainda que parcialmente, as suas diferenças com a oposição.

A acentuação de diferenças demonstra-se com muito mais importância nos periódicos de Paula Castro, como vimos, por exemplo, da divulgação de ideias fundamentais dos partidos em cada uma das fases – geralmente acompanhadas de comparações com a oposição. Afinal, como coloca Bourdieu, “os partidos, como as tendências no seio dos partidos, só têm existência relacional e seria vão tentar definir o

que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo” (BOURDIEU, 1989, p. 178). Mas, conforme pudemos notar, fases diferentes da imprensa de Paula Castro, ligadas a movimentos políticos diferentes, discutiram, várias vezes, as mesmas temáticas de forma semelhante, demonstrando o interesse em expandir seu público.

Não parece plausível afirmar que João Francisco de Paula Castro foi, efetivamente, um liberal, um conservador ou um republicano. Como já dissemos várias vezes, ele tentava se ligar a quem estivesse no poder e, portando, pudesse financiar sua empresa. Fechar contratos vantajosos para publicações oficiais e, por isso, utilizar os editoriais de seus jornais para defender os contratantes e seus aliados, criticar os rivais e divulgar seus ideais era a forma que o tipógrafo-empresário encontrou para se manter e crescer.

Portanto, as circunstâncias faziam dos jornais de Paula Castro representantes das ideias liberais, conservadoras ou republicanas, e não propriamente aplicavam-lhe a efetiva crença nos ideais políticos, culturais, sociais e econômicos que cada grupo veio a representar, a seu turno. As representações, movidas por inúmeros dispositivos provocavam, a cada momento, mudanças no meio em que Paula Castro atuava, fazendo de seus jornais alternadamente adeptos de diferentes ideais políticos.

Não podemos associar os “editoriais” à autoria de Paula Castro. Afinal, a seção raramente identificava seu autor. E, embora creiamos que tais textos passavam pela sanção do dono dos jornais, tal crivo era orientado externamente pelo universo relacional do tipógrafo-empresário, o qual o financiava e impunha-lhe circunstâncias de trabalho. Mas, independentemente das causas que levavam os jornais de Paula Castro a defender uns e criticar outros, seus periódicos configuraram-se, de fato, porta-vozes.

No Capítulo 2, ao identificarmos as representações ao tipógrafo-empresário João Francisco de Paula Castro, percebemos que o próprio meio relacional, por vezes, demonstrava-lhe falta de confiança, principalmente no início da segunda fase – mais ou menos 2 anos após sua inserção no meio jornalístico. Ainda assim, ele conseguiu manter os contratos em função de suas amizades. Identificamos, também, várias críticas ao empresário, embora elas tenham diminuído cada vez mais e cessado na última fase. A ausência de críticas a Paula Castro, assim como a ausência de críticas por parte de seus jornais, pode indicar sua aceitação tanto pelos produtores de conteúdo político quanto pelo público.

Não há indícios factuais de identificação entre o público e o empresário (ainda

que ele tenha se esforçado em prol deste objetivo através de autopromoção). Contudo, embora não possamos desassociar Paula Castro de seus jornais, não encontramos críticas diretas aos periódicos, os quais aparentemente tinham boa vendagem e boa circulação. Sobre os jornais, encontramos somente elogios advindos de outros impressos da mesma linhagem política. Portanto, os informativos produzidos na empresa de Paula Castro eram bem aceitos pelo público mineiro ao redor da capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Typographia de J. F. de Paula Castro produziu jornais que, em sua maioria, tiveram duração longa ou média. Apenas 2 dos 8 periódicos duraram menos de um ano. A qualidade do material e da impressão era boa se comparada à de outros periódicos da época. Embora não seja possível determinar com exatidão números relativos à produção de Paula Castro, as pistas apontam que a empresa possuía uma boa quantidade de funcionários e colaboradores. Além disso, o lucro pode ser configurado como o objetivo primeiro da empresa, segundo demonstrado pelos movimentos e pelas articulações do tipógrafo.

Todas essas características fazem com que a Typographia e seus produtos se aproximem bastante do caráter empresarial destacado por Sodré (1999), Romancini e Lago (2007), embora estejam mais orientadas para a confluência e interdependência entre política e imprensa, apontadas por Martins (2013). Dessa maneira, esta dissertação buscou apresentar dados e discussões que coadunam com apontamentos da historiografia sobre a imprensa mineira do recorte temporal tratado, demonstrando a elevada importância dos jornais para a discussão política e formação de opinião pública, conforme demonstrado por Alexandre Barata e Gisele Gomes (2008), bem como por Luciano Moreira (2006) e Silami e Drumond (2008).

O caso de Paula Castro ilustra não só características da imprensa mineira do século XIX, como também as negociações e relações entre os presidentes de província, representantes do poder central, e as elites locais, que se faziam representar nas Assembleias (DORLHNIKOFF, 2003).

Nesse sentido, embora esta dissertação não tenha intenção de biografar João Francisco de Paula Castro, os dados sobre sua vida pessoal expostos no Capítulo 1 foram fundamentais para compreender este agente enquanto personalidade pública que agiu dentro de um campo de estudos bastante instigante: a imprensa em correlação com os jogos políticos. Vimos que o empresário não advinha de família política e nem do ramo da imprensa. Sendo assim, sua inserção neste meio se dá de forma atípica, sendo o seu universo relacional, constituído com esforço e manobras políticas, o responsável pela imersão e continuidade do tipógrafo-empresário na imprensa mineira, a qual lhe possibilitou sua ascensão social e econômica, embora o mesmo não possa ser considerado um “membro da elite”.

As relações de proximidade e amizade de Paula Castro foram importantes desde

seu emprego na tipografia provincial, em 1863. Passando pela montagem de sua própria empresa e real inserção no ramo dos impressos, até a realização e manutenção de contratos e formulação de representações positivas, o universo relacional de Paula Castro o possibilitou possuir 8 jornais e se manter ativo e produtor na imprensa mineira durante 27 anos.

A montagem da Typographia, em 1866, é o marco inicial que sugere a importância destes laços de amizade. Na época, o grande responsável foi o presidente da província mineira Saldanha Marinho, cuja relação com Paula Castro fora apontada, sem demora, pelos oponentes do presidente na Assembleia e na imprensa na ocasião. E a partir daí, a inserção do tipógrafo no ramo, o contrato que conseguiu e possibilitou este início de carreira e as relações de Paula Castro com a elite política ensejaram uma série de representações feitas por diversos agentes e com variadas intenções (CHARTIER, 1990).

As representações da figura pública Paula Castro já se mostravam presentes e atuantes em 1863, quando o personagem era empregado da tipografia provincial. Desde essa época já havia apontamentos que sugeriam o favorecimento de Paula Castro por parte da administração provincial e levaram ao reajuste do contrato em 1864. Ou seja, as críticas ao então tipógrafo demonstravam sua força mesmo antes dele ter sua própria empresa, em 1866.

Paula Castro é visto, nesta dissertação, sob a perspectiva de Bourdieu sobre o agente, pois ele age e sofre, concomitantemente, a ação do campo (BOURDIEU, 1996). As representações, positivas ou negativas, tiveram seu grau de atuação sobre o empresário, assim como os conteúdos veiculados em seus jornais, levando Paula Castro a também agir dentro das possibilidades que o meio colocava e em acordo com seu *habitus*. Quando o empresário buscou propagandear sua empresa e a si mesmo, como quando respondeu com veemência o correspondente do *Reforma*, ou quando buscou, sem sucesso, uma forma de manter seus contratos em 1878, após a publicação do editorial escrito por Cypriano no *A Actualidade*, o tipógrafo-empresário agiu, sempre, dentro das possibilidades que o meio possibilitava.

Já o próprio artigo de Cypriano, as acusações de faltar com suas obrigações feitas pela imprensa rival em 1885, ou mesmo a Proclamação da República em 1889, dentre vários outros exemplos analisados no segundo capítulo, agiram sobre o dono da tipografia em questão. Ele teve que tentar se adequar às situações que se apresentavam quase sempre sem possibilidade de seu controle. Embora nem sempre tenha obtido

sucesso, o empresário soube, em geral, lidar bem com as condições que o campo social lhe impunha.

As representações aludidas a Paula Castro foram forjadas no contexto tanto da concorrência política quanto da disputa entre empresários do ramo pelo fator financeiro, materializado nos contratos para publicação de atos oficiais do executivo e legislativo provincial. Neste sentido, as representações mostraram-se dispositivos (AGAMBEN, 2009) que, em certa medida, coordenavam as oportunidades que apareciam para o empresário e o conteúdo que era veiculado nos jornais, conforme pudemos observar nos Capítulos 3 e 4. Porém, esta dissertação demonstrou que as próprias representações eram consequência dos contratos, ao menos no início da trajetória de Paula Castro, configurando-se, então, como dispositivos iniciais, conforme as explanações feitas no Capítulo 2.

Tais representações, que faziam Paula Castro e o governo provincial reavaliarem suas posturas, as quais tinham relação direta com a celebração, renovação ou rescisão dos contratos, puderam ser agrupadas em 3 instâncias: a autorrepresentação feita pelo próprio tipógrafo-empresário, enquanto estratégia para adquirir capital simbólico que possibilitasse seu reconhecimento perante o público e a simpatia das elites; a visão do empresário enquanto alguém que apenas queria obter lucros arrancados dos cofres da província e era apadrinhado por certos setores políticos, estratégia da oposição de cada momento que tentava tirar a credibilidade de Paula Castro e do conteúdo de seus jornais e atingia o próprio executivo provincial; e por fim, a representação do tipógrafo enquanto alguém indigno de confiança, formulada também pela oposição, mas que permeou setores da situação (no caso, conservadora) e também tentava desacreditá-lo, bem como aos seus produtos.

Ao enfrentar estas representações, Paula Castro agia e modificava o meio. A sobressalência de determinadas visões do empresário em cada fase de sua carreira demonstra seu poder de atuação sobre a trajetória e sobre os conteúdos de seus periódicos. Mas este fato demonstra também a capacidade de lidar com estas representações.

Quanto ao conteúdo dos “editoriais” dos 8 jornais de Paula Castro, vimos que tanto os elogios e críticas à situação e oposição, respectivamente, quanto as ideias-força veiculadas revelam-se como consequência dos contratos e das representações, ao mesmo tempo em que se mostram enquanto dispositivos que agem sobre a trajetória do empresário. Os conteúdos tinham força de mobilização do público, que possivelmente já

tinha certa pré-disposição em aceitar as ideias dos grupos políticos em cada fase tratada nesta dissertação. Estes conteúdos coadunavam-se com os interesses da elite local, que financiava, através dos contratos, a Typographia de J. F. de Paula Castro. Entretanto, a impossibilidade de associar a autoria dos “editoriais” à Paula Castro é um fator importante para a análise aqui apresentada.

Todas as “funções” que a pesquisa identificou para os “editoriais” dos jornais analisados demonstram que esta seção tinha por objetivo levar as ideias dos grupos financiadores da empresa de Paula Castro ao público, na intenção de mobilizá-los a seu favor. As características da função mais imediata dos “editoriais” – o ataque à oposição e o elogio e a propaganda de nomes ligados à situação – relacionam-se diretamente com as representações, conforme demonstramos no Capítulo 3. Entretanto, esta “função” ainda não permitiu enquadrar Paula Castro enquanto um porta-voz, dentro das concepções de Bourdieu (1989), uma vez que, em grande medida, o ataque ou os elogios atendiam aos interesses pessoais de Paula Castro – quais sejam, manter-se bem relacionado com as elites políticas e defender sua própria imagem. Apesar disso, esta “função” da dita seção tinha plena capacidade de mobilizar o público conforme era seu objetivo.

As representações demonstraram que nem sempre Paula Castro obteve sucesso em ser reconhecido pelo público leitor, apesar de seu esforço de autorrepresentação. Ainda assim, a análise das ideias-força, feita no Capítulo 4, demonstraram que os grupos políticos que financiavam a Typographia de J. F. Paula Castro utilizavam-se dos jornais por ela produzidos para atingir seu público, orientando sua ação. Na primeira fase da carreira de Paula Castro, vimos que sua representação enquanto alguém que “visava apenas os próprios interesses econômicos” não foi suficiente para abrandar as ideias-força transmitidas em seus jornais. Isso porque a capacidade do tipógrafo-empresário de lidar com seu universo relacional demonstrou-se mais forte, e o Partido Progressista concedeu a palavra ao *Diario de Minas* e ao *Liberal de Minas*.

Já na “fase de ouro”, a análise das ideias-força demonstra o sucesso da autopromoção de Paula Castro e da capacidade do empresário em lidar com os contratos e as representações aludidas a ele. A despeito da imagem de alguém que não merecia a confiança do Partido Conservador por causa de sua virada política, o *Noticiador de Minas* e a segunda versão do *Diario* obtiveram a aquiescência e concessão dos conservadores para falar em nome deles. Além disso, a análise das ideias-força presentes nesta fase dá indícios de que Paula Castro lidava com setores específicos do

Partido Conservador, defendendo interesses de uma parte também singular da diversa elite mineira. As semelhanças de ideias presentes nas primeira e segunda fases demonstram, ainda, as similaridades entre liberais e conservadores demonstradas por Luiza Rauter Pereira (2014).

As ideias-força, bem como o formato dos textos, juntamente com os elogios e críticas presentes no *Constitucional*, *Vinte de Agosto* e *A União* (periódicos da terceira fase da trajetória de Paula Castro) demonstram a força do discurso de Joaquim Cypriano Ribeiro no *Actualidade* sobre a carreira de Paula Castro: talvez, seu maior erro tenha sido “dar vivas” à ascensão dos liberais em 1878. Embora tenha conseguido se ligar aos conservadores novamente, os conteúdos dos “editoriais” demonstram que o tipógrafo-empresário perdeu parte da confiança que tinha na “fase de ouro”, e, em consequência, seu poder de mobilizar o público leitor diminuiu. Entretanto, o fato de os conservadores o aceitarem de volta, mesmo depois de uma interrupção de mais ou menos 7 anos, possibilita-nos crer que as relações de Paula Castro com a elite política mineira estavam bem consolidadas. Ao mesmo tempo, os jornais desta fase parecem se adequar à linha de comportamento do Partido Conservador, ao menos regionalmente, naquele momento.

Por fim, na última fase, as ideias-força contidas no *Estado de Minas-Geraes* juntamente com a falta de representações indicaram que, apesar da mudança brusca de linhagem política, a *Typographia* de J. F. de Paula Castro encontrava-se bem consolidada. O jornal demonstrou uma postura que atendia os interesses das elites regionais e, assim, a análise nos permite concluir que Paula Castro havia obtido sucesso em sua carreira.

A falta de assinatura dos “editoriais”, somada aos detalhes da trajetória e da empresa de Paula Castro nos leva a entender que ele possuía pouca autonomia em relação ao conteúdo veiculado em seus jornais. A chancela do empresário em relação aos textos que eram publicados era orientada pelos grupos que o financiavam em cada momento, e não pelo próprio. Conforme dissemos, a pesquisa não permite dizer que Paula Castro foi um liberal, conservador ou republicano, mas sim que ele negociava com aquele que ocupasse o poder. A tentativa frustrada de se aliar aos liberais em 1878, que terminou por provocar a interrupção de sua carreira, torna-se mais um argumento para tal conclusão.

As representações, diante das circunstâncias momentâneas e outros dispositivos, e principalmente a tutela do universo relacional de Paula Castro, faziam com que os grupos políticos se interessassem ou não pelos jornais produzidos em sua *Typographia*,

concedendo-lhe ou não a palavra, enquanto o empresário agia no sentido de conquistar tal interesse.

Entretanto, a pesquisa apontou que os jornais pertencentes a João Francisco de Paula Castro possuíam, na maioria das vezes, boa aceitação perante o público. Assim, concluímos que o empresário se enquadra na condição de porta-voz dentro das premissas de Bourdieu, ainda que com ressalvas, uma vez que seus jornais comprovadamente cumpriram este papel, os quais não podem ser desassociados da figura de Paula Castro e dos detalhes e particularidades de sua trajetória na imprensa mineira entre as décadas de 1860 a 1890.

Entretanto, o caso particular tratado nesta dissertação não deve ser tomado como regra geral, uma vez que possui especificidades próprias. Ainda que estudos que englobem a imprensa mineira da segunda metade do século XIX, em especial sobre a atuação de empresários do mesmo ramo que Paula Castro e que possivelmente conviveram com ele se façam necessários, esta dissertação possibilitou a compreensão de alguns detalhes sobre a imprensa e seu papel diante da lógica política e cultural da época.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

#### *Jornais*

*17º Districto* (1885)

*Almanach Sul-Mineiro para 1874* (1874)

*A Actualidade* (1878)

*A Provincia de Minas* (1879)

*A União* (1886)

*Diario de Minas* (1866)

*Diario de Minas* (1873)

*Jornal Mineiro* (1898)

*Liberal Mineiro* (1882)

*Liberal de Minas* (1868)

*Minas Gerais – Orgam official dos poderes do estado* (1892)

*Noticiador de Minas* (1868)

*O Bom Senso* (1852)

*O Compilador da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais* (1843)

*O Constitucional* (1866)

*O Constitucional* (1878)

*O Estado de Minas-Geraes* (1889)

*O Estado de Minas* (1891)

*O Jequitinhonha* (1863)

*O Jornal de Minas* (1877)

*Revista do Archivo Publico Mineiro* (1896)

*Vinte de Agosto* (1885)

### **Relatórios**

*Relatorio apresentando ao Ill. e Ex. Snr. Coronel Joaquim Camillo Teixeira da Motta, vice-presidente da provincia de Minas Geraes, pelo inspector da meza das rendas Affonso Celso d'Assiz Figueiredo em 16 de julho de 1862.* Ouro Preto, Typographia do Silva. 1862.

*Relatorio que ao illm. E exm. Sr. Dr. Fidelis de Andrade Botelho, 4º vice-presidente da provincia de Minas Geraes, apresentou no acto de passar a administração, em 2 de abril de 1864, o conselheiro João Crispiniano Soares.* Ouro Preto, Typ. Do Minas Geraes, 1864.

*Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1865 o desembargador Pedro Alcantara Cerqueria Leite, presidente da mesma provincia.* Ouro Preto, Typ. Do Minas Geraes. 1865.

*Relatório que a assembleia legislativa provincial de Minas Gerais apresentou no ato da abertura da sessão ordinária de 1866 o 2º vice-presidente Joaquim José de Sant'Anna.* Ouro Preto, Typ. De J. F. de Paula Castro, 1866.

*Relatorio que a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1868 o presidente José da Costa Machado de Souza.* Ouro Preto, Typ. De J. F. de Paula Castro. 1868.

*Relatorio que ao illm e exm sr. Dr. Domingos de Andrade Figueira apresentou ao passar-lhe a administração da provincia o 1º vice-presidente senador Manoel Teixeira de Souza.* Ouro Preto, Typ. De J. F. de Paula Castro. 1868.

*Relatorio que a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1870 o vice-presidente dr. Agostinho José Ferreira Bretas.* Ouro Preto, Typographia Provincial, 1870.

*Relatorio que a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1871 o vice-presidente Francisco Leite da Costa Belem.* Ouro Preto, Typographia de J. F. de Paula Castro. 1871.

*Relatorio que a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1873 o presidente da provincia Venancio José de Oliveira Lisboa.* Ouro Preto, Typographia de J. F. de Paula Castro. 1873.

*Relatorio que ao illm. e exm. Sr. Conselheiro Francisco de Paula da Silveira Lobo apresentou o illm. e exm. Sr. Desembargador Elias Pinto de Carvalho ao entregar-lhe a administração da provincia.* Ouro Preto, Typographia de José Egydio da Silva Campos. 1878.

## **Bibliografia**

ABREU, Alzira Alves (Org). **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930).** Rio de Janeiro: FGV, 2013.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? *In: O que é o contemporâneo? e outros ensaios.* Chapecó/SC: Argos, 2009.

ANTUNES, Á. A. **Espelho de Cem Faces: O Universo relacional de um Advogado Setecentista**. São Paulo: Annablume, 2004.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BARATA, Alexandre Mansur; GOMES, Gisele Ambrósio. Imprensa, política e gênero. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v.1, ano 44, 2008. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1044>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BARBOSA, Silvana Mota. O Conselho de Ministros no Império do Brasil. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2007. p. 52-62. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/34.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2018.

BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica**. Demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Tradução de Beatriz Sidou. Barú, SP: EDUSC, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). **Usos & abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, 2011, Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/26871127.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **O Poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus, 1996.

BRASIL. TSE. **Lei Saraiva (decreto nº 3029, de 9 de janeiro de 1881)**. Disponível

em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **D. Pedro II**. 3º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: \_\_\_\_\_. (Org). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**, Lisboa: DIFEL, 1990.

DORLHNIKOFF, Miriam. Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional. In: JANCÓS, István (Org.) **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: HUCITEC; Ijuí (RS): Editora da UNIJUI, 2003.

GONÇALVES, Renata Kelly de Almeida. **Diogo Luiz de Almeida Pereira Vasconcelos, patrono da cadeira número 09**. S. d. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.ihgmg.org.br/sme/conteudoinstitucional/menuesquerdo/SandBoxItemMenuPaginaConteudo.ew?idPaginaItemMenuConteudo=7536>. Acesso em: 16 fev. /2021.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

JOSÉ, Oiliam. **José Pedro Xavier da Veiga, patrono da cadeira número 18**. S. d. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Disponível em <https://ihgmg.org.br/sme/conteudoinstitucional/menuesquerdo/SandBoxItemMenuPaginaConteudo.ew?idPaginaItemMenuConteudo=7596>. Acesso em: 15 fev. 2021

LEMOS, Renato. A Alternativa republicana e o fim da monarquia. *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). **O Brasil Imperial: Volume III – 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). **Usos & abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**. São Paulo: Brasiliense. 1988.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Liberal/Liberalismo. *In*: FERES JR., João. (Org.) **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. *In*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MENDES, Jairo Faria. **O “silêncio” das Gerais: O nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros**. 2007. 212 f. Tese (doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=115308](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=115308). Acesso em: 15 mai. 2017.

MOREIRA, Luciano da Silva. Combates tipográficos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 1, Ano 44, p. 24-41, 2008. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1045>. Acesso em: 03 ago. 2018.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)**. 272f. 2006. Dissertação (mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VCSA-6X6LY9>. Acesso em: 07 mar. 2021.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. *In*: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

NEVES, José Teixeira. Periódicos mineiros na Biblioteca Nacional. *In*: BRASIL. **Anais da Biblioteca Nacional**. Vol. 117 (1997). Rio de Janeiro: A Biblioteca, 2000. p. 79-314.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Os bispos e os leigos: reforma católica e irmandades no Rio de Janeiro imperial. **Revista de História Regional**. [s.l.], v. 6, n. 1. p.147-160. 2001. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/26608593\\_OS\\_BISPOS\\_E\\_OS\\_LEIGOS\\_REFORMA\\_CATOLICA\\_E\\_IRMANDADES\\_NO\\_RIO\\_DE\\_JANEIRO\\_IMPERIAL](https://www.researchgate.net/publication/26608593_OS_BISPOS_E_OS_LEIGOS_REFORMA_CATOLICA_E_IRMANDADES_NO_RIO_DE_JANEIRO_IMPERIAL). Acesso em: 15 jun. 2020

PASCOAL, Isaías. Economia e trabalho no sul de Minas no século XIX. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 2. ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n2/a06v16n2.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

PEREIRA, Luiza Rauter. Povo/Povos. *In*: FERES JR., João. (Org.) **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

PONTES, Luís. Sua excelência, o Barão de São João Nepomuceno. *In*: **Voz de São João**. 06 de outubro de 2019.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. A imprensa do Segundo Reinado e as campanhas da Abolição e República. *In*: \_\_\_\_\_. **História do jornalismo no Brasil**.

Florianópolis: Insular, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 3-22, jul. 1997. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040/1179>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SILAMI, Maria Francelina; DRUMOND, Ibrahim. Primeiras luzes nas letras. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.1, Ano 44, 2008. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1045>. Acesso em: 03 ago. 2018.

SILVA, Marisa Ribeiro. **História, memória e poder: Xavier da Veiga, o Arconte do Arquivo Público Mineiro**. 166f. 2006. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Mauad, 1999.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

O universo relacional de João Francisco de Paula Castro

<b>Universo relacional de João Francisco de Paula Castro, por ordem em que são mencionados nesta dissertação</b>	
Nome	Relação com João Francisco de Paula Castro
Capítulo 1	
João Pedro Moretzsohn	Redator do <i>Constitucional</i> em 1878.
Pedro Maria da Silva Brandão	Redator do <i>Constitucional</i> em 1878.
José Pedro Xavier da Veiga	Alugou o prédio e, talvez, o maquinário de Paula Castro para iniciar o jornal <i>A Província de Minas</i> .
Diogo Luis de Almeida Pereira de Vasconcelos	Diretor do <i>Vinte de Agosto</i> em 1885. Autor de editorial em <i>A União</i> em 1888. Padrinho de casamento de Paula Castro em 1891.
Fausto de Oliveira	Padrinho de casamento de Paula Castro em 1891
José Eufrosino Ferreira de Brito	Redator de <i>A União</i> entre 1886 e 1889
Joaquim Cypriano Ribeiro	Ajudou Paula Castro a conseguir o emprego na tipografia provincial em 1863. Publicou artigo com muitas críticas a Paula Castro em 1878, contribuindo para a interrupção de sua carreira.
Affonso Celso de Assis Figueiredo	Deputado que defendeu Paula Castro na primeira fase de sua carreira. Foi elogiado pelo <i>Diario de Minas</i> em 1867, quando era ministro da marinha
Saldanha Marinho	Presidente da província mineira que celebrou o primeiro contrato da carreira de Paula Castro, em 1866.
Elias Pinto de Carvalho	Presidente da província mineira que deu continuidade ao contrato com Paula Castro em 1867.
Augusto Fausto Guimarães	Procurador fiscal que argumentou a favor da celebração do primeiro contrato de Paula Castro, em 1866.
Benjamim Rodrigues Pereira	Deputado conservador que criticou o contrato com Paula Castro entre 1866 e 1868. Também sofreu críticas por parte do <i>Diario de Minas</i> .
José Cesário de Faria Alvim	Deputado liberal favorável à Paula Castro entre 1866 e 1868. Foi defendido pelo <i>Diario de Minas</i> em 1866 e 1867. Voltou a ser elogiado pelo <i>Estado de Minas-Geraes</i> em 1890, quando foi governador do estado.
Capítulo 2	
Pedro Alcantara Cerqueira Leite	Presidente da província mineira que defendeu Paula Castro em 1865.
Francisco Leite da Costa Belém	Presidente da província mineira que celebrou novo contrato com

	Paula Castro em 1871. Elogiou o empresário em 1875.
Cesário Augusto Gama	Deputado que elogiou Paula Castro em 1867.
Silveira Drumond	Se referiu a Paula Castro como “amigo” em 1866. Criticou o empresário em 1887.
José da Costa Machado de Souza	Presidente da província mineira que celebrou contrato com Paula Castro em 1868 (transição dos jornais de Paula Castro de liberal para conservador), exigindo mais obrigações que os anteriores.
Agostinho José Ferreira Bretas	Presidente da província mineira que rescindiu contrato com Paula Castro em 1870.
Joaquim Ignácio Penido	Deputado conservador que questionou os contratos celebrados com Paula Castro, bem como sua orientação política, em 1871.
Antônio Affonso de Carvalho	Presidente da província mineira acusado por Penido de favorecer os interesses pessoais de Paula Castro em 1871.
Venancio José de Oliveira Lisboa	Presidente da província mineira que celebrou novo contrato com Paula Castro após obriga-lo a concorrer com outras tipografias.
Antonio Cassemiro da Motta Pacheco	Procurador fiscal da província mineira que deu preferência por contratar serviços diversos com outra tipografia em 1872.
Candido de Oliveira	Deputado que criticou, em 1875, os contratos celebrados com Paula Castro.
Capítulo 3	
José Maria Benevides	Presidente da província mineira defendido pelo <i>Noticiador de Minas</i> em 1869.
Affonso de Carvalho	Presidente da província mineira defendido pelo <i>Noticiador de Minas</i> em 1871.
Joaquim Pires Machado Portella	Presidente da província mineira elogiado pelo <i>Noticiador de Minas</i> em 1872.
Joaquim Floriano de Godoy	Presidente da província mineira elogiado pelo <i>Noticiador de Minas</i> em 1873.
José Antônio de Araújo Freitas	Presidente da província mineira elogiado pelo <i>Diario de Minas</i> em 1875.
Mariano Procopio Ferreira Lago	Comendador homenageado pelo <i>Noticiador de Minas</i> em 1872 por ocasião de sua morte.
Horta Barbosa	Presidente da província mineira elogiado pelo <i>A União</i> em 1888.
Teixeira de Souza	Presidente da província mineira elogiado pelo <i>A União</i> em 1888.
João Athayde	Autor de um editorial em <i>A União</i> em 1887, através do qual defendia o governo provincial mineiro
João Pinheiro da Silva	Governador do estado mineiro elogiado pelo <i>Estado de Minas-Geraes</i> em 1890. Autor de editorial no mesmo jornal em 1891.
Francisco de Paula Amaral	Deputado mineiro que exerceu o cargo a nível provincial,

	posteriormente estadual e ainda federal, homenageado <i>Estado de Minas</i> em 1892, por ocasião de seu falecimento.
Chripim Jacques Bias Fortes	Autor de editorial crítico à monarquia no <i>Estado de Minas-Geraes</i> , em 1890.
Capítulo 4	
Cristiano Ottoni	Mencionado em um desentendimento com Ernesto Costa sobre a conciliação entre liberais históricos e liberais progressistas no <i>Diario de Minas</i> em 1868. Criticado pelo mesmo jornal em outra edição daquele ano.
Ernesto Costa	Mencionado em um desentendimento com Cristiano Ottoni sobre a conciliação entre liberais históricos e liberais progressistas no <i>Diario de Minas</i> em 1868. Defendido pelo mesmo jornal em outra edição daquele ano.

## APÊNDICE B

As fases da carreira de João Francisco de Paula Castro na imprensa mineira

<b>Fase</b>	<b>Partido na chefia do Conselho de Ministros do Império</b>	<b>Inclui os jornais:</b>	<b>Observações</b>
<b>“Fase progressista”</b> (1866 – 1868)	Progressista (1864 – 1868)	<i>Diario de Minas</i> (junho/1866 – março/1868)  <i>Liberal de Minas</i> (abril/1868 – julho/1868)	<i>O Liberal de Minas</i> deixou de pertencer a Paula Castro em julho de 1868
<b>“Fase de ouro”</b> (1868 – 1878)	Conservador (1868 – 1878)	<i>Noticiador de Minas</i> (agosto/1868 – janeiro/1873)  <i>Diario de Minas</i> (fevereiro/1873 – dezembro/1875)	<i>O Diario de Minas</i> durou até março de 1878, mas temos à disposição somente até dezembro de 1875
<b>“Fase tímida”</b> (1878) (1885 – 1889)	Liberal (1878 – 1885)	<i>O Constitucional</i> (abril/1878 – agosto/1878)	<i>O Constitucional</i> foi o único jornal pertencente a Paula Castro a ser declaradamente de oposição.
		Nenhum	Período de interrupção da carreira de Paula Castro.
	Conservador (1885 – 1889)  Liberal (1889)	<i>Vinte de Agosto</i> (setembro/1885 – novembro/1885)  <i>A União</i> (setembro/1886 – novembro/1889)	
<b>“Fase republicana”</b> (1889 – 1893)		<i>O Estado de Minas-Geraes</i> (novembro/1889 – 1893)	<i>O Estado de Minas Geraes</i> deixou de pertencer a Paula Castro em 1893

## APÊNDICE C

Exemplo de ficha (metodologia utilizada nos capítulos 1 e 2)

Nome do jornal:				Seção:
Edição:	Data:	Ano:	Página:	Autoria:
Informações encontradas (termo de pesquisa: Paula Castro):				
Observações:				

## APÊNDICE D

Exemplo de ficha (metodologia utilizada nos capítulos 3 e 4)

Nome do jornal:				
Título do editorial:				
Edição:	Data:	Ano:	Página:	Autoria:
Resumo e características do editorial:				
Observações:				

## APÊNDICE E

Seleção das edições que compõem a amostragem analisada nos capítulos 3 e 4.

<b>Jornal</b>	<b>Quantidade de edições disponíveis para consulta</b>	<b>Porcentagem em relação ao total de edições disponíveis (2271)</b>	<b>Número de editoriais a serem analisados por jornal</b> (considerando uma amostra de tamanho 93) (em itálico, o resultado final arredondado)	<b>Intervalo entre as edições</b> (nº total de edições dividido pelo nº de editoriais a serem analisados em cada jornal)	<b>Edições pré-selecionadas</b>	<b>Edições Selecionadas</b> (Após verificação da existência do editorial)
<i>Diario De Minas</i>	445	19,6%	19,6% de 93 = 18,2 (18)	1 em cada 25	1, 26, 51, 76, 101, 126, 151, 176, 201, 226, 251, 276, 301, 326, 351, 376, 401 e 426	1, 25, 53, 76, 102, 123, 153, 176, 200, 226, 252, 276, 301, 326, 352, 376, 402 e 426
<i>Liberal De Minas</i>	46	2%	2% de 93 = 1,8 (2)	1 em cada 23	1 e 24	1 e 23
<i>Noticiador De Minas</i>	531	23,4%	23,4% de 93 = 21,7 (22)	1 em cada 24	1, 25, 49, 73, 97, 121, 145, 169, 217, 241, 265, 289, 313, 337, 361, 385, 409, 433, 457, 481, 505 e 529	1, 24, 49, 74, 97, 123, 145, 166, 227, 235, 274, 286, 313, 322, 362, 378, 411, 431, 474, 493, 502 e 527

<i>Diario de Minas (2º versão)</i>	574	25,3%	25,3% de 93 = 23,5 (24)	1 em cada 24	1, 25, 49, 73, 97, 121, 145, 169, 193, 217, 241, 265, 289, 313, 337, 361, 385, 409, 433, 457, 481, 505, 529 e 553	1 e 2 **, 15 ** e 19, 62, 70 ** e 75, 94 e 103 **, 124, Nenhum *, Nenhum *, 198, 225, 243, 268, 286, Nenhum *, 360, 369, 391, 410, 428, 455, 476, 500, 527 e Nenhum *
<i>O Constitucional</i>	29	1,3%	1,3% de 93 = 1,2 (1)	1 em cada 29	1	1
<i>Vinte De Agosto</i>	17	0,7%	0,7% de 93 = 0,6 (1)	1 em cada 17	1	1
<i>A União</i>	325	14,3%	14,3% de 93 = 13,2 (13)	1 em cada 25	1, 26, 51, 76, 101, 126, 151, 176, 201, 226, 251, 276 e 301	1 e 2 **, 26, 51, 76, 101, 130, 151, 176, 202, 223, 252, 277 e Nenhum *
<i>O Estado De Minas-Geraes (encurtado para O Estado De Minas a partir da edição 199)</i>	304	13,4%	13,4% de 93 = 12,4 (12)	1 em cada 25	1, 26, 51, 76, 101, 126, 151, 176, 201, 226, 251 e 276	2 e 7 **, 26, 43, 75, 102, 124, 164, Nenhum *, 210, 230, 252 e 277
<b>Total</b>	2271	100%	93		93	93

**Observações:**

\* Após verificação, foi constatado que não existem “editoriais” entre as edições 124 e 198 do *Diario de Minas* (1873). O mesmo ocorre entre as edições 286 e 360 e 527 e 574 deste jornal. Também não encontramos nenhum “editorial” entre as edições 277 e 325 do *A União*, e entre as edições 164 e 210 do *O Estado de Minas-Geraes*.

\*\* Sendo assim, selecionamos, após verificação da existência de um “editorial”: No *Diario de Minas* (1873), a edição 2 em substituição à edição pré-selecionada 145; a edição 15 em substituição à 169; a edição 70 em substituição à 313; e a edição 103 em substituição à 553. Em *A União*, a edição 2 em substituição à 301. E no *O Estado de Minas-Geraes*, a edição 7 em substituição à 176.